



ENTRE A VÁRZEA E A TERRA FIRME

ESTUDO DE ESPAÇOS DE ASSENTAMENTOS TRADICIONAIS
URBANOS RURAIS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

Kamila Diniz Oliveira
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- D585e Diniz Oliveira, Kamila.
 Entre a várzea e a terra firme : Estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na Região do Baixo Tocantins / Kamila Diniz Oliveira. — 2020.
 127 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso,
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em
 Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2020.
1. Baixo Tocantins . 2. Urbanização extensiva . 3.
 Assentamento tradicional . 4. Morfologia . I. Título.

CDD 711



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

KAMILA DINIZ OLIVEIRA

ENTRE A VÁRZEA E TERRA FIRME - ESTUDO DE ESPAÇOS DE ASSENTAMENTOS
TRADICIONAIS URBANOS RURAIS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

BELÉM 2020

KAMILA DINIZ OLIVEIRA

ENTRE A VÁRZEA E TERRA FIRME - ESTUDO DE ESPAÇOS DE ASSENTAMENTOS
TRADICIONAIS URBANOS RURAIS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

Trabalho de dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Desenho e concepção do espaço construído na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Tecnologia, espaço e desenho da cidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Cláudia Duarte Cardoso

BELÉM 2020

Banca examinadora
Prof^a. Ana Cláudia Duarte Cardoso, PhD
Orientadora

Prof.^o José Júlio Lima, PhD
Membro interno

Prof^a. Dr^a. Silvana Amaral Kampel
Membro Externo

Prof^a. Renata de Godoy, PhD
Membro Externo

BELÉM 2020



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2020, às 15:00 horas, por videoconferência reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelo(a)s professores: Profª Dra. Ana Claudia Duarte Cardoso (presidente e orientadora), Prof Dr. José Júlio Ferreira Lima (examinador interno), Profª Dra. Renata de Godoy (examinadora externa ao programa), Profª Dra. Silvana Amaral Kampel (examinadora externa a instituição) a fim de argüirem a mestranda Kamila Diniz Oliveira, autora da dissertação de mestrado com o título “Entre a Várzea e Terra Firme - Estudo de assentamentos tradicionais urbanos rurais na Região do Baixo Tocantins” Aberta a sessão pelo presidente da banca, coube a candidata, na forma regimental, expor sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos membros da banca examinadora, tendo dadas as explicações que foram necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:

(x) Aprovado

() Não aprovado.

Recomendações da Banca:

- reelaboração do resumo;
- revisão da redação e correção dos trechos do texto com redação obscura, que comprometem o entendimento do leitor, conforme parecer dos examinadores;
- reelaboração da metodologia;
- mudança do subtítulo do último item dos capítulos para “Contribuições do Capítulo”;
- reelaboração da conclusão.

Belém, 29 de maio de 2020

Banca Examinadora:

Profª Dra. Ana Claudia Duarte Cardoso (orientadora e presidente)

Profº Dr. José Júlio Ferreira Lima (examinador interno)

Profª Dra. Renata de Godoy (examinadora externa ao programa)

Profª Dra. Silvana Amaral Kampel (examinadora externa à instituição)

Candidato:

Mestranda: Kamila Diniz Oliveira

DEDICATÓRIA

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Minha história na arquitetura começou em 2012, passei no curso que escolhi, sem saber ao certo o que faria no futuro. Com pouco tempo a oportunidade de cursar intercâmbio, com certeza, uma das maiores experiências da vida. Sou eternamente grata as experiências que vivi! A pesquisa acadêmica começou aos poucos, aceitei um bolsa de iniciação científica, com minha atual orientadora, descobrir outro mundo. Obrigada professora Ana Cláudia por tanto, por todas as conversas e conselhos, por me fazer acreditar no possível sempre. Foram dois anos de PIBIC, dois ciclos de muito conhecimento adquirido e de muito crescimento pessoal.

Sou grata a cada oportunidade que tive até aqui nesta vida, tudo ajudou a me tornar o que sou hoje e ainda tenho muito que aprender e caminhar. O mestrado foi um processo natural dos dois ciclos de PIBIC e um TFG desenvolvido com o propósito de tornar visível os povos da floresta. Sou agradecida a todas as visitas de campo de pesquisa em cada comunidade que estive, foram mais de 25. Tenho certeza que apreendi mais do que passei conhecimento, sempre fui tratada com muito respeito e carinho. Obrigada a cada uma pessoa que conversei e que cedeu seu tempo para me explicar suas angustias e seu modo de vida.

Este trabalho me trouxe pessoas maravilhosas, aos pesquisadores do INPE, em especial, Isabel Escada, Silvana Kampel, Anielle Rosiane e aos Gabrieis, muito obrigada! Vocês foram essenciais para a construção dessa etapa de vida que foi o mestrado. As horas de viagens, as conversas e todas as experiências no Tocantins, foram enriquecedoras. Quero agradecer a Rafaella Bulhões, esteve comigo em um dos campos de pesquisa, sua parceria foi grande importância. Quero também agradecer professora Renata Godoy, do Programa de Pós Graduação de Antropologia da UFPa, pela paciência e conselhos para que este trabalho chegasse até aqui.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPa, agradeço pela compreensão e paciência comigo, nesses dois anos de mestrado. Vocês são fonte de inspiração. À CAPES, agradeço pela bolsa de mestrado concedida.

Sou grata pelos 27 anos que estive com a melhor mãe que poderia ter. Mãe, obrigada por tudo, por tanto! Seus conselhos estarão dentro de mim por muito tempo. Minha mãe foi a minha maior incentivadora, sem dúvida a pessoa que mais queria está presente na apresentação deste trabalho. Faltam-me palavras para agradecer todo o esforço e cuidado para que meu caminhar fosse enriquecedor.

As minhas irmãs, Bianca e Katty, vocês foram essenciais para que eu suportasse tudo, principalmente na reta final do trabalho. Amo vocês imensamente e verdadeiramente. Ao meu namorado, Victor, por ser paciente mais do que mereço, a cada tempo cedido para me ouvir. Sou grata pela vida da vózinha Gumercinda, soube me ensinar ser forte e a conquistar o que quero, obrigada vó! A minha vó Maria por estar sempre pronta com algum conselho e oração. As minhas tias Lourdes, Lúcia, Ceres e Vânia por serem mulheres inspiradoras e sempre estarem do meu lado. Ao meu tio Fernando e André por todo carinho e palavra de incentivo. Aos meus primos, Mariana, Juliana, Rodrigo, Lino e Bruno sempre presentes, muito obrigada!

Aos meus amigos desse mestrado, amigos de vida, Alberto Patrick e Martinha. Obrigada por tudo, vocês foram e são importantes para mim. Nossa amizade passou os limites dessa dissertação. Obrigada pelas horas de conversas e trocas.

Por fim, sou grata a Deus, por cada pessoa que cruzou o meu caminho e me ensinou algo. Sou grata pela minha família, pelos meus amigos e pelas experiências que tive nesses 27 anos de vida. Obrigada principalmente a todos que me fizeram acreditar no possível e em dias melhores. À todos vocês, minha mais sincera e profunda gratidão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema dos autores utilizados na estrutura metodológica. Elaboração da autora. Fonte (MASSEY, 2008; LEFEBVRE, 2006; SOJA, 1996).

Figura 2 – Mapa de localização da região de Integração do Tocantins. Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2006. Elaboração: Autora, 2019

Figura 3 – Mapa dos principais eixos rodoviários na Região do Baixo Tocantins. Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2006. Elaboração: Autora, 2019

Figura 4 – Mapa de localização dos projetos de assentamento, unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas na região de Integração do Tocantins. Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2016. Elaboração: Autora, 2019

Figura 5 – Maiores produtores de açaí em tonelada do Estado do Pará. Fonte: Adaptado de (CENSO AGRO – IBGE, 2017).

Figura 6 - Esquema de periodização da produção espacial dos assentamentos em terra firme e várzea. Elaboração: Autora, 2020.

Figura 7 – Mapa da localização de comunidades de populações tradicionais na região do Baixo Tocantins. Fonte: (IBGE, 2015; IBGE, 2016; PDJUS, 2006; IBAMA, 2006). Elaboração autora

Figura 8 – Mapa da localização de comunidades de populações tradicionais visitadas na região do Baixo Tocantins. Fonte: (IBGE, 2016; PDJUS, 2006). Elaboração autora

Figura 9 - Mapa de localização das comunidades visitadas e as distancias dos centros urbanos mais próximos. Fonte: (IBGE, 2016; PDJUS, 2006). Elaboração autora

Figura 10 – Centro da comunidade Porto de Campo, localizado no município de Cametá/Pa. Fonte: Acervo de campo de pesquisa da autora

Figura 11 – Representação do centro de comunidade em assentamento de várzea e edificações. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 12 – Representação do centro de comunidade em assentamento de terra firme e edificações. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 13 – Representação da área de residências e área de trabalho em assentamento de várzea. Fonte: (Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019). Elaboração autora

Figura 14 – Representação da área de residências em assentamento de terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 15 – Representação da área de trabalho em assentamento de terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 16 – Representação do assentamento em várzea. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 17 – Representação do assentamento em terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 18 – Representação das transformações ao longo do tempo no assentamento em várzea. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 19 – Representação das transformações ao longo do tempo no assentamento em terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 20 – Representação da subdivisão da área de trabalho no assentamento em terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Figura 21 – Representação da subdivisão da área de trabalho no assentamento em várzea. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População urbana e rural por municípios do Baixo Tocantins. Fonte: Adaptado de (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

Tabela 2 – Números de famílias, projetos para a Reforma Agrária, número de estabelecimentos e financiamento da agricultura familiar. Fonte: Adaptado de (INCRA, 2015; MDA, 2014, 2015 e IBGE CensoAgro, 2006).

Tabela 3 – Quantidade dos produtos da extração vegetal para os municípios do Baixo Tocantins. Fonte: Adaptado de (IBGE, 2016).

Tabela 4 – Quantidade da produção agrícola temporária e permanente, segundo os municípios da região do Baixo Tocantins. Fonte: Adaptado de (IBGE, 2016).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização das comunidades estudadas e de uma família modelo. Elaboração da autora. Fonte: Relatórios de campo de pesquisa e entrevistas realizadas nas comunidades.

Quadro 2- Quadro com imagens das festividades e eventos esportivos. (1) Dança da farinhada, (2) Samba de Cacete, (3) Dança do Siriá, (4) Torneio de Voleibol, (5) Campeonato de futebol masculino e (6) Jogo de cabo de guerra. Elaboração da autora. Fonte: Acervo da Comunidade São José de Icatú.

Quadro 3 - Quadro com imagens e localização do conjunto habitacional de Icatú. Elaboração da autora. Fonte: Acervo da Comunidade São José de Icatú.

Quadro 4 – Quadro com as imagens das edificações encontradas no centro das comunidades em várzea e terra firme. (1) Igreja católica na comunidade Vacaria, (2) Igreja católica na comunidade Mutuacá de Baixo, (3) Barracão na comunidade de Vacaria, (4) Barracão na comunidade Mutuacá de Baixo, (5) Escola na comunidade de Cantanzal, (6) Escola na comunidade Furtados, (7) Associação de moradores na comunidade São José de Icatú e (8) Posto de Saúde na comunidade Rio Tentém. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Quadro 5 – Quadro com as imagens das edificações de igrejas evangélicas nas comunidades em várzea e terra firme. (1) Igreja evangélica na comunidade Porto de Campo, (2) Igreja evangélica na comunidade Cantanzal, (3) Igreja evangélica na comunidade Rio Tentém e (4) Igreja evangélica na comunidade Mutuacá de Baixo. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Quadro 6 – Quadro com as imagens das residências nos assentamentos em várzea. Fonte: (Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019). Elaboração autora

Quadro 7 – Quadro com as imagens das residências nos assentamentos em terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

LISTA DE SIGLAS

APACC - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNO - Fundo Constitucional do Norte

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

PAE - projeto de assentamento agroextrativista

PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PGC - Programa Grande Carajás

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins

RDS - reservas de desenvolvimento sustentável

RESEX - reservas extrativistas

Seir - Secretaria de Estado de Integração Regional

SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UHE - Usina Hidrelétrica

RESUMO

A região administrativa do Baixo Tocantins foi uma das primeiras a receber a colonização europeia no Estado do Pará, sofreu uma ocupação tipicamente amazônica estabelecida inicialmente no estuário de rios e igarapés menores, que avançou para a terra firme após as transformações decorrentes da integração da Amazônia ao resto do Brasil por via terrestre (por meio de rodovias) e da barragem do rio Tocantins pela Usina Hidroelétrica de Tucuruí. O acesso rodoviário assumiu uma importância crescente no estabelecimento e expansão de assentamentos e vilas e na reconfiguração de cidades. Apesar de a região abrigar o maior distrito industrial e o maior porto exportador do Estado, possui intensa atividade econômica ligada ao extrativismo, com destaque para a pressão por uma revitalização econômica das áreas de várzea por meio da expansão do manejo de açaí. Diante deste contexto, esta dissertação tem como objetivo analisar os arranjos espaciais de assentamentos de populações tradicionais localizados na várzea e em terra firme dos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião, tendo como base metodológica as formulações de Lefebvre (2006) e Soja (1993), sobre a natureza dialética do espaço (decomposto em espaços concebido, percebido e vivido). O espaço da área de estudo foi investigado a partir dessas três dimensões, articulando escalas territoriais e modos de vida, que buscam a compreensão do contexto histórico, das políticas dirigidas para a região e da sua formação socioeconômica, da forma de apropriação dos seus espaços pelas comunidades que são herdeiras de povos indígenas e africanos escravizados, e própria morfologia (arranjos espaciais) dessas comunidades que se organiza de modo crescentemente complementar à cidade e às estruturas e serviços urbanos. Concluiu-se que o modo de vida campesino é herdeiro de inúmeros processos e ações políticas, culturais e sociais, e adapta-se ao novo; que a reorganização espacial ocorre por meio da transferência das áreas de residências para o centro de comunidade e da subdivisão das áreas de trabalho afetadas por políticas públicas (ex.: produção habitacional ou enquadramento para acesso de crédito), o que tem modificado os arranjos espaciais tanto na várzea quanto na terra firme, e favorecido a conversão de uso extrativista para outros menos adaptados ao bioma amazônico; e que a identificação e registro dos processos de transformações espaciais, neste tipo de área de estudo, é recurso fundamental para a geração de repertório espacial mais adequado às políticas urbanas, municipais e territoriais destinadas à Amazônia.

Palavras-chave: Baixo Tocantins, urbanização extensiva, assentamento tradicional, morfologia

ABSTRACT

The administrative region of Baixo Tocantins was one of the first to receive European colonization in the State of Pará, underwent a typically Amazonian occupation initially established in the estuary of smaller rivers and streams, which advanced to the mainland after the transformations resulting from the integration of the Amazon to the rest of Brazil by land (through highways) and the Tocantins River dam by the Tucuruí Hydroelectric Plant. Road access has assumed an increasing importance in the establishment and expansion of settlements and towns and in the reconfiguration of cities. Although the region is home to the largest industrial district and the largest export port in the state, it has intense economic activity linked to extractivism, with emphasis on the pressure for an economic revitalization of the floodplain areas through the expansion of açaí management. Given this context, this dissertation aims to analyze the spatial arrangements of settlements of traditional populations located in the floodplain and on dry land in the municipalities of Cametá, Mocajuba and Baião, based on the methodologies of Lefebvre (2006) and Soja (1993), on the trialetic nature of space (decomposed into spaces conceived, perceived and lived). The space of the study area was investigated based on these three dimensions, articulating territorial scales and ways of life, which seek to understand the historical context, the policies directed to the region and its socioeconomic formation, the form of appropriation of its spaces by communities that are heirs to and enslaved indigenous and African peoples, and the very morphology (spatial arrangements) of these communities that is organized in an increasingly complementary way to the city and urban structures and services. It was concluded that the peasant way of life is heir to innumerable political, cultural and social processes and actions, and adapts to the new; that spatial reorganization occurs through the transfer of areas of residences to the community center and the subdivision of work areas affected by public policies (eg, housing production or credit access framework), which has modified spatial arrangements both in the floodplain and on the mainland, and favoring the conversion of extractive use to others less adapted to the Amazon biome; and that the identification and registration of the processes of spatial transformations, in this type of study area, is a fundamental resource for the generation of a spatial repertoire more suited to urban, municipal and territorial policies destined to the Amazon.

Keywords: Baixo Tocantins, extensive urbanization, traditional settlement, morphology

SUMÁRIO

RESUMO	15
ABSTRACT	16
INTRODUÇÃO	19
OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
METODOLOGIA	27
ESTRUTURA DO TRABALHO	32
CAPÍTULO I – Urbano contemporâneo na Amazônia: o caso da região do Baixo Tocantins	35
1.1 – Concepções sobre o urbano contemporâneo na Amazônia	35
1.2 – Baixo Tocantins: história, economia e campesinato	42
1.3 – Contribuições do capítulo - Periodização da produção do espaço dos assentamentos de populações tradicionais em várzea e terra firme a partir dos processos históricos e econômicos	58
CAPÍTULO II – Modo de vida como expressão espacial de populações tradicionais	65
2.1 – Heranças das populações tradicionais amazônicas	65
2.1.1 – Herança Indígena	66
2.1.2 - Herança Portuguesa	68
2.1.3 - Herança Africana	69
2.2 – Modo de vida	71
2.3 – Campesinato e a relação familiar	72
2.4 – Comunidades tradicionais na Região do Baixo Tocantins	74
2.4.1 – Caracterização do modo de vida da família e da comunidade tradicional ...	77
2.5 – Contribuições do capítulo	87
CAPÍTULO III – A Morfologia Urbana como ferramenta de análise para a forma de assentamentos de populações tradicionais	92
3.1 – Escola Italiana Morfologia Urbana	92
3.1.1 – Conceitos básicos	93
3.2 – Análise morfológica dos assentamentos de populações tradicionais	95
3.2.1 – Centro de Comunidade	96

3.2.2 – Áreas residenciais e áreas de trabalho	101
3.2.3 – Os assentamentos em várzea e terra firme	105
3.2.4 – Transformações espaciais – tempo e relação familiar	107
3.3 – Contribuições do capítulo	113
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
Referências Bibliográficas.....	121

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No século XX, as grades curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo no Brasil foram estruturadas para explicar cidades que seguiam os modelos europeus. Contudo, as cidades brasileiras tiveram influências de diversos grupos sociais (indígenas, africanos, europeus, etc.), que possuíam suas próprias visões e seus modos de produzir espaço. Esse é um dos motivos pelos quais o espaço tradicional amazônico é de complexo entendimento: sua forma é híbrida. Apesar das diferenças históricas, ambientais, socioculturais e econômicas, há uma imposição generalizada de paradigmas exógenos quando se trata da produção ou intervenção em assentamentos humanos na região amazônica, que são baseados nas características hegemônicas de produção de cidade vigentes no país.

As cidades da Amazônia ao longo de suas trajetórias de evolução, foram marcadas por surtos econômicos¹ de produtos voltados para exportação. Esta prática foi estabelecida desde a colonização portuguesa e mantida até o projeto desenvolvimentista do governo militar (BECKER, 2013). As políticas federais baseadas em estratégias desenvolvimentistas promoveram a exploração de recursos naturais, a geração de energia e a produção agropecuária. No momento da sua implantação, já favoreciam processos migratórios, a aglomeração, a expansão urbana e a concepção de vida urbana diferente daquela existente no lugar (CARDOSO E MULLER, 1979). Foi dada prioridade à provisão de infraestrutura para a produção, em detrimento ao suporte à vida das pessoas e da compreensão da forma como ocorrem entrelaçamentos entre as dimensões urbana e rural na região.

As cidades amazônicas originalmente apresentam um padrão de dispersão no território, em pequenos conglomerados que se localizam estrategicamente nas margens de rios, pequenas estradas ou em áreas apropriadas para plantio (OLIVEIRA NEVES, 2009). A atuação do governo federal favoreceu a introdução de uma nova racionalidade em função das obras logísticas e habitacionais, que assumiram a completa transformação do meio natural e social existente.

¹ Termo apresentado por Becker (2013) para explicar crescimento econômico explosivo, pautado geralmente na exploração de bens naturais (madeira, juta, ouro e outros) que não promoveram desenvolvimento social e econômico para as cidades amazônicas.

Essa lógica de ocupação começou a operar a partir dos anos 1960 com a implantação dos projetos de desenvolvimento e ao longo da integração da Amazônia ao restante do país. As políticas de incentivo à migração, a promessa de “terras sem homem...”, a abertura de rodovias, construção de hidrelétricas, portos, projetos mineração, negaram o modo de vida preexistente, destruindo a natureza, expandindo a malha urbana e negando saberes (GOMES et al, 2017). A partir desse momento a agenda desenvolvimentista se estabeleceu e até hoje está em vigência, constituída em uma nova etapa de colonização, mas dessa vez da Amazônia pelo Brasil.

As populações tradicionais² amazônicas apresentam um vínculo com o rio, suas atividades seguem o ritmo da floresta, indicam conexão orgânica entre o homem e a natureza, de modo que o ritmo de trabalho e da vida dos homens obedece aos ritmos da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2008; NEVES, 2000). Os estudos da Amazônia pré-cabraliana revelam que a ocupação tradicional foi caracterizada pela dispersão da população em núcleos de baixas densidades, em assentamentos construídos com tecnologia dependente da biodiversidade (HECKENBERGER, 2005).

Esse modo de vida baseado no saber tradicional ainda existe, e sua permanência é uma forma de resistência, apesar das constantes pressões e conflitos pelo controle da terra e das ações insuficientes do setor público, já que este normalmente é influenciado pelo setor privado na escala local (MONTE-MOR, 2015; CARDOSO, CÂNDIDO, MELO, 2018). Nessa perspectiva, a vulnerabilidade das populações tradicionais é causada pelas pressões e conflitos de terra, por omissões governamentais, e pela desvalorização dos saberes da floresta que resulta em perda de memória, de identidade e desvanecimento dos arranjos espaciais amazônicos.

O poder público age de forma homogeneizante e engendra em suas ações mecanismos de manutenção e perpetuação de desigualdades, por vezes, necessárias ao funcionamento do próprio sistema. Fica claro que os grupos sociais mais vulneráveis têm sua existência e reprodução comprometidas tanto materialmente, quanto

² Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Esses grupos ocupam e usam, de forma permanente ou temporária, territórios tradicionais e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (BRASIL, 2007).

subjetivamente. Este quadro, que pode ser classificado como de injustiça ambiental não apenas pela distribuição espacial desigual dos riscos ambientais e do acesso desigual aos recursos do meio, também se manifesta na impossibilidade de exercício de outras práticas sociais, não ligadas à lógica produtiva ou à técnica vigente, mas aos modos de fazer socioculturais inerentes à apropriação simbólica do território por parte de cada grupo social (ACSELRAD, 1999 apud PERREIRA, 2009).

A identidade das populações tradicionais está intrinsecamente relacionada com o rio, a terra e a floresta, e ao conhecimento empírico do bioma e de suas variações ecológicas. A compreensão dos elementos naturais pelas comunidades permite a elas administrar as interações do recurso naturais com o processo de reprodução humana, atuando sobre os elementos biológicos de modo a orientar suas forças produtivas para a manutenção dos estabelecimentos familiares (CANTO, 2007).

O assentamento humano tradicional amazônico é dinâmico e adaptável, diferente da visão de produção de cidade europeia – estética, firme e durável. Portanto compreender assentamentos humanos tradicionais amazônicos é também buscar soluções sustentáveis, considerando a contribuição das dinâmicas econômicas, sociais e ambientais para sua estruturação espacial. A compreensão dos assentamentos tradicionais visa assegurar aos grupos sociais de origem rural, mas que estão sob influência do urbano ou da cidade, a melhoria na qualidade de vida, pela manutenção de sua segurança alimentar, garantia do fornecimento de alimentos em quantidade, assim como a conservação da biodiversidade.

Há uma preocupação recente do governo federal com a regularização fundiária em áreas públicas ocupadas por populações tradicionais (Lei 13.465/2017), localizadas na terra firme e várzea. Diferentemente da regularização fundiária em terra firme, a várzea possui peculiaridades ecológicas e sociais que obrigam um trabalho diferenciado no reconhecimento das posses e territórios. Atualmente, o reconhecimento oficial das áreas ocupadas pelas populações tradicionais é feito por meio de reservas extrativistas (RESEX), reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), em propriedade quilombola e em projeto de assentamento agroextrativista (PAE). O reconhecimento oficial é uma importante política pública para democratizar o acesso a terra no Brasil, e para assegurar as diferentes manifestações culturais, o respeito à organização social e política desses grupos e a proteção ambiental (BENATTI, 2016).

O fator diferencial, para a delimitação das áreas de populações tradicionais na várzea, é que não é possível estabelecer os limites das áreas apropriadas por tempo indeterminado, por duas razões: o constante processo de construção e de destruição dos espaços terrestres e a instabilidade dos limites entre o que é a várzea e a terra firme. Outro ponto é a ignorância das políticas públicas em relação ao conjunto de dinâmicas sociais e espaciais praticadas, e a proposição de regulação que contradiz constantemente as realidades tradicionais. As políticas são, em vários casos, indiferentes às heterogeneidades dos diversos tipos de assentamentos tradicionais.

O Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services, que analisa os impactos gerados no planeta sobre a biodiversidade, constatou uma diminuição de 60% da população de vertebrados entre 1970 a 2014 (Relatório 2018). O relatório deixa clara a necessidade de um novo relacionamento da humanidade com o planeta a fim de preservar a vida na terra (IPBES, 2019). As comunidades tradicionais amazônicas sempre souberam lidar com a floresta, a manutenção dos seus modos de vida e da própria preservação da natureza, logo são protetores da biodiversidade.

A região amazônica é um lugar de grande biodiversidade no mundo, e na região do Baixo Tocantins é possível encontrar inúmeras comunidades tradicionais que ainda sobrevivem da floresta e são de extrema importância para manutenção da biodiversidade. Contudo ainda não conhecemos as suas contribuições para a produção do espaço construído.

As populações tradicionais da região do Baixo Tocantins ocupam a terra firme e a região das ilhas. Na primeira área, predomina o cultivo da mandioca para a produção de farinha; enquanto nas ilhas o manejo do açaí desponta como a principal produção. Essas populações apresentam a vida condicionada pelas oscilações das marés. Canoas, voadeiras e embarcações de pequeno porte (po-po-pôs) constituem a principal forma de transporte e canal das relações comerciais entre os agricultores, pescadores e extrativistas com o meio urbano (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A região do Baixo Tocantins apresenta duas realidades muito distintas na sua ocupação: (1) a mais tradicional, que se ocupa de pluriatividades que se baseiam em extrativismo vegetal, pesca e agricultura familiar; (2) e a do imigrante, que pratica atividades agropecuárias e exploração madeireira, essas atividades ganharam maior

relevância econômica a partir da construção de rodovias e localizam-se nas suas imediações (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

As populações tradicionais da região do Baixo Tocantins foram impactadas diretamente pela barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, construída para alimentar as grandes corporações do setor de alumínio nos Estado do Pará e Maranhão com fornecimento de energia elétrica barata. Há registros de inundação de vasta extensão de floresta, deslocamento de populações indígenas, não indenização de famílias deslocadas pela obra, redução do pescado, poluição, erosão do leito e das margens do rio e elevação do índice de malária (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Apesar dos problemas ambientais causados pela implantação da usina hidrelétrica para as populações tradicionais da região, elas são um exemplo do entendimento das políticas públicas sobre o manejo e uso sustentável de recursos naturais na Amazônia. Por séculos, estas comunidades, desenvolvem em seus sistemas de produção, práticas de conservação dos solos, água, fauna e flora; mantendo a integridade da natureza, como principal fonte de recursos para a economia da região. Assim, essas populações têm garantido sua segurança alimentar, fornecendo ao mesmo tempo, um importante excedente para o abastecimento de cidades do Estado do Pará.

A valorização do açaí no cenário nacional e mundial tem atraído várias indústrias de beneficiamento de açaí na região o que pode provocar algumas alterações sobre a segurança alimentar dentre os que dependem do fruto para sobreviver. A presente corrida do açaí tem motivado junto aos trabalhadores rurais a necessidade de fortalecer a organização dos produtores para que se consiga uma melhor capacidade de negociação, visto que empresas tendem a estipular o preço do produto. O panorama global pode aumentar a vulnerabilidade de populações tradicionais e assim ameaçar o seu conhecimento sobre como organizar arranjos espaciais em seus assentamentos, até então pouco conhecidos pela ciência.

As pesquisas de campo revelaram que as comunidades tradicionais da região do Baixo Tocantins estão em constante transformação, causadas pelos efeitos da urbanização extensiva. A assimilação de modos de vida urbanos pelas comunidades está suplantando valores e saberes baseados na natureza. O intuito desta pesquisa é conhecer as formas de produção espacial das comunidades tradicionais, assumidas como mais

resilientes e adaptáveis às particularidades dos ecossistemas amazônicos, para auxiliar a proposição de políticas apropriadas para estas comunidades.

OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo deste trabalho é discutir o espaço dos assentamentos de comunidades de populações tradicionais, na várzea e na terra firme, e identificar como foram formados e alterados em consequência dos processos socioeconômicos ocorridos na região do Baixo Tocantins. Sob essa perspectiva, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: (1) Periodizar a produção espacial dos assentamentos tradicionais a partir dos processos econômicos e históricos na região do Baixo Tocantins, a fim de compreender sua origem, formação e que maneira se articulam com a produção dos espaços; (2) Explicitar as relações entre o modo de vida das populações tradicionais na várzea e terra firme da região com a forma e apropriação dos espaços em que vivem, a partir dos casos selecionados; (3) Produzir análise morfológica dos arranjos e dinâmicas espaciais dos assentamentos tradicionais selecionados.

METODOLOGIA

Para compreender os assentamentos de populações tradicionais, em várzea e terra firme, na região do Baixo Tocantins buscou-se uma perspectiva interdisciplinar, integrando conceitos da Morfologia Urbana, Geografia, Antropologia e Sociologia, para resgatar a formação e produção do espaço de assentamentos, e fomentar o diálogo entre as concepções de cultura e espaço, com os conceitos de apropriação, comportamento socioespacial e percepção espacial. Para tal, utilizou-se os estudos acerca da multidimensionalidade do espaço contida no livro “A produção do Espaço” de Lefebvre (2006) como instrumento metodológico; incluindo-se também a discussão proposta no livro “Thirdspace” de Soja (1996) e no livro “Pelo Espaço” de Massey (2008). As apropriações das teorias dos autores contribuíram para a estruturação teórico-metodológica da pesquisa, para investigar a forma dos espaços nos assentamentos.

Massey (2008) entende o espaço como produto de inter-relações que só podem existir num espaço de multiplicidade, onde não há nada dado de forma definitiva. Apesar de distintos, o espaço e o tempo são indissociáveis, Massey (2008) se apropria de algumas elaborações filosóficas sobre o tempo (liberdade, desarticulação, surpresa), como características que também devem ser atribuídas ao espaço. Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção do espaço contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes.

Lefebvre (2006) ao inserir a dimensão espacial como fundamental na vida social, no mesmo nível da historicidade e da sociabilidade, assinala que a realidade social não é apenas coincidentemente espacial, existente no espaço, é inerente ao próprio estudo do homem. Não há realidade social não espacializada e nem processos sociais a-espaciais. Tal perspectiva tem grande importância para a compreensão das transformações ocorridas nas cidades e na vida do homem porque passa da produção de coisas no espaço, para a produção do espaço como tal, resultado do crescimento contínuo das forças produtivas. O espaço social por si mesmo é ao mesmo tempo obra e produto – uma materialização do ‘ser social’ (LEFEBVRE, 2006).

Soja (1996 apud ARAÚJO, 2012) explica que Lefebvre abriu o caminho para uma dialética da espacialidade, insistindo que cada modo de pensar sobre o espaço, cada campo da espacialidade humana – o físico, o mental e o social – deve ser visto como simultaneamente real e imaginário, abstrato e concreto, material e metafórico. Nenhum modo de pensamento espacial é inerentemente privilegiado ou intrinsecamente melhor que os outros. A tridimensionalidade espaço social de Lefebvre (2006) é representada pelo espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido.

O espaço percebido compõe as práticas do corpo e da experiência corpórea, estão ligadas às formas materiais da espacialidade social, ou seja, à produção e reprodução social numa relação dialética com o espaço. O processo de produção da forma material da espacialidade social é apresentado como meio e resultado da atividade, do comportamento e da experiência humana. As práticas espaciais materiais referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço, de maneira a garantir a produção e a reprodução social. Esse espaço materializado, socialmente produzido e empírico, é diretamente visto como descrição e medição exata.

O espaço concebido, composto pelas representações do espaço, também expressam os aspectos da produção, especialmente a ordem que eles impõem. Tal ordem é constituída via controle sobre conhecimento, signos e códigos: sobre os meios de decifração da prática espacial e, portanto, sobre a produção do conhecimento espacial. As representações do espaço compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las (LEFEBVRE, 2006).

O espaço vivido, ou espaços de representação, une experiência e cultura, corpo e imaginário de todos. Combinando o real e o imaginado, sem a priori privilegiar um em detrimento de outro, esses espaços de representação são o terreno para a geração de contra espaços, espaços de resistência à ordem dominante decorrentes precisamente da sua posição marginalizada, periférica e subordinada. Ele sobrepõe o espaço físico, fazendo uso simbólico de seus objetos (LEFEBVRE, 2006).

Soja (1996 apud ARAÚJO, 2012) fundamentado em Lefebvre (2006), elabora uma discussão sobre a espacialidade com base em três dimensões: o Primeiro Espaço foca no mundo material real; o Segundo Espaço interpreta a realidade por meio de

representações imaginárias da espacialidade; o Terceiro Espaço pode ser descrito como uma extensa “recombinação criativa” que tem por base as duas perspectivas anteriores, combinando o real e o imaginado. Tanto o Terceiro Espaço analisado por Soja (1996 apud ARAÚJO, 2012) quanto a noção mais abrangente de espaço social de Lefebvre (2006) são compostas por todas as três espacialidades – o percebido, o concebido e o vivido – sem nenhum privilégio inerente a priori.

É por isso que não se pode analisar o espaço sem considerar a interação entre os sujeitos sociais com os objetos espaciais, uma vez que, ao mesmo tempo em que a sociedade produz e imprime ações sobre esses objetos, ela também é influenciada por esses mesmos objetos, que são construções humanas, uma vez que foram produzidos em determinados contextos sociais, com funções específicas para atender aos interesses de uma dada sociedade.

A dimensão espacial tornou-se estruturante para o estudo dos assentamentos das comunidades tradicionais na região do Baixo Tocantins em sua multidimensionalidade, em uma construção teórica que a adota como categoria analítica e prima pela representação do espaço. A investigação acontece a partir das dimensões funcional (narrativas política e econômica que criam o espaço concebido) e simbólica (ou espaço social, vivido), e de ambas articuladas à dimensão morfológica (que registra o espaço percebido). Essas três dimensões dos espaços foram consideradas para compreensão do assentamento de populações tradicionais em várzea e terra firme, onde o espaço vivido advém da prática cotidiana do habitante, o espaço concebido do registro oficial, econômico e histórico disponível e o espaço percebido foi registrado pela análise morfológica. Observar esquema que articula as três dimensões espaciais usadas na estrutura da metodologia na Figura 1.

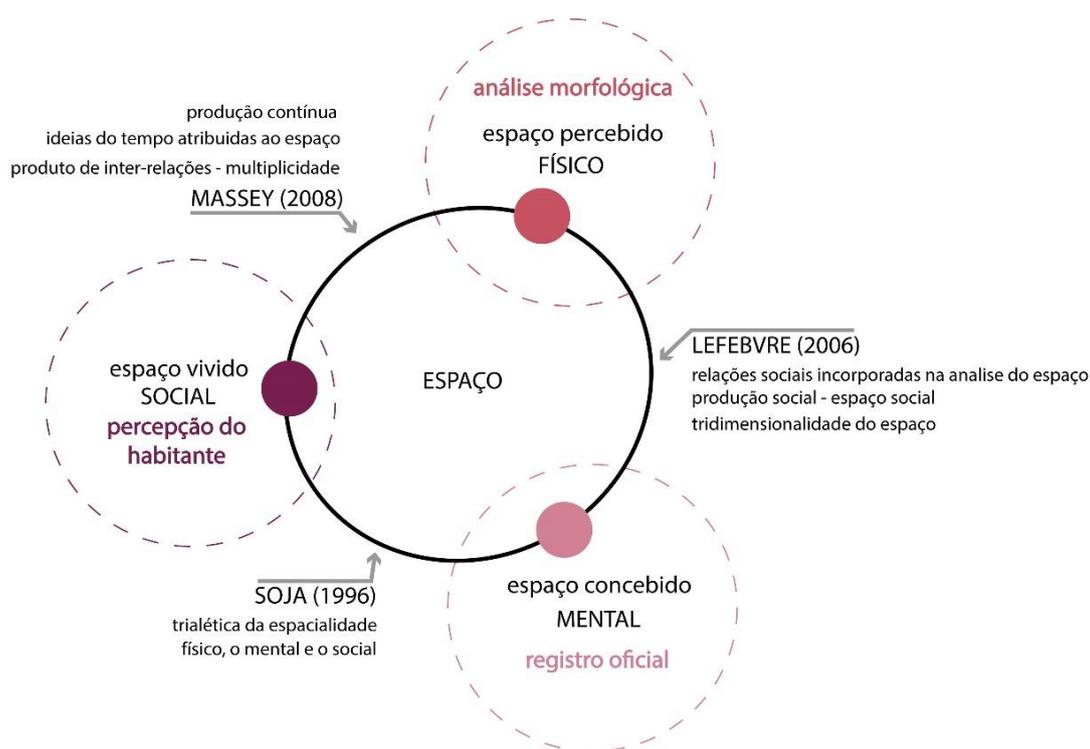


Figura 1 – Esquema dos autores utilizados na estrutura metodológica. Elaboração da autora. Fontes Massey (2008); Lefebvre (2006); Soja (1996).

A teoria lefebvriana serviu como base teórico-metodológica para a pesquisa, o que permitiu organização deste texto em capítulos correspondente a cada dimensão espacial, e em cada capítulo foi apresentada a sua respectiva estratégia de análise. O primeiro capítulo dedica-se ao espaço concebido, por meio da análise da trajetória de formação histórica e econômica da região do Baixo Tocantins, com o intuito de explicar a natureza das relações dos elementos espaciais, e construir uma periodização da produção espacial das comunidades que facilite o reconhecimento dos processos formadores do espaço das comunidades da região.

O segundo capítulo corresponde ao espaço vivido e dedica-se à análise do modo de vida, da apropriação e da percepção das populações tradicionais sobre seus assentamentos, do modo como constroem e organizam as edificações, sobre quais são as estratégias de controle de cada território, como organizam as formas de produção, onde e de que tipo são os espaços de lazer, além de expor eventuais problemas e conflitos das comunidades. A caracterização das comunidades escolhidas e de famílias

padrão foi um recurso adotado essencialmente para ilustração das atividades, práticas, heranças, relações de trabalho e outros. Este capítulo foi base para construção do terceiro capítulo.

O terceiro capítulo explica o espaço percebido por meio da análise morfológica, que teve como inspiração instrumentos utilizados na metodologia de ampliação de escala (análise territorial) da escola italiana de morfologia urbana, fortemente baseada na cultura. Esta concepção de análise de formação de assentamentos humanos foi adaptada para aplicação aos assentamentos tradicionais amazônicos e investigação das transformações espaciais ocorridas nos mesmos. A apropriação de terrenos de várzea e terra firme representa um mecanismo social de adaptação às características peculiares desse ambiente natural e social. A aglutinação desses resultados às informações obtidas nas análises espaciais anteriores viabilizou uma compreensível mais completa do espaço dos assentamentos de populações tradicionais em situação de várzea e terra firme.

A investigação abrangeu revisão bibliográfica, pesquisa documental, levantamento de dados secundários em bases oficiais, levantamento de dados primários em pesquisa de campo, observação in loco, elaboração e análise de cartografias, entrevistas com moradores de diferentes assentamentos e registros fotográficos.

A revisão bibliográfica foi dividida em quatro eixos: (1) Teorias contemporâneas sobre urbanização, com foco na urbanização planetária e os seus reflexos na Amazônia; (2) Histórico de ocupação e economia das cidades na Amazônia, principalmente da região do Baixo Tocantins; (3) Assentamentos de populações tradicionais e (4) Morfologia urbana, principalmente a escola de morfologia urbana italiana. A revisão bibliográfica buscou apresentar conceitos que tinham potencial de contribuição para compreender as práticas e dinâmicas espaciais de assentamentos de populações tradicionais na várzea e na terra firme amazônica, para instrumentalizar intervenções nas condições de acomodação da população tradicional amazônica compatíveis com o seu modo de vida.

A pesquisa contou com três pesquisas de campo que possibilitaram vivências, registros fotográficos, entrevistas e levantamentos para elaboração de cartografias em mais de 18 comunidades tradicionais na região no Baixo Tocantins. Este volume fortaleceu o registro e observação, a consolidação de resultados de entrevistas, oferecendo maior segurança para as análises. A primeira pesquisa de campo ocorreu no mês de agosto de 2018 em parceria com os pesquisadores do Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (INPE), que têm a região do Baixo Tocantins como objeto de estudo. A segunda foi feita em conjunto com Rafaella Bulhões, ex bolsista Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que tinha com objeto de estudo áreas quilombolas em Mocajuba. O último campo de pesquisa foi o mais longo, com os mesmos pesquisadores do INPE e teve o intuito de aumentar repertório. Todas as pesquisas de campo foram financiadas por recursos do CNPQ (Processo no. 430801/2016-5).

O trabalho contou com o apoio de órgãos públicos, como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras do Pará (ITERPa) e sindicatos, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), por meio de entrevistas e fornecimento de dados, mapas georreferenciados e imagens. O ferramental básico para consolidação das informações foi o programa de geoprocessamento de dados Quantum GIS, além de softwares como o Google Earth, Adobe Photoshop CC e Adobe Illustrator, para produção de croquis, esquemas e infográficos capazes de facilitar a compreensão de dados.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Cada capítulo remete a uma das três dimensões do espaço de acordo com os objetivos específicos. O primeiro capítulo apresenta o percurso histórico do processo de formação da região do Baixo Tocantins desde a colonização portuguesa. Buscou reconhecer na história os diversos atores sociais e retomar a trajetória daqueles que hoje se constituem descendentes de povos indígenas e quilombolas e de comunidades extrativistas, destacando os processos econômicos marcantes no passado e os atuais. O capítulo trata o controle da terra como elemento fundamental de mudança, no decorrer dos diferentes processos de ocupação, e os arranjos institucionais como a garantia de soluções mais responsivas e adequadas à região. A partir da trajetória histórica e econômica foi possível elaborar uma periodização da produção espacial dos assentamentos das comunidades localizadas em várzea e terra firme.

O segundo capítulo apresenta a caracterização do modo de vida das comunidades tradicionais selecionadas, partindo da descrição de uma família tomada como referência média das comunidades escolhidas e da própria comunidade. Neste capítulo a ideia é que

esta caracterização ajude a compreender as formas de apropriação e os arranjos espaciais de populações tradicionais na várzea e terra firme, a partir do ponto de vista do habitante.

O terceiro capítulo buscou à análise morfológica dos assentamentos em várzea e terra firme. Fez-se necessário, a partir da inspiração dos parâmetros e metodologia de investigação da escola de morfologia italiana, criar novas formas de análise, mais apropriadas às especificidades dos assentamentos tradicionais amazônicos, e assim explicar espacialmente as transformações que ocorreram no decorrer do tempo.

CAPÍTULO 1

Urbano contemporâneo na Amazônia: o caso da região do
Baixo Tocantins

CAPÍTULO I – Urbano contemporâneo na Amazônia: o caso da região do Baixo Tocantins

Neste capítulo busca-se caracterizar os processos econômicos e históricos na região do Baixo Tocantins, a fim de compreender a origem e formação de assentamentos e as estratégias de sua produção espacial. Como contribuição do capítulo foi elaborada uma periodização da produção do espaço dos assentamentos tradicionais a partir dos processos econômicos e históricos manifestos na região do Baixo Tocantins; para melhor compreender a sua origem e formação, e a produção dos seus espaços. Para tanto, parte-se das múltiplas temporalidades que coexistem, e que resultam em mudanças e permanências, dada a complexa dinâmica regional.

1.1 – Concepções sobre o urbano contemporâneo na Amazônia

Não é possível definir uma teoria geral e aplicável a todas as situações de urbanização do mundo. Neste trabalho se discute urbano partindo dos estudos de Lefebvre (1999) de uma urbanização completa da sociedade, que diz respeito ao processo de submissão total do espaço aos imperativos da sociedade industrial. Em "A Revolução Urbana", Lefebvre (1999) demonstra como uma formação socioespacial impõe-se sobre outra, instaurando um conflito permanente dada sua dominância no planejamento do espaço e das relações de produção. A essas formações sócio espaciais Lefebvre (1999) dá o nome de cidade política, cidade comercial e cidade industrial, sendo esta última a responsável por engendrar as transformações que conformam a gênese da sociedade urbana e do processo de urbanização completa da sociedade.

Contudo, a urbanização planetária contemporânea integra, conecta e desenvolve as cidades no mundo (BRENNER, 2013). O objetivo da disseminação do modo de vida dependente da aglomeração e da indústria, reconhecido como urbano, no século XX, seria facilitar o acesso aos meios de comunicação, moradia, transporte, alimentação, e permitir que as pessoas tenham acesso a níveis cada vez maiores de cidadania, no sentido da utopia da sociedade urbana e de uma evolução emancipatória propostos por Lefebvre (1999). Na prática, a urbanização emergiu como uma das principais formas de acumulação do capital; produzir cidades tornou-se uma alternativa para o capitalismo contornar suas crises e continuar avançando. A cidade passou a ser vista como alternativa

de investimento sob o comando da especulação imobiliária, explicitando conflitos pelo direito à cidade (HARVEY, 2014) e ao urbano, ou à infraestrutura e serviços que facilitam a vida contemporânea.

A urbanização planetária procura posicionar a urbanização capitalista como o grande motor de crescimento das cidades e do aumento da mancha urbana. Os autores defendem que o urbano não pode mais ser visto a partir de um único lugar ou condição específica, mas sim de forma generalizada alcançando as relações cotidianas, integrando assim as questões urbanas e a sua problemática (BRENNER, 2009; BRENNER E SCHMID 2015). Esta tese dos autores considera que o mundo está conectado a partir da economia global, pela produção e pelo consumo, por isso não consegue enxergar quem está fora ou não totalmente assimilado pelo sistema.

Diferentemente da teoria produzida por Brenner e Schmid (2015), autores como Roy (2005) e Watson (2009) apresentam abordagem teórica do pós-colonialismo, levantando a necessidade das discussões sobre urbanização enxergarem as especificidades dos países do Sul Global. A principal crítica à teoria de urbanização planetária advém de três frentes: a diferença histórica e a variação empírica dos contextos analisados; a diferença entre globalização, universalização e generalização; e a valorização do eurocentrismo (ROY, 2015). Considerar que as cidades passarão pelo mesmo tipo de processo de urbanização é ignorar a diferença histórica existente entre os países centrais e os países do Sul Global. Desse modo, a urbanização não pode ser determinada por uma fórmula básica a ser reproduzida por todas as sociedades.

Massey (2008) defende as teorias pós-coloniais, reconhecendo a contemporaneidade de múltiplas trajetórias históricas, em substituição à ideia de uma única história universal, que colocou todas as diferenças numa mesma linha do tempo. Para ela, reconhecer a heterogeneidade e a multiplicidade de forma assertiva, só é possível pela consideração da espacialidade, determinada pela esfera que permite a contemporaneidade radical da diversidade e as suas relações. Trata-se de reconhecer a coexistência de outros, com trajetórias históricas próprias; trajetórias que se cruzam, se conectam e se desconectam, formando assim o espaço a partir dessas relações. Massey reforça o conhecimento das especificidades da periferia do sistema, colocando em evidência o estudo dos assentamentos de populações tradicionais amazônicas.

Soja (2000) já explicava que o urbano é um fenômeno que gera novas redes, novos fluxos e novas relações, que estão muito além das relações sócio territoriais. Harvey (2014) aponta a urbanização como o elemento principal de acumulação e reprodução do capital contemporâneo, contudo é importante destacar que essa é uma visão originária do contexto dos países centrais. Contudo, no contexto da periferia do sistema capitalista, este direito ao urbano é bastante incompleto e seletivo, com grande parte da população não inserida completamente nas redes técnicas e de consumo ou não articulada às mesmas lógicas de acesso à terra. Nos países periféricos, a heterogeneidade das formas e processos possibilita o fortalecimento de outra matriz, que não necessariamente aponta na direção da reprodução de relações de produção capitalistas, mas que pode ser conduzida de forma a explorar as possibilidades emancipatórias de outros modos de vida em suas relações com a cidade.

A urbanização ultrapassou os limites sócio espaciais, não apenas entre urbano e rural, centro e periferia, mas também entre escalas urbanas, regionais, nacionais e globais, tornando-se planetária (BRENNER, 2013). A concepção de urbanização contemporânea inviabiliza cada vez mais espaços das populações tradicionais devido sua baixa contribuição às dinâmicas econômicas e assim desvalorizando suas práticas, modos de vida e tradições diferentes daqueles que estão pautados pela industrialização (GOMES et al, 2017).

Para compreender a realidade da urbanização brasileira, Santos (1979) explica que deve-se levar em conta as especificidades da formação socioeconômica e territorial, além do papel ocupado pelo Brasil no sistema econômico e geopolítico mundial. O autor apoia suas análises no momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço dar-se-á com um crescente conteúdo da ciência, de técnicas e de informação. Este período instaura determinada racionalidade na organização do território a nível mundial que, apesar da origem nos países de capitalismo avançado, não é incompatível com as estruturas sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos. Pelo contrário, essa racionalidade é instrumento indispensável para a integração internacional nos marcos da divisão internacional do trabalho, combinando países em desiguais estágios de desenvolvimento das forças produtivas.

Santos (1979) em sua análise do espaço nos países subdesenvolvidos, aponta para a existência, de dois circuitos econômicos³. A configuração dos circuitos tem origem nos processos de industrialização e de modernização vivenciados nesses países. O circuito superior, altamente beneficiado pelo processo de modernização; o outro, inferior, que parcialmente ou absolutamente não se beneficia do progresso técnico, do avanço organizacional e das vantagens a eles relacionadas. No circuito superior estão os negócios bancários, comércio atacadista, indústria para exportação e transporte; produção em grande escala, articulada para fora da cidade, tendo como objetivo principal a acumulação de capital. No circuito inferior estão as atividades intensivas em trabalho, produção em pequena escala, e, em certo paradoxo, grande potencial criativo. Tem forte articulação à vida local, e o objetivo primordial de garantir a sobrevivência e assegurar a vida familiar diária, bem como dar acesso, o quanto possível, a certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida (Santos, 1979).

O conceito de urbanização extensiva⁴ apresentado por Monte-Mór (1994) é o que melhor responde ao contexto brasileiro e especificamente ao amazônico. É o tipo de urbanização que se estende para além das cidades, em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais, integrando-os em malhas mundiais. Deste modo, a urbanização assume forma sócio espacial dominante que marca a sociedade contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até às diversas periferias. A definição de urbanização extensiva extrapola o modo de vida urbano para além do conceito de cidade, traduzindo-se em uma extensão

³ Santos (1994) apresenta a tese dos dois circuitos da economia urbana, o circuito superior e o circuito inferior. O que diferenciaria as atividades do circuito superior das atividades do circuito inferior seria a tecnologia empregada e o modo de organização do trabalho. Assim, o circuito superior mantém sua base diretamente relacionada à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, detentores das novas tecnologias e de poder no mercado financeiro. Por sua vez, o circuito inferior é formado pelas atividades de pequena escala, como dos pequenos comerciantes, mascates e vendedores ambulantes, voltados para o mercado de consumo local e a população com menor mobilidade (os mais pobres).

⁴ Urbanização extensiva fenômeno levado por meio do tecido urbano, as condições de produção industrial capitalista (mercado de trabalho, infraestrutura, energia, serviços sociais, comunicação e transportes, reprodução coletiva da força de trabalho, etc.) a virtualmente todo o espaço social, fortalecendo e enfatizando a integração sócio espacial, urbano-rural. Tal processo leva, de um lado, à redefinição e ampliação das possibilidades de localização das atividades econômicas, e, de outro, promove uma ampla integração entre o urbano e o rural e entre concentrações urbanas, gerando microssistemas urbano-rurais onde centros e espaços periféricos se articulam funcionalmente ganhando dimensões e intensidades antes impensadas (MONTE-MÓR, 1994).

dos meios de consumo coletivo (integração tecnológica, transportes, comunicações, serviços financeiros, etc.).

A urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) juntamente com a agenda desenvolvimentista do país tem provocado uma reestruturação produtiva do campo e forçado a inserção de populações oriundas do meio rural em manchas urbanas, ou nas áreas periurbanas das cidades amazônicas. A reestruturação do campo inviabiliza o modo de vida da população local e também afeta sua chegada às cidades. Neste estudo procuram-se vestígios de padrões espaciais típicos da região, que ainda resistam e tenham sido produzidos no decorrer do processo de adaptação do modo de vida tradicional às condições contemporâneas de urbanização extensiva.

Monte-Mór (2004) aborda a urbanização e o urbano como o lugar privilegiado do consumo e da reprodução da força de trabalho, mas também como o lugar da possibilidade de reinvenção da vida coletiva. Entretanto, ele também destaca que, devido ao nosso contexto de periferia, as possibilidades de mercadificação do espaço social, da vida humana e da natureza são imensas, logo, a urbanização também condiciona e transforma a vida no espaço urbano. O capitalismo tomou as cidades e transformou progressivamente a natureza para atender suas necessidades. Um urbano natural só será possível por meio da reinvenção do cotidiano e da politização dos espaços sociais a fim de se reconstruir a relação entre urbano e natureza. Segundo o autor existe uma alienação marcante das populações de si mesmas e de seus espaços de vida, que é fortalecida pela inserção da região como periferia do sistema (MONTE-MÓR, 2015).

No Brasil, a persistência de formas de ocupação ligadas ao circuito inferior da economia é uma realidade ampla e pouco compreendida. Isso é particularmente verdade para as diversas fronteiras da Amazônia brasileira, onde a economia informal, popular, solidária e familiar persiste, a despeito dos grandes investimentos destinados ao circuito superior. Por isso, Monte-Mór (2015) acredita que seja possível pensar soluções diferentes para espaços que ainda não estão completamente inseridos pelo sistema. O autor chama de urbano natural ou urbano utópico, o espaço social dos encontros e possibilidades, das representações, das potencialidades, das invenções, das liberdades e das diversidades (MONTE-MÓR, 2015). É exatamente na periferia do sistema que existe a possibilidade de surgimento de novas práticas e soluções para esse cenário até então tão pessimista, face às superposições criadas e incompletudes.

A abordagem do processo de urbanização das cidades na Amazônia, revela uma situação semelhante à trajetória que um dia as grandes cidades brasileiras, ou até mesmo as cidades globais, já passaram. O capitalismo chega à periferia do sistema de forma perversa, se sobrepõe às dinâmicas pré-existentes, impõe novas racionalidades, provoca mudanças drásticas em um curto período de tempo, devasta a natureza por meio do “desenvolvimento” (SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013).

A partir dos anos 1970, as políticas desenvolvimentistas constituíram uma nova organização territorial na Amazônia, a partir do estabelecimento de uma rede logística para dar suporte à extração de recursos naturais em níveis industriais, marcando a mudança do modal tipicamente ribeirinho, para o rodoviário, novas cidades surgiram e a difusão de um novo modo de vida baseado em um paradigma urbano-industrial exógeno (BECKER, 2013; MONTE-MOR, 2014).

Novas instituições foram desenhadas para promover o desenvolvimento na região, por meio de planos para o desenvolvimento nacional, urbano e econômico. Essas gerações de planos tiveram um papel decisivo na ligação da região amazônica ao restante do país. As novas dinâmicas que se estabeleciam aqui eram diretamente relacionadas a uma ideia de desenvolvimento – eram as chamadas políticas desenvolvimentistas – que enriqueciam o discurso governamental. A região Amazônica experimentou expansão econômica e demográfica elevada, suas áreas urbanas se expandiram no último decênio, abrigando população que se desloca em busca de oportunidades criadas direta e indiretamente pela atividade mineradora. Ao mesmo tempo, mesmo em face da expansão de condições de emprego formal, permanecem elevados os percentuais de informalidade (SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013).

É possível dizer que o significado da “informalidade” não se esgota na negatividade implícita na abordagem usual da questão, mais ainda no contexto da Amazônia contemporânea. Ali, formas alternativas de organização do trabalho e da produção possuem tanto uma longa tradição e enraizamento na prática social, quanto um substrato real dado pelas condições naturais abundantes. Essa abundância possui (ou pode ser transformada em) extenso conjunto de valores de uso de absoluta originalidade, capazes de assumir valor de troca realizável no mercado. Esse processo ademais se abre à atuação de pequenos agentes (em termos de posse de recursos) e às formas cooperativas e solidárias de produção (SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013). Santos (1979)

destaca que o circuito inferior da economia possui caráter criativo intrínseco, embora impulsionado não só pela carência; é também o do experimental, do novo, do que se abre para a experiência cotidiana e por isso para um panorama de desenvolvimento alternativo.

Face aos arranjos sócios espaciais existentes, o contexto amazônico tradicional ainda apresenta potencial para criar uma trajetória diferente de urbanização, pois apenas a partir das grandes intervenções federais ocorridas desde os anos 1960 a racionalidade urbana foi difundida no espaço amazônico, que gradualmente potencializou a manifestação dos processos já conhecidos de periferização e exclusão. A existência de alternativas de sobrevivência do trabalhador na Amazônia teve como fundamento, desde os primeiros momentos, a existência de recursos naturais e de um saber prático detido pelo homem da região (COSTA; 2012 apud SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013), foi isso que manteve até hoje arranjos socioespaciais.

A partir da trajetória histórica e econômica da região do Baixo Tocantins é possível enxergar esses processos claramente, pois a região se liga à dinâmica planetária pelo viés da exportação em grande escala, primeiro de pimenta do reino e hoje pela plantação do açaí, atribuído pela sua valorização no cenário nacional e internacional. As ações desenvolvimentistas promoveram a expansão do modelo de vida urbano que está desmantelando a estrutura tradicional entre urbano rural na região.

No Baixo Tocantins a população local historicamente vivia um sistema de vida distinto, dos modelos de vida urbano exógenos. Era normal os moradores da região terem duas moradias, uma na cidade e a outra na área de várzea. A da cidade é para usufruir dos serviços básicos e para facilitar comercialização dos produtos excedentes na feira da cidade, a da várzea é para apoiar o trabalho do extrativismo. Ainda é possível observar o sistema de vida antigo, por meio dos vestígios de arranjos de assentamentos socioespaciais característicos das cidades amazônicas, ligados à dinâmica tradicional e à economia informal. Entretanto nos últimos trinta anos, segundo entrevistas, a população da região tornou-se majoritariamente urbana e cada vez mais desvinculada do sistema urbano rural antigo, com a logística de transporte para escoamento da produção favorecendo a assimilação das áreas rurais à esfera da economia global.

Essa situação tem provocado problemas urbanos semelhantes aos dos grandes centros, violência e periferização em cidades da região. Além de causar tensão na terra

rural, principalmente nas comunidades e áreas remanescentes de agricultura familiar, extrativismo e práticas tradicionais, para inserção desses espaços a economia de esfera global formal.

1.2 – Baixo Tocantins: história, economia e campesinato

A Região do Baixo Tocantins ficou conhecida devido a antiga regionalização definida pela Secretaria de Estado de Integração Regional (Seir) em 2000, extinta hoje. A região abrange uma área de 36.024,20 Km², sendo os principais rios, o Moju, Pará e o Tocantins. Onze municípios compõem a região: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (Figura 2).

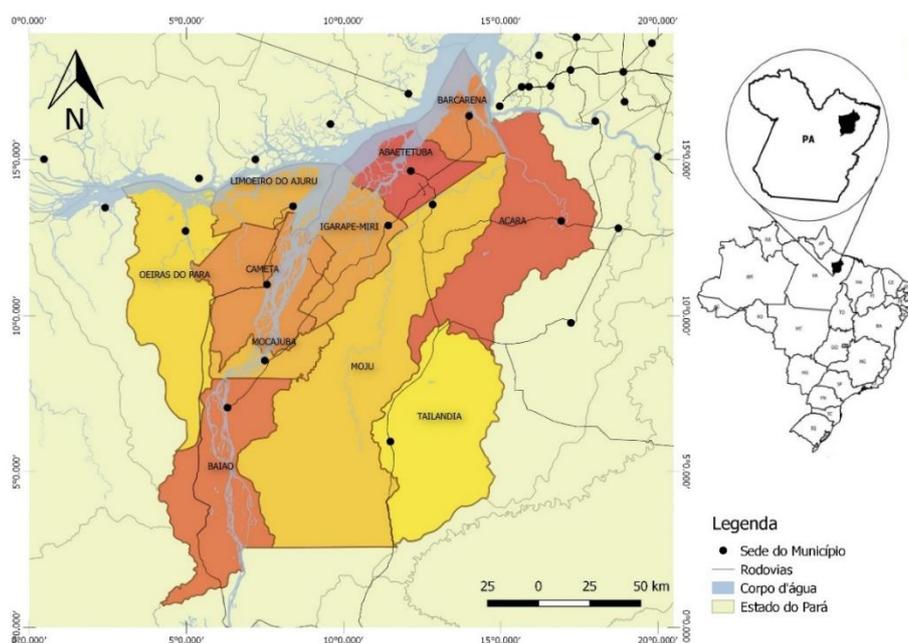


Figura 2 – Mapa de localização da região de Integração do Tocantins. Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2006. Elaboração: Autora, 2019

A população total da região é de 740.045 habitantes, dos quais 390.748 vivem na área rural, o que corresponde a 52,80% do total (IBGE, 2010). O Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira. A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no nordeste do Pará e integra a Bacia do Tocantins.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins (PTDRS – Baixo Tocantins), os primeiros povoamentos na região do Baixo Tocantins têm registro no século XVII, com o surgimento das cidades de: Cametá (1620),

Oeiras do Pará (1653) e Baião (1694). Nos séculos seguintes surgiram as cidades de Barcarena (1709), Igarapé Miri (1710), Abaetetuba (1745), Moju (1754), Acará (1839), Mocajuba (1953) e Limoeiro do Ajuru (1956). A cidade de Tailândia tem sua origem no século XX, seu povoamento está ligado aos assentamentos rurais conduzidos pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA às margens da PA-150, na segunda metade da década de 1970 (BRASIL, 2011).

A colonização portuguesa na região tem registro em meados do século XVIII com a chegada de portugueses de Açores em Cametá, o município mais antigo da região do Baixo Tocantins. Durante este período, a região do Baixo Tocantins se mostrou como importante vetor de expansão da fé católica a partir da formação de aldeamentos indígenas. Em 1620 foi criado pela ordem dos franciscanos o núcleo de Cametá-Tapera, mas depois ficou sob o domínio dos jesuítas para a administração dos padres da Piedade (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Em 1633 o governador do Estado do Pará decidiu formar uma capitania, a qual deu origem à vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá. A vila foi a segunda cidade fundada no Estado, a primeira foi Belém (BRASIL, 2011). O processo de colonização da região do Baixo Tocantins foi marcado não só pela força político administrativa e militar do Estado português, mas também estruturado pelas ordens religiosas com a ocupação dispersa na floresta por meio da atividade de coleta das drogas do sertão, a qual era feita, em sua maioria, por índios dominados e destribalizados (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Em meados do século XVIII a forma de ordenamento e ocupação do território foi profundamente modificada com a política do Marquês de Pombal para a região amazônica. Em termos gerais, a política pombalina promoveu o estabelecimento de uma separação entre o Estado e Igreja, fato este que culminou com a expulsão, em 1769, dos jesuítas da região; concedeu liberdade aos índios; estruturou uma política de incentivo à agricultura e à pecuária; institucionalizou a mão de obra negra africana na região; ofereceu condição para a criação de povoados e elevou 40 aldeias a categorias de vilas; construiu fortificações em áreas estratégicas e promoveu uma reforma no ensino até então cargo dos jesuítas (GONÇALVES, 2002 apud MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

No período do governo de Pombal, a região do Baixo Tocantins recebeu um reforço do povoamento ao longo dos rios, além da transformação das aldeias missionárias em vilas e freguesias; o que acontece, por exemplo em Baião, em 1758.

Neste período houve destaque para as lavouras de cacau na região e grande importância assumida por Cametá nas funções de comércio e serviços no contexto amazônico (GONÇALVES, 2002 apud MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A história da região tem como um de seus elementos constitutivos o sistema de *plantation* (introduzido pelos portugueses, tendo como base o latifúndio, a monocultura, a mão-de-obra escrava e o foco no mercado externo). Sendo que a ocupação de terras na região se baseou primeiramente no cultivo do cacau e posteriormente na cana-de-açúcar. Esta conjugação de elementos favoreceu a concentração de terras e de populações negras, que participaram ativamente na economia regional, trabalhando nos engenhos de açúcar, nos cacauais, nas fazendas de gado, em plantações de tabaco, algodão e arroz (BRASIL, 2011).

As sesmarias distribuídas no Tocantins foram enumeradas com a produção de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, mandioca, e em menor quantidade em gado. As sesmarias revelam o incremento da produção do cacau cultivado. O cacau era exportado seco para os portos europeus, principalmente para os centros de beneficiamento e transformação do produto em chocolate na França (PARÁ, 2009).

A cana-de-açúcar e o cacau tiveram dinâmicas diferentes. A primeira gerou empreendimentos econômicos mais complexos tecnologicamente, pois possibilitou o surgimento dos engenhos, com produtos (aguardente, açúcar, rapadura) de circulação no mercado interno. Já o cacau era exclusivamente voltado ao mercado externo. Tanto o cacau, quanto a cana-de-açúcar dependiam de comercialização e beneficiamento organizados pelos fazendeiros e donos de engenhos (BRASIL, 2011).

Além dos portugueses outros atores sociais mostram-se fundamentais para o processo de ocupação do Baixo Tocantins. São eles os índios fugidos das missões e embrenhados na floresta, responsáveis pela formação de múltiplas aldeias; negros fugidos que formaram vários quilombos em locais de difícil acesso e que existem até hoje; além de inúmeras comunidades tradicionais assentadas, também responsáveis pelo processo de ocupação de povoados às margens do rio Tocantins. (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A cidade de Cametá foi núcleo de resistência ao movimento cabano entre 1835-1940 e inclusive, sede da revolta e capital da província por alguns dias. Se Cametá apresenta-se como foco da resistência legalista, percebe-se, por outro lado, que Baião,

mesmo após a expulsão dos cabanos de Belém, em 1836, permaneceu sob domínio cabano e foi um importante núcleo para organização e difusão do movimento (DI PAOLO, 1985).

Após o desmanche do movimento cabano, depois de violenta repressão, os principais produtos exportados pelo Pará eram o fumo, o cacau, o couro e a borracha, sendo que este último produto começava a ganhar grandes proporções nas exportações e a despertar. As elites ligadas à agricultura, além da elite política, não viam com bons olhos a expansão da atividade extrativa da borracha, mesmo ganhando este produto uma grande importância para as exportações da Província (DI PAOLO, 1985).

Apesar das contradições, na década de 1850 a borracha era o principal produto de comércio regional. Este contexto proporcionou um importante momento para grandes transformações no espaço regional. O Baixo Tocantins assumiu pouco destaque nesse período, assim como a cidade de Cametá perdeu importância frente a outros centros mais inseridos na produção e no comércio da borracha, como Santarém (CORRÊA, 1992).

O início do século XX é marcado pelo esmorecimento da economia da borracha em consequência da concorrência dos seringais do sudeste asiático, estagnação esta que se reflete no Baixo Tocantins, onde se desenvolve, em algumas localidades, a produção da juta e da malva e a circulação da castanha do Pará. A estagnação causou um enfraquecimento do poder estatal e conseqüentemente o fortalecimento das oligarquias (POMPEU, 2002).

Após a estagnação da produção da borracha e conflitos da Segunda Guerra Mundial, a Amazônia passou a assumir o papel de principal centro fornecedor de borracha, fato que gerou um novo crescimento econômico na região de forma rápida e sem grandes conseqüências para o baixo curso do rio Tocantins.

A partir de meados dos anos de 1940 e décadas posteriores, a Amazônia tornou-se definitivamente uma questão nacional. Sob esse contexto foi pensada a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que no primeiro plano previa o investimento em transporte, comunicação e energia, além do desenvolvimento agrícola e da industrialização de matérias primas (D'ARAÚJO, 1992).

Os militares consolidaram o plano atrelando as ideias de integrar, ocupar e desenvolver o território, a doutrina de segurança nacional foi proposta no I e no II Plano

de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O I PDA objetivava a integração física, econômica e cultural da Amazônia ao Centro-Sul do Brasil, além de ocupar o território e promover o desenvolvimento econômico. Por outro lado, no II PDA já se mostrava mais clara a ideia de um desenvolvimento por meio da industrialização com investimentos massivos em transporte e energia, a partir, por exemplo, da formulação do POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), visando à implantação de 15 pólos de desenvolvimento regional a partir da instalação de grandes projetos na Amazônia oriental, sobretudo, à exploração mineral e articulados pelo Programa Grande Carajás (PGC) (BRITO, 2001).

A partir desse contexto instalaram-se a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e o complexo Albras-Alunorte, no âmbito do PGC, no vale do rio, a primeira no seu médio curso e o segundo nas proximidades de sua foz. A UHE foi criada para o abastecimento de energia para empresas beneficiadoras de bauxita e também para grandes centros urbanos regionais. A construção da UHE de Tucuruí foi planejada em duas etapas: a primeira ocorreu no período de 1979 a 1992, por meio da instalação de 12 unidades geradoras principais; e a segunda que se iniciou em 1998, com construção de mais 11 turbinas (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Embora os impactos ambientais e sociais tenham ocorrido imediatamente após a construção da Usina, a energia gerada só chegou às cidades de Cametá, Baião e Mocajuba no final da década de 1990, após a implantação do linhão no Baixo Tocantins. Outras redes técnicas foram instaladas na região, como de telecomunicações, por meio da TV e da telefonia fixa e móvel. Novos eixos de circulação intra-regional foram criados, que se ligam a um novo padrão de ocupação espacial, a estrada e não mas o rio (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Tradicionalmente, no Baixo Tocantins o papel desempenhado pelos rios foi de substancial importância, no transporte de mercadorias e pessoas. Em muitos municípios toda circulação só ocorre por meio de embarcações. Este padrão de ocupação foi denominado por Gonçalves (2005) de rio-várzea-floresta. A partir da década de 1970, este mesmo autor analisa um novo padrão de ocupação, o da estrada-terra firme-subsolo. Nota-se que com a construção da UHE, melhoramento de rodovias e pavimentação de outras, como a PA-150, PA-151, além da Transcametá (PA-156). Em

2011 foi inaugurado o Complexo Alça Viária, possibilitando a integração da região Metropolitana de Belém ao sul, sudeste do Pará e ao polo industrial de Barcarena, envolvendo, desta forma, os municípios da região Tocantins. Trata-se, portanto, de um novo padrão de organização social do espaço geográfico, que possui a estrada como seu eixo de estruturação, observar Figura 3.

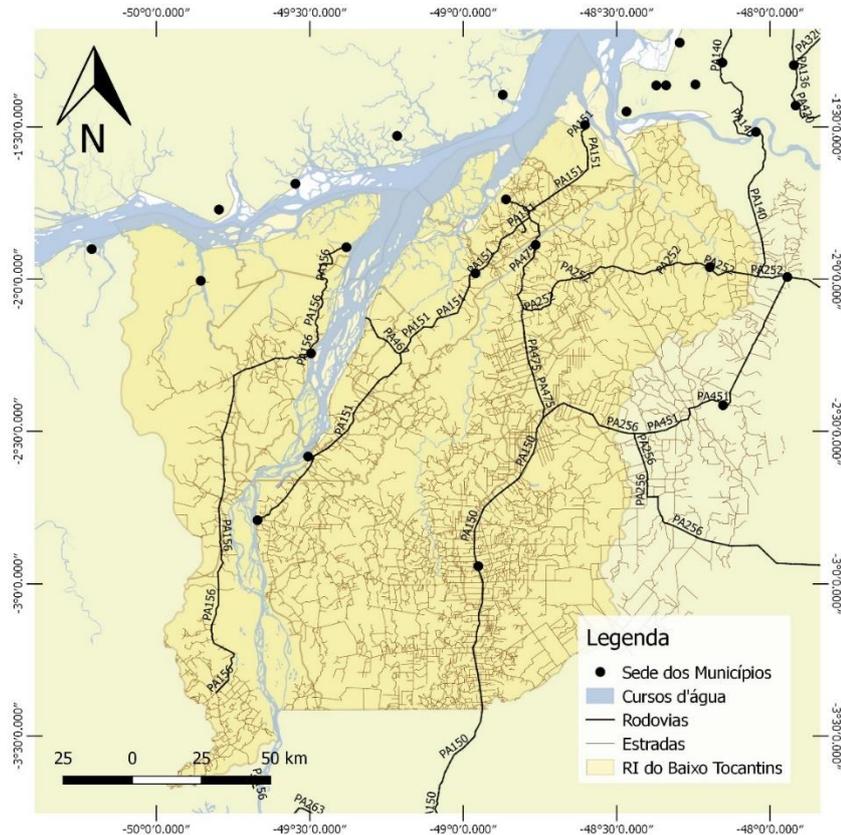


Figura 3 – Mapa dos principais eixos rodoviários na Região do Baixo Tocantins. Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2006. Elaboração: Autora, 2019

A política desenvolvimentista provocou alterações significativas nas cidades da região, acentuando-se o padrão rodoviário como vetor de expansão urbana. Vários bairros surgiram próximos das estradas, expressando uma mudança significativa nas formas de apropriação do espaço. O padrão rodoviário incentivou a urbanização da população, definida pelo incremento da população urbana, vivendo nas cidades e vilas, acompanhada pelas redes técnicas instaladas (viária e elétrica) (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

A presença de estradas não foi a única causa de mudanças nas cidades da região do Baixo Tocantins; a barragem do rio Tocantins edificada pela UH, alterou a vida da

população das cidades, de modo progressivamente maior quanto mais próxima a cidade estivesse da barragem. Tais mudanças consistem principalmente na diminuição dos cardumes no rio, alteração na cor da água, presença de limo antes não existente, submersão da floresta, alteração da qualidade da água devido ao uso de elementos tóxicos quando do desmatamento para formação do lago de Tucuruí, dentre outros, que ocasionaram sérios problemas para um conjunto de populações que usa o rio principalmente como fonte de recursos (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

As mudanças demográficas ocorridas na região foram influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas que afetaram diretamente as taxas de natalidade, de mortalidade, de migração entre outros aspectos. Importante notar que de acordo Censo realizado pelo IBGE no ano de 2000, uma parte dos municípios ultrapassa os 50 mil habitantes, caso de Abaetetuba, Cametá, Barcarena, Moju, Igarapé-Miri e Acará. Ao observar os dados do Censo Demográfico 2000 e 2010 (ver tabela 1), nota-se o aumento da população total, que passou de 559.562 em 2000 para 740.045 em 2010, com variação de 32,25%. Com relação à população rural, houve um acréscimo de 28,89%, e crescimento da população rural, nucleada em vilas e comunidades.

Município	2000			2010		
	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)
Abaetetuba	119.072	70.752	48.320	141.100	82.998	58.102
Acará	51.513	9.745	41.768	53.569	12.621	40.948
Baião	21.126	10.861	10.265	36.882	18.555	18.327
Barcarena	63.259	27.772	35.487	99.859	36.297	63.562
Cametá	97.504	40.388	57.116	120.896	52.838	68.058
Igarapé-Miri	52.599	24.975	27.624	58.077	26.205	31.872
Limoeiro do Ajuru	19.566	3.771	15.795	25.021	6.197	18.824
Mocajuba	20.550	14.570	5.980	26.731	18.279	8.452
Moju	52.942	17.634	35.308	70.018	25.162	44.856
Oeiras do Pará	23.252	7.978	15.274	28.595	11.432	17.163
Tailândia	38.179	27.949	10.230	79.297	58.713	20.584
Total	559.562	256.395	303.167	740.045	349.297	390.748

Tabela 1 – População urbana e rural por municípios do Baixo Tocantins. Fonte: Adaptado de (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

Apesar do processo de urbanização da população, a região apresenta uma forte presença de populações tradicionais em espaço rural e de origem local que traduzem uma forte relação com o rio, não simplesmente por estarem localizados às margens deste, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional (a exemplo da

circulação fluvial), de subsistência material (fonte de recursos alimentares) e simbólica (imaginário sociocultural) (TRINDADE JR., 2003).

De todos os municípios, exceto Tailândia, é forte a relação da população com o rio, pois ainda são importantes eixos de circulação de pessoas e escoamento da produção. É importante destacar que há interação entre os espaços urbano rural, não havendo elementos que comprovem características apenas urbanas ou rurais nesses municípios (TRINDADE JR., 2003).

No estudo de Almeida et al. (2009) a estimativa de população de pescadores para o Estado do Pará foi feita com base na população do setor censitário do IBGE, associado a um mapa georreferenciado e um mapa de solos de várzea do Estado. Com base nessa análise, a população total rural da várzea do Baixo Tocantins foi estimada em quase 140.000 pessoas, representando 22.000 famílias. Cametá é o município que contém o maior número de famílias em várzea.

Por meio do protagonismo político de indígenas e quilombolas e ainda pela aliança dos povos da floresta, a luta por terra e em defesa de seus territórios ficou forte na década de 1980. Desde então, esse movimento se capilariza, gera políticas que associam a proteção ambiental, reconhecimento identitário e designação territorial, visibilizando a sociobiodiversidade brasileira, por intermédio de vários instrumentos legais para defesa de seus direitos, como demarcações de unidade de conservação, de projetos de assentamento agroextrativista, de terra indígena e outros.

A Figura 4 refere-se aos projetos de assentamentos, unidade de conservação, terras indígenas e área quilombolas existentes na região. Conforme os dados do IBGE (2016) são 130 projetos de assentamento, sendo dois Projetos de Assentamento Estadual (PE), 26 Projetos de Assentamento Federal (PA) e 102 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), ao todo são mais de 30.000 mil famílias assentadas na região. O município de Cametá apresenta a maior quantidade de projetos, enquanto que o município de Tailândia o menor. A falta de regularização fundiária, é citada como um dos maiores entraves para o processo de desenvolvimento sustentável do Baixo Tocantins, uma vez que a existência de terras públicas sem destinação potencializa conflitos pelo uso e posse da terra e gera insegurança, especialmente junto ao agricultor familiar.

Dentro da região do Baixo Tocantins existem duas Reserva Extrativista (ver Figura 4) que já foram reconhecidas pelo governo de Federal, como unidades de conservação,

por possuírem uma grande biodiversidade (biológica e cultural), são elas: RESEX Arióca Pruanã e Ipaú Anilzinho, ambas foram criadas com objetivo de proteger os meios de vida, a cultura e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente. A primeira está localizada no Município de Oeiras do Pará, com área de 83.445 hectares e com 500 famílias; a segunda está localizada no Município de Baião, com a área de 50.816 hectares e com 598 famílias (Decreto Lei de 16/11/2005 e 22/08/2002).

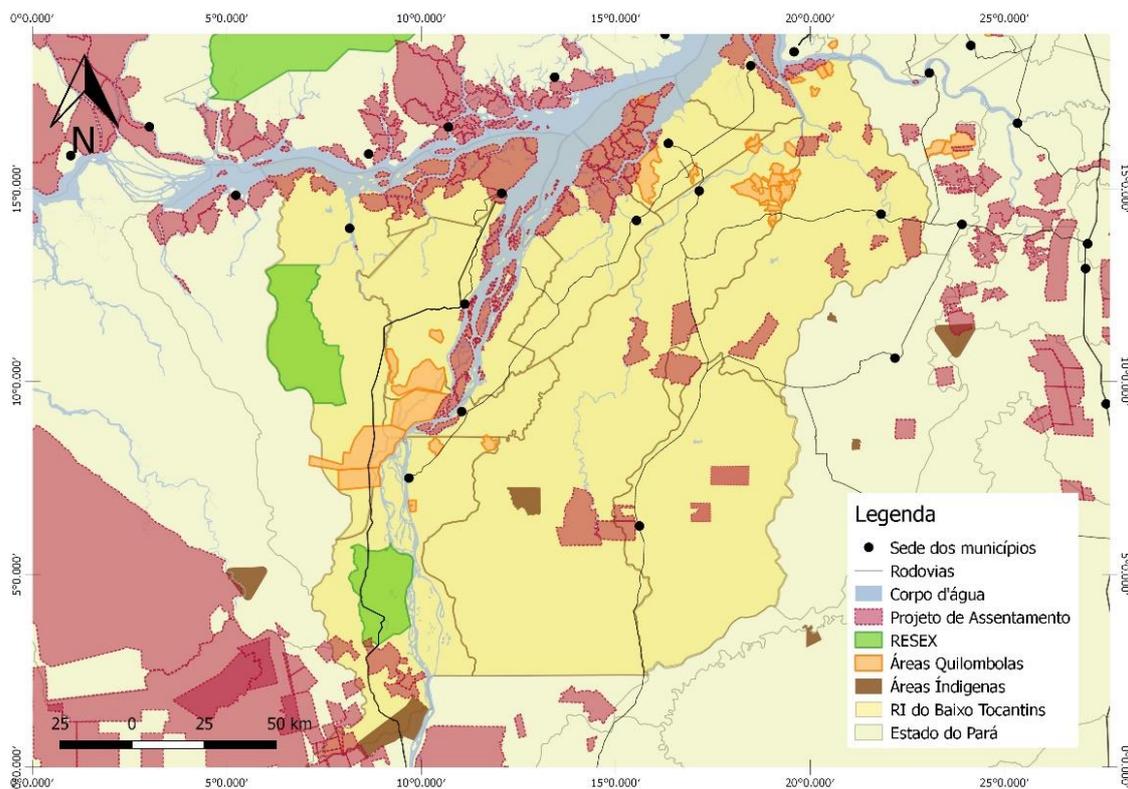


Figura 4 – Mapa de localização dos projetos de assentamento, unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas na região de Integração do Tocantins. Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2016. Elaboração: Autora, 2019

Áreas em cor laranja na Figura 4 correspondem às áreas quilombolas e são 27 ao total. A presença de grupos remanescentes de africanos na região do Baixo Tocantins é inquestionável, os contingentes mais expressivos estão localizados em comunidades rurais que se situam nas margens de rios e igarapés, e com economia baseada na pequena agricultura familiar de natureza extrativista.

A região do Baixo Tocantins viveu um movimento de resistência conhecido como Anilzinho em 1986, que se constitui como um marco no campesinato na região, sendo considerado um dos mais antigos e importantes da Amazônia. Foi o primeiro movimento de luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O conflito ocorreu em 1979, numa região situada às margens de um rio Anilzinho. Constituiu um fato importante no processo de adesão da Igreja Católica local à luta pela terra que já iniciaram em diversas regiões do Brasil (COSTA, 2006).

A Igreja Católica foi um dos atores mais presentes no campesinato amazônico durante o período de 1960 a 1990. A presença da Igreja Católica foi mais relevante a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) na formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), associações e cooperativas. Na experiência de Cametá, são conhecidas as comunidades cristãs que fomentaram experiências com o cultivo da pimenta-do-reino, a criação de cantinas comunitárias e a assistência técnica (COSTA, 2006).

A expansão do cultivo da pimenta do reino na região, ocorreu principalmente a partir da década de 1970, no qual os japoneses e seus descendentes, além de produtores brasileiros, trouxeram da área de Tomé-Açu. A expansão do cultivo desse produto ocorreu ao longo das rodovias PA-151 e PA-156, além de significar uma expansão urbana no vetor das estradas e vicinais, devido várias vilas e povoados localizados próximos ou nas margens das estradas terem se especializado na produção desta cultura agrícola; também inseriu a região em circuitos econômicos, inclusive tornando-se a principal cultura agrícola da região e a maior área plantada de agricultura permanente. Com o decorrer do tempo, essa atividade agrícola perdeu força e entrou em crise em 1995, devido ao desgaste do solo, pela queda do valor do produto no mercado, além de falta de incentivos e créditos e de assistência técnica, entre outros fatores. (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010).

Na década de 1990, o campesinato do Baixo Tocantins, registrou uma vasta mobilização camponesa em todo o país em busca do reconhecimento econômico, social e político. Nesse contexto de lutas, houve um conjunto de inúmeras formas de mobilização, nos acampamentos camponeses do município de Cametá e no município vizinho de Tucuruí na luta pela energia elétrica, além de ocupações em órgãos públicos no município e em Belém (COSTA, 2006).

A conquista do Fundo Constitucional do Norte⁶ (FNO) é considerada um marco para a luta sindical no Baixo Tocantins. Assim também é percebida a eleição de representantes da categoria dos agricultores e extrativistas em diferentes níveis de poder. Além do FNO, a luta sindical alcançou outras políticas públicas para a região, como o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar⁷ (Pronaf). O programa sucedeu um profundo endividamento do trabalhador. Entre os fatores indicados, encontra-se a ausência de habilidade do trabalhador rural com as entrelinhas da dinâmica bancária. Os camponeses foram duramente atingidos, enquanto os setores do agronegócio ligados à produção dos insumos agropecuários conseguiram lucrar bastante com a venda de maquinário e adubo químico. Técnicos que atuam na assistência rural regional revelam que o modelo dos projetos foi equivocado, marcado pelo incentivo de monoculturas da pimenta-do-reino e de espécies frutíferas estranhas à região. Uma ação na contramão do que preconizam os estudos sobre a Amazônia, que sugerem a dinâmica da diversificação de culturas (COSTA, 2006).

Os registros históricos sobre as ações da Diocese de Cametá com o incentivo da pimenta do reino sinalizam como limites, além da dinâmica de monocultura, o uso intensivo de adubos químicos. O golpe de misericórdia na monocultura de pimenta-do-reino foi a redução do preço no mercado externo. A outra fase diz respeito às linhas de financiamento do governo que tiveram como resultado o endividamento das famílias camponesas, o que resultou num clima de insegurança e desconfiança entre os trabalhadores rurais sobre qualquer intervenção externa (COSTA, 2006).

No contexto atual, a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC) atua na construção de um processo de transição do modo de produção camponesa, tendo como centro a agroecologia. O intuito é a construção da rede de camponeses multiplicadores no horizonte da agroecologia e saúde preventiva, seguindo uma orientação cuja base reside no diálogo e na troca das diferentes formas de

⁶ Tem o objetivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, por meio de programas de financiamento aos setores produtivos privados. O FNO é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento, dirigido para atender às atividades produtivas de baixo impacto ambiental, cuja macro diretriz é o desenvolvimento sustentável da Região Norte (SUDAM, 2015).

⁷ Programa Nacional de Agricultura Familiar foi Institucionalizado por meio do Decreto Presidencial nº 1946 de 18 de junho de 1996, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da "agricultura familiar".

conhecimento, para o cultivo de práticas inovadoras de produção camponesa. A associação incentivou canais de diálogo com uma diversidade de sujeitos sociais regionais, nacionais e internacionais, entre eles universidades, associações e cooperativas de produtores rurais, Casa Familiar Rural, sindicatos de trabalhadores rurais, colônias de pescadores e inúmeras instituições dos governos municipais, estadual e federal (COSTA, 2006).

A APACC tem como pontos positivos a diversificação da produção camponesa do Baixo Tocantins. Antes da intervenção da APACC, o produtor mantinha uma ou duas linhas de produção; após a troca de conhecimento com a equipe multidisciplinar da ONG, a unidade produtiva mantém entre quatro e seis linhas de produção. Isso possibilita segurança alimentar e renda durante todo o ano. O manejo do açaí é uma das práticas com maior repercussão no aumento da produção (COSTA, 2006).

O tema do financiamento rural na região do Baixo Tocantins é relevante devido à demanda por financiamentos de reforma agrária para a agricultura familiar (ver Tabela 2). A tabela apresenta que a região tem mais de 130 projetos de reforma agrária, liderados pelos municípios de Abaetetuba e Cametá e recebeu mais de 23.000.000,00 de reais em financiamentos pelo PRONAF. Isso afirma o caráter rural da região e o seu potencial para a implantação de projetos econômicos e sociais voltados para a agricultura familiar. No entanto o município de Barcarena concentra 60% do PIB (Produto Interno Bruto) da região, e caracteriza a concentração de renda e desigualdade regional com seu complexo industrial, enquanto os demais setores econômicos apresentam papel secundário. Contudo, o Baixo Tocantins possui forte atuação de agentes comerciais que mobilizam os produtos regionais e realizam articulação com o mercado nacional e internacional. Essa articulação comercial possui desdobramentos na geração de renda e na consolidação da economia popular, invisível nos indicadores econômicos brasileiros (SOUZA, 2011).

Município	Reforma Agrária		Agricultura Familiar		
	Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	Nº de Projetos - Reforma Agrária	Nº de estabelecimento da agricultura familiar	Pessoal ocupado na agricultura familiar	PRONAF - Valores (R\$) (2013-2014)
Abaetetuba	7.461	20	4.448	15.411	2.637.188,96
Acará	801	9	4.245	14.333	5.909.080,68
Baião	1.385	13	1.969	9.918	1.222.595,24
Barcarena	2.667	8	812	3.172	64.307,73
Cametá	6.639	37	9.061	37.435	2.536.848,85
Igarapé-Miri	4.598	11	1.967	6.526	342.846,44
Limoeiro do Ajuru	3.661	19	2.589	6.932	238.016,56
Mocajuba	840	4	1.243	5.211	519.254,94
Moju	1.182	5	3.562	13.930	6.755.501,84
Oeiras do Pará	1.437	8	2.275	8.022	1.218.795,20
Tailândia	166	3	130	431	1.656.063,85
Total	30.837	137	32.301	121.321	23.100.500,29

Tabela 2 – Números de famílias, projetos para a Reforma Agrária, número de estabelecimentos e financiamento da agricultura familiar. Fonte: Adaptado de (INCRA, 2015; MDA, 2014, 2015 e IBGE Censo Agro, 2006).

O extrativismo vegetal, produção agrícola (agricultura familiar) e pesca artesanal são as atividades econômicas da maioria dos municípios e pessoas que vivem no território da região do Baixo Tocantins, ou seja, as atividades econômicas que têm o maior alcance populacional são aquelas vinculadas à ocupação da terra. A natureza adquire um sentido econômico, definindo o Baixo Tocantins como uma região agrícola e extrativista na divisão territorial interna do trabalho no contexto Amazônico (TRINDADE JR, 2009).

O extrativismo vegetal junto com a agricultura, correspondem a mais de 60% da economia dos municípios do Baixo Tocantins (BRASIL, 2011). A Tabela 03 mostra que a madeira (lenha) é o principal produto extrativo do Baixo Tocantins e o açaí é o produto não madeireiro mais extraído. Os municípios que mais se destacam na extração de produtos madeireiros e não madeireiros são, Baião (lenha), Cametá (palmito) e Limoeiro do Ajuru (açaí). É importante mencionar que a extração do açaí, ocorre em todos os municípios da região, informação que não consta no IBGE (2016), principalmente com relação ao município de Cametá.

Municípios	Alimentícios			Madeireiros		
	Açaí (fruto)	Castanha-do-pará	Palmito	Carvão Vegetal	Lenha	Madeira em tora
	Quantidade produzida (toneladas)	Quantidade produzida (toneladas)	Quantidade produzida (toneladas)	Quantidade produzida (m³)	Quantidade produzida (m³)	Quantidade produzida (m³)
Abaetetuba	210	23	29	1.470	23.000	50
Baião	900	25		70	250.000	90.000
Cametá	-	31	1.300	220	70.000	9.500
Igarapé-Miri	4.100	-	310	17	11.000	200
Limoeiro do Ajuru	35.000	-	291	9	60.000	7.800
Mocajuba	7.800	-		40	60.000	250
Oeiras do Pará	23.800	20	45	11	13.000	40.000
Tailandia	90	65	47	230		
Barcarena	1.300			38	45.000	
Acará	300	900		14	3.000	150
Mojú	138	30	2	30		25.000

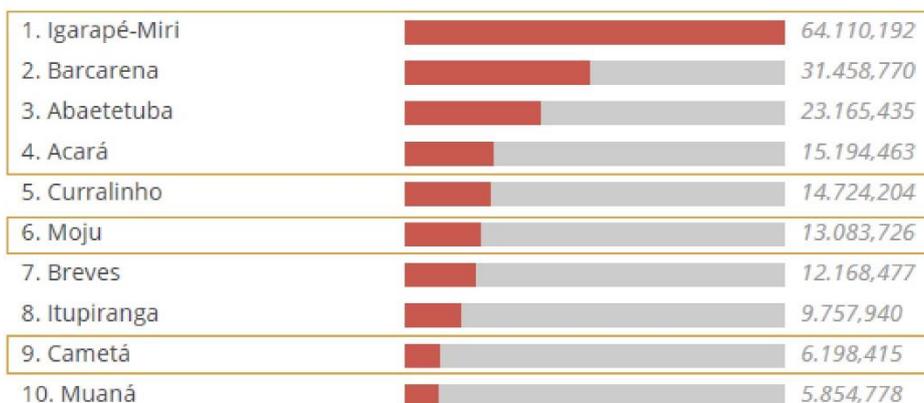
Tabela 3 – Quantidade dos produtos da extração vegetal para os municípios do Baixo Tocantins. Fonte: Adaptado de (IBGE, 2016).

A cadeia do açaí é a mais importante na região do Baixo Tocantins, foi responsável por 26% da produção brasileira, correspondente a 98.149 toneladas, no ano de 2014, o restante do estado do Pará por 30% e outros Estados por 44%. No último CENSO AGRO (IBGE, 2017) os números são ainda mais expressivos, dos 10 maiores municípios produtores de açaí no Estado do Pará, 6 são da região do Baixo Tocantins (figura 5).

Figura 5 – Maiores produtores de açaí em tonelada do Estado do Pará. Fonte: Adaptado

Maiores produções de Açaí - Fruto // Pará

toneladas



* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

de (CENSO AGRO – IBGE, 2017).

Hoje o açaí é produto não só de consumo endógeno, tornou-se uma commodity, consumida por outros mercados fora da Amazônia, inclusive no exterior, e de uma forma completamente diferente do consumo tradicional. Neste momento em que o açaí-fruto, em forma de polpa, começa a ser comercializado em outras cidades, surgem novos produtos a partir da polpa do açaí como o sorvete de açaí, mix, energéticos, refrigerantes, cosméticos e outros (CORRÊA, 2016).

Este é o momento propício para que haja mudanças significativas na forma de reprodução socioeconômica das populações tradicionais devido o impulso na produção do açaí. Uma demanda externa que tem gerado impactos para a ampliação da produção local. A expansão do açaí no mercado externo, levando em consideração o volume da produção na região, tem gerado poucos benefícios para as comunidades ribeirinhas, algumas têm como principal ocupação o cultivo do açaí. As famílias extrativistas vendem o açaí para os atravessadores, cooperativas e geleiras, de forma in natura e a preços baixos, sem nenhuma agregação de valor ou se dirigem as cidades, sede dos municípios e distritos para realizar a venda nas feiras, como era feito tradicionalmente (IPEA, 2011).

O açaí da região do Baixo Tocantins tem um período de safra, de julho a dezembro, sendo que o ponto mais alto da safra ocorre de agosto a novembro. A entressafra compreende o período de janeiro a junho. A influência climática, principalmente a ausência de precipitação pode provocar alterações no período da safra do açaí. Ocorrendo dessa forma a oscilação do preço do produto da safra para a entressafra. A experiência e o conhecimento acumulados dos produtores também têm permitido uma produção maior no período de entressafra, a partir do manejo dos açais, seleção de espécies que melhor estão se adaptando a produzir neste período, escolha de áreas mais baixas, as quais apresentam uma maior concentração de água por estar constantemente submergidas pelas marés, escolha de outras árvores que propiciam o sombreamento adequado e até uma técnica de retirada dos cachos ao nascer para forçar uma mudança no ciclo da planta (IPEA, 2011).

O preço do açaí na safra pago pelos atravessadores é sempre mais baixo que a expectativa das famílias que o cultivam. Pois os preços são tabelados pelo exportador com quem o atravessador negocia. Apesar da concorrência entre diversas Agroindústrias, como a oferta de açaí é abundante durante a safra, o seu preço acaba caindo muito, além do mais a intermediação entre os produtores e as agroindústrias é feita por meio de

muitos atravessadores. No entanto, poucos são aqueles que possuem o contato direto com a agroindústria processadora do fruto⁸.

A mobilização social e os processos de implantação de projetos de manejo florestal dos açazais provocaram alterações profundas na paisagem do Baixo Tocantins. Atualmente, umas das principais preocupações difundidas pelos assentados e representantes de instituições de pesquisa tem sido o avanço da monocultura do açaí no território. Mesmo se tratando de uma espécie nativa, a crescente demanda pelo fruto do açazeiro intensificou sua homogeneização na região. Ocorreu a substituição de espécies vegetais por grandes áreas de açazais, caracterizando um sistema de cultivo racional e não de agricultura familiar de manejo (SOUZA, 2011).

Os dados da Tabela 4 apresentam informações sobre a produção agrícola na região do Baixo Tocantins. A agricultura temporária apresenta uma distribuição de usos que tem a mandioca, o arroz e o milho como principais produtos. Estes produtos concentraram mais de 90% da produção da região (IBGE, 2016). As principais culturas permanentes na região são a pimenta do reino, o dendê e o cacau.

Produção Agrícola								
Município	TEMPORÁRIO					PERMANENTE		
	ABACAXI	ARROZ	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	PIMENTA DO REINO	DENDÊ (cacho de coco)	CACAU
	Quantidade produzida (1 000 frutos)	Quantidade produzida (t)						
Abaetetuba	180	30	48	30 600	54	28	20 000	25
Baião		23		2 340	96	2048		100
Cametá	120	180	48	67 200	120	1425		2887
Igarapé-Miri	75	14	11	16 360	24	48		160
Limoeiro do Ajuru	408	15	2	1 170	12	6		25
Mocajuba		36	8	7 875	36	1279		546
Oeiras do Pará		250		96 000	96	840		30
Tailandia	25	1600	137	16080	37146	60	405505	14
Barcarena	300	6	30	17.600	360	40		421
Acará		9	18	277 000	24	1800	195000	638
Mojú	1 440	160	49	128 000	3600	240	141515	36

Tabela 4 – Quantidade da produção agrícola temporária e permanente, segundo os municípios da região do Baixo Tocantins. Fonte: Adaptado de (IBGE, 2016).

O dendê se tornou um cultivo importante para região do Baixo Tocantins. Em maio de 2010, o governo federal lançou na região, o Programa AgroEnergético com foco no plantio de 215 mil hectares de dendê na primeira fase. De acordo com o Programa

⁸ Informação adquirida em entrevista com morador na comunidade agroextrativista Nossa Senhora das Graças de Furtados, no município de Cametá. A entrevista ocorreu no dia 6 de agosto de 2018.

AgroEnergético do governo federal, o objetivo é tornar o país autossuficiente na produção do óleo de palma. Para isso ele aposta no crescimento da produção do biodiesel, a partir de dois projetos da Petrobras Biocombustível na região (SOUZA, 2011).

A produção pesqueira possui um importante papel socioeconômico para o Estado do Pará, pois além de representar a principal fonte de proteína animal para a maioria da população, os produtos oriundos da pesca movimentam a economia das populações ribeirinhas. Sob esta ótica, a pesca artesanal destaca-se tanto por seu volume de produção, quanto pela quantidade de pessoal envolvido (SOUZA, 2011).

Nos municípios do território do Baixo Tocantins, onde ocorre pescaria de água doce, a maior parte do pescado é comercializada dentro dos próprios municípios, diretamente ao consumidor ou por meio de atravessadores, preferencialmente, com o pescado resfriado e em poucos casos seco ou salgado. O município de Tailândia é o único no território que não pratica pesca artesanal, por não possuir malha hidrográfica, apesar de já estar desenvolvendo atividade na área de aquicultura (BRASIL, 2011).

Grande parte da produção agrícola, extrativista e de pesca é destinada a abastecer a própria região, com a comercialização realizada em maior parte em feiras livres, geralmente nas margens dos rios, no centro da cidade. Esses produtos são trazidos das áreas de várzeas e de agricultores da terra firme. Dessa forma a feira se mostra como o lugar de diferentes tempos, dinâmicas e de ponto de convergência, de encontros, uma vez que produtores e compradores de diversas áreas da região (SILVA; MALHEIROS, 2005).

1.3– Contribuições do capítulo - Periodização da produção do espaço dos assentamentos de populações tradicionais em várzea e terra firme a partir dos processos históricos e econômicos

O espaço é produto e manifestação da sociedade e expressa todas as contradições criadas e apreendidas nas relações sociais. Em cada momento histórico, o lugar tem um papel próprio no processo produtivo, conforme apontou Santos (1996), assumindo uma transformação mais ou menos significativa de acordo com o desenvolvimento econômico, social, cultural e geográfico exercido por este processo, determinando, dessa forma, características peculiares.

Numa perspectiva geográfica, a produção social e econômica tem relação direta com o lugar e dele adquire uma parcela das condições de sua realização. Milton Santos (1997) atesta a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia, quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da ideia de sistema de tempo”, ou ainda, que os elementos de espaços variam de acordo com o movimento da história. A essência do espaço é social e ao entendê-lo como uma totalidade, o autor propõe a sua divisão como recurso metodológico para melhor analisá-lo.

Desta forma, o espaço é resultado de uma lógica social que apresenta variações, ou de diferentes lógicas ao longo da história. Portanto, a análise necessita da leitura de suas particularidades históricas, uma vez que as estruturas atuais apresentam formas que expressam conteúdos sociais do passado.

Segundo Santos (2003), a questão é escolher as variáveis que, em cada pedaço de tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que se denomina período. A periodização espacial é um procedimento que possibilita traçar uma linha evolutiva das mais diversas relações espaciais (DINIZ e DUARTE, 1983).

Foi necessário esboçar a trajetória histórica e econômica para entender os processos de construção e desconstrução dos assentamentos de populações tradicionais em várzea e terra firme na região do Baixo Tocantins. Para facilitar a compreensão das características do território foi feita uma distinção entre assentamentos em sítios de várzea e terra firme, pois estes contextos contam com arranjos espaciais diferentes, seja pela localização geográfica ou pelas práticas de trabalho. Tal diversidade de formas de produção do espaço será assumida nesta dissertação como fundamental para a construção do espaço e condicionamento do modo de vida das pessoas que lá habitam.

A periodização espacial dos assentamentos em terra firme foi separada em quatro período (observar Figura 6): (1) Fixação, (2) Mobilidade, (3) Demarcação e (4) Infraestrutura. Para os assentamentos em várzea apontamos três períodos:(1) Fixação, (3) Demarcação e (4) Infraestrutura. É importante enfatizar que a proposição dessa periodização parte dos acontecimentos históricos, econômicos e políticos que foram essenciais para a ocorrência de transformações sócio espaciais significativas. Observa Figura 6 apresenta o esquema que mostra a periodização da produção espacial dos assentamentos em terra firme e várzea.

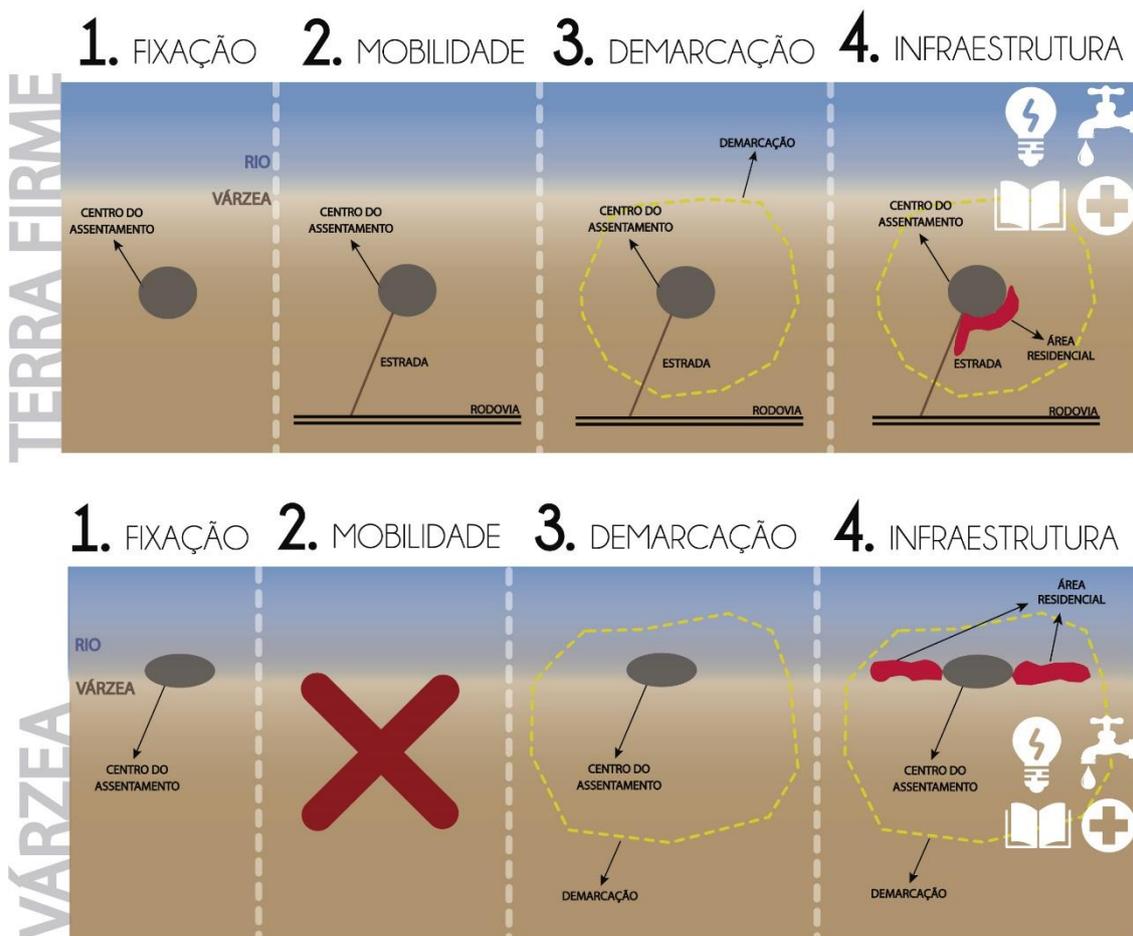


Figura 6 - Esquema de periodização da produção espacial dos assentamentos em terra firme e várzea. Elaboração: Autora, 2020.

Em ambos assentamentos, tanto em várzea quanto em terra firme o primeiro período foi denominado de Fixação, por corresponder ao período de escolha do lugar em que está localizado o assentamento, geralmente próximo há algum rio ou igarapé que facilite a locomoção.

Os refúgios dos escravos fugitivos eram construídos nas matas e próximos dos rios. Geralmente, muitos quilombos se formavam juntamente com indígenas, crioulos e africanos, gerando um alto índice de miscigenação (GOMES, 2011). O rio era o principal acesso para os mocambos, que geralmente se instauravam em suas margens, nas cabeceiras, cujas nascentes em tempo de cheia formavam um emaranhado de caminhos

interligados por lagos e igarapés, o que possibilitava uma comunicação entre comunidades de fugidos (FUNES, 1999).

O segundo período foi o da Mobilidade, que corresponde à introdução do eixo rodoviário na Amazônia, e se aplica somente aos assentamentos de terra firme, quando diversas comunidades passaram a ter acessibilidade facilitada pelas rodovias federais e estaduais na medida em que elas foram construídas; foi o período em que a estrada de conexão com a rodovia tornou-se eixo de expansão, alterando a produção espacial da comunidade. Neste período, as rodovias passaram a ser priorizadas pelas comunidades e assentamentos de terra firme, por proporcionarem o acesso mais rápido aos centros urbanos mais próximos enquanto as estradas que ligam às rodovias orientavam a expansão espacial das comunidades.

Como os assentamentos em várzea sempre tiveram o rio como principal eixo de mobilidade, não apresentam essa etapa da periodização.

O terceiro período dos assentamentos em terra firme e da várzea, e foi denominado de Demarcação, iniciado após a década de 1980, quando os povos tradicionais na Amazônia uniram-se na luta por terra e na defesa de seus territórios, de seus bens naturais e de suas diferentes formas de manejo e uso. Desde então, esse movimento gerou políticas que associam proteção ambiental, e possibilitou o reconhecimento de vários assentamentos, por meio da proteção legal com a demarcação de suas áreas de vida, na forma de unidade de conservação, projetos de assentamentos federais e estaduais, áreas quilombolas e indígenas. É esta institucionalidade que permite que as comunidades de populações tradicionais garantam sua forma de sobrevivência da floresta, apesar de serem ainda insuficientes por restringirem-se à delimitação do território.

Esse período foi marcado por muitas políticas de regularização fundiária e de financiamentos à agricultura para a produção, isso deu visibilidade às comunidades tradicionais, mas possibilitou que outros atores tivessem acesso à terra e facilidades nos principais financiamentos. Assim as comunidades se mantiveram em condição de atraso tecnológico em suas plantações e áreas de extrativismo, porque não tinham familiaridade nem acesso às dinâmicas bancárias necessárias para o financiamento, ou seja não houve suporte técnico capaz de auxiliar os produtores camponeses. Tudo isso ocorreu em paralelo às grandes mudanças ambientais causadas pela construção da UHE na região,

que prejudicou o acesso ao pescado. As comunidades conseguiram se adaptar às condições novas, e sobreviver a partir de seus saberes sobre os ciclos da floresta, essenciais para manutenção do seu modo de vida.

As políticas de regularização fundiária e financiamentos de ajuda à produção trataram a terra como mercadoria, evidenciando seu valor de troca. O valor de troca é uma relação quantitativa, ou seja, a proporção pela qual se pode trocar valores de uso (HARVEY, 1980). Porém para os moradores das comunidades tradicionais a terra apresenta fonte de sobrevivência, assumindo assim valor de uso. O valor de uso estaria vinculado às necessidades para a nossa existência e para a reprodução social (HARVEY, 1980).

O quarto período da terra firme e da várzea refere-se ao período mais recente da transformação e produção espacial nos assentamentos, o de provisão de infraestruturas. As infraestruturas são: a água encanada, luz elétrica, acesso à internet e a telefonia, escola, posto de saúde e outros, que têm provocado mudanças no interior nos assentamentos. Essas transformações estão ligadas ao conceito de urbanização extensiva, nos quais valores e práticas urbanas são disseminadas para além do espaço urbano, afetando e transformando áreas rurais. Por esses motivos as comunidades estudadas são nomeadas de urbanas-rurais.

Esse período tem provocado transformações na organização das edificações residenciais. Devido à instalação de energia elétrica, muitas vezes de maneira clandestina, casas foram reposicionadas nas áreas próximas ao centro do assentamento (área que concentra dos serviços da comunidade), para que fosse possível a utilização da luz elétrica. Na terra firme as áreas residenciais estão mais próximas ao centro do assentamento, onde a estrada é o eixo de expansão, enquanto na várzea as áreas residenciais estão ao lado do centro, a expansão de crescimento da comunidade segue linearmente o curso do rio, ao longo das suas margens. Observar a Figura 7. Geralmente a energia elétrica chega primeiro nos centros dos assentamentos forçando a transferência das casas.

Ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, indígenas e outros sempre apresentaram relação equilibrada com a floresta, retirando dela os seus sustentos. Contudo essa forma de relacionamento com a natureza se manifesta espacialmente de modos diferentes. Existe uma grande diversidade de arranjos espaciais na Região do Baixo Tocantins, que

são orientados por modos de vida, relações de trabalho e outros fatores, bastante distintos.

As comunidades tradicionais ainda mantêm, suas identidades espaciais apesar das mudanças, mas as políticas públicas não atentam para suas especificidades e seguem impondo formas (tipologias) e políticas para os assentamentos tradicionais pautados na vida da cidade. Por isso faz-se necessário estudar e buscar os vestígios de arranjos espaciais tradicionais compreensivos com a natureza, para assim orientar políticas mais adequadas às realidades amazônicas.

CAPÍTULO 2

Modo de vida como expressão espacial de populações
tradicionais

CAPÍTULO II – Modo de vida como expressão espacial de populações tradicionais

Este capítulo buscou explicitar as relações do modo de vida das populações tradicionais em assentamentos de várzea e terra firme da região do Baixo Tocantins. Analisa a percepção que as populações possuem sobre seus assentamentos, a forma de ocupação, as heranças culturais, a apropriação dos espaços, a sociabilidade, a relação familiar, as práticas de trabalho e os eventuais problemas identificados.

2.1 – Heranças das populações tradicionais amazônicas

Populações tradicionais são grupos que possuem culturas diferenciadas, por meio das formas próprias de organização social, do uso do territórios e recursos naturais para sua reprodução sócio-cultural-religiosa e econômica, utilizando conhecimentos transmitidos oralmente e na prática cotidiana (BURKE, 2005). As atividades diárias, as formas de apropriação do espaço e as maneiras de construir edificações das populações tradicionais foram herdadas de diversos grupos étnicos formadores do território brasileiro.

A população brasileira é bastante miscigenada. Isso ocorreu em razão da mistura de diversos grupos humanos. A formação básica da população brasileira é triétnica, a lógica indica que se deveria iniciar pela contribuição dos indígenas e só depois contabilizar os imigrantes mais recentes, as correntes negras e ibéricas. A convivência de 300 anos dessas três vertentes culturais sob condições históricas muito peculiares levou à profunda hibridação étnica que se construiu num substrato ao qual vieram se juntar as novas correntes imigratórias (WEIMER, 2012).

Weimer (2012) explica que as construções populares brasileiras apresentam quatro características fundamentais para a compreensão da forma em como se vive nos territórios. A primeira é a simplicidade, por ser o resultado da utilização dos materiais fornecidos pelo meio ambiente. Evidentemente, é um produto da imaginação humana, por isso não pode ser reduzida a realização da natureza. Mas sempre mantem uma vinculação estreita com a natureza, em virtude das limitações econômicas a que estão sujeitas. Pode-se até mesmo afirmar que as construções se afastam das condições ecológicas na exata medida em que aumentam os recursos econômicos disponíveis para

a sua produção. A segunda é a adaptabilidade, os migrantes conseguiram adaptar suas técnicas tradicionais e seus modos de edificar para as circunstâncias locais brasileiras. A terceira característica é a criatividade, a arquitetura popular não é dominada pelas técnicas desenvolvidas pela arquitetura erudita, sendo assim despida de compromisso e permitindo a imaginação empregar outros materiais nas construções. A quarta característica reside na forma plástica da construção, que é resultado das técnicas e materiais empregados, nunca obedecendo uma intenção plástica, como na arquitetura erudita (WEIMER, 2012).

2.1.1 – Herança Indígena

A cultura indígena apresenta qualidades que causavam inveja ao homem contemporâneo, como sua admirável adaptação ecológica e a estrutura social isenta de disparidades causadoras de explorações das forças de trabalho. As elites econômicas brasileiras jamais deram valor a essa cultura que vem sendo apresentada como selvagem, primitiva, atrasada e assim por diante. Em verdade, o limitado desenvolvimento tecnológico da produção material foi o maior causador de sua submissão ao mundo dos brancos e a primeira parte da escravidão.

Segundo Weimer (2012) a forma mais simples das construções indígenas é a da casa unitária, em que toda a tribo vive sob um só teto. Via de regra a planta da casa apresenta formato retangular, em que um dos lados menores é fechado por semicircunferência. O interior é dividido por biombos de folhas de palmeiras trançadas, formando nichos. Cada nicho é ocupado por uma família. A parte central da construção é dividida em duas partes fundamentais: a da frente, pintada de amarelo, é reservada aos homens e a dos fundos, pintada de vermelho, é própria das mulheres.

Outra forma comum nos assentamentos indígenas são as aldeias formadas por várias construções. A cultura mais estudada que adotou esse tipo de solução é a tupi-guarani. As aldeias tupi-guarani já foram descritas pelos colonizadores assim que chegaram aqui e ainda hoje podem ser encontradas na Amazônia e em pouco divergem de uma forma comum que é a existência de quatro construções, ortogonais entre si e ordenadas de modo que formem uma grande praça quadrada entre si. Cada uma dessas casas é dividida internamente pela estrutura do telhado em espaços quadrados, onde mora um núcleo familiar. A casa era o espaço preferencial das mulheres, onde exercem

as atividades domésticas e no corredor central, junto aos pilares que sustentam a cumeeira preparavam a comida (WEIMER, 2012).

A praça central era delimitada pelas 4 casas grandes, representando a unidade indissolúvel da tribo, nesse local eram realizados as cerimônias, assim como as reuniões masculinas sobre as atividades realizadas no dia (pesca, caça ou abrir clareiras para a prática da agricultura) (WEIMER, 2012).

As aldeias com um grande número de edificações, 200 a 300 construções, são organizadas segundo formação semicircular, em torno de um pátio frequentado por homens, e usado para tomada de decisões e realização de cerimônias. A casa Xavante é de planta circular e sua forma é de uma cúpula, com porta única e mais baixa, voltada para o centro da aldeia. Dada a complexidade das relações socioculturais, a vida dessas tribos exigia um alto grau de mobilidade, o que acarretava constantes deslocamentos. Por consequência as casas tinham uma utilização curta, eram edificadas por meio de uma técnica muito simples, quase descuidada (WEIMER, 2012).

Uma das características das casas indígenas é a sua construção integral com materiais vegetais, assim também como era o caso das construções africanas. Algumas influências indígenas podem ser reconhecidas nos barracões dos seringalistas amazônicos e, de forma mais expressiva, nas casas dos seringueiros. As casas dos seringueiros na floresta dispõem de um amplo avarandado, que se liga por um corredor a cozinha, por esta se tem acesso a um quarto situado entre os dois compartimentos. Esse quarto serve de dormitório e só tem uma abertura, que é a porta que se comunica com a cozinha. O uso da varanda totalmente aberta permite ampla ventilação e a construção em palafita não só é adaptada às enchentes dos rios e igarapés, como também às constantes chuvas tropicais que deixam o terreno permanentemente encharcado. A cozinha era o lugar das atividades femininas, num dos lados da cozinha havia uma janela que dava para o jirau, uma mesa suspensa externa sobre a qual se desenvolviam as atividades de lavar, secar e preparar alimentos antes de ir para o fogo (WEIMER, 2012).

É comum encontrar uma casa de farinha nas colocações (local onde os seringueiros vivem e trabalham), abastecidas por um roçado onde é cultivada a mandioca. Essa casa contém os instrumentos para ralar e secar a farinha e pode ter um depósito que permite uma produção maior de cada vez, racionalizando-se as tarefas. As

influências indígenas também podem ser percebidas na presença de uma plantação de mandioca ou de um bananal. Por vezes, ainda pode ser encontrado um cercado para a criação de alguns animais da floresta ou dos rios. Esses animais podem ser criados no vão entre a casa e o chão (WEIMER, 2012).

Os jesuítas procuravam os aldeamentos indígenas para iniciar a catequese. Logo começavam a fazer adaptações, a primeira coisa que faziam era construir um cruzeiro no meio do terreiro. O segundo passo era construir uma capela na frente do cruzeiro ou em substituição a alguma casa. Progressivamente, a igreja acabava por ocupar o espaço sozinha. A integração dos indígenas com os colonizadores em vilas começou de um lado com introdução da igreja no centro do terreiro, e por outro lado, com a construção das casas dos colonizadores identificados pelos quintais, que não existiam nas casas dos indígenas, que não utilizavam essa forma de apropriação por não conhecerem a propriedade privada do solo (WEIMER, 2012).

Diante a progressiva chegada de colonizadores, essas aldeias foram se expandindo com a abertura de novas ruas ao longo das trilhas abertas pelos indígenas. A consequência dessa origem foi a implantação constante das igrejas num dos lados de uma praça, cuja perpetuação é explicável pela tradição portuguesa. A manutenção do binômio praça - igreja teve tamanho vigor em decorrência da interação dessas duas culturas (WEIMER, 2012).

2.1.2 - Herança Portuguesa

Para compreender a formação brasileira, é importante examinar os passos da expansão colonial portuguesa. Diversos novos cristãos destinaram-se para o Brasil e para as diversas colônias portuguesas. A Ilha da Madeira e o arquipélago dos Açores foram as primeiras experiências de colonização e, mais do que isso, tornaram-se uma espécie de refúgio para a arquitetura popular do sul de Portugal, que ficaria preservada das transformações sofridas no continente em virtude de seu isolamento. Assim ficariam durante cerca de três séculos, até que o governo português sentiu necessidade de dispor de sua população para garantir a posse das fronteiras dos extremos norte e sul do Brasil. Dessa forma, acabou por ser trazida uma tipologia que viria a ser conhecida como a “casa açoriana” e deixaria suas marcas indeléveis na arquitetura missionária jesuítica em território brasileiro (WEIMER, 2012).

Em Açores foi realizado um processo de povoamento, anterior ao brasileiro, logo sem confrontação de outras culturas. Pelo isolamento dos ilhéus, a população acabou por se diferenciar do continente, isso contribuiu para o conservadorismo da arquitetura trazida do continente. As aldeias e cidades denotam uma forte permanência dos valores da Estremadura e do Algarve, com suas ruas que se expandem de forma tentacular. Os recursos provenientes da agricultura eram tão limitados, que seus habitantes eram obrigados a viver em condições que beiravam a miséria. Isso se refletiu na modéstia de suas casas, que para dar alguma ilusão de fartura, eram preferencialmente construídas nas encostas, onde podiam dar falsa impressão de que eram sobrados (WEIMER, 2012).

Casa Açoriana apresenta três cômodos perpendiculares à rua, a sala ficava entre a cozinha e o quarto. As paredes internas eram construídas em alvenaria de pedra seca de basalto, e as divisórias eram de madeira da região, que ficava à vista. O pavimento era de terra batida, ao que se chamava entijolado (WEIMER, 2012).

Quando a notícia do descobrimento das minas de ouro chegou a Portugal em inícios do século XVIII, houve uma debandada geral dos habitantes do país na tentativa de fazer fortuna no Brasil. A emigração foi tão forte, que o governo foi forçado a limitá-la por temor ao despovoamento. Mas isso resultou num entrave para a política expansionista portuguesa na América, que tinha urgência em ocupar os extremos norte e o sul da colônia. Para resolver esse impasse, passou-se a incentivar a emigração dos esquecidos das Ilhas do Atlântico, nominalmente dos açorianos, ainda que deva ser feita a ressalva de que, dentre eles, também vieram madeirenses (WEIMER, 2012).

2.1.3 - Herança Africana

A herança africana é de difícil compreensão, por ser menos conhecida e mal estudadas. Para evitar insurreições, os escravocratas misturavam os escravos de etnias e culturas distintas. De início o centro de emigração foi a colônia portuguesa de Angola. Os centros mais importantes de emigração para o Brasil seriam Angola, Guiné e a contra costa (Moçambique). As populações angolana e moçambicana são da cultura banta (WEIMER, 2012).

Os Bantos estão localizados nas bacias do Cuando e Cubango, o clima é fator decisivo para arquitetura popular. A etnia dos bantos apresenta grande variedade de culturas diferenciadas. A forma mais simples e antiga da cultura banta são as casas de planta circular que, no entanto, podem ter uma cobertura bastante variada. A maneira mais

corriqueira de produzi-la é fincar varas flexíveis no solo em círculo e vergá-las em semicircunferência, amarrando as varas opostas entre si. A principal razão pela qual se admite que essa é a forma que deu origem as outras, é o fato de que ela é comumente empregada pelos nômades que habitam territórios periféricos ao dos bantos (WEIMER, 2012).

No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa foi encontrado uma planta do Quilombo do Buraco do Tatu na Bahia, em que pode ser identificada diversas cubatas (casas) semiesféricas. Uma forma um pouco mais elaborada de construções de cúpulas são aquelas em que elas se apoiam sobre as paredes circulares. Hoje, as formas mais comuns das cubatas em Angola são as de plantas retangulares, com coberturas de palha com duas ou quatro águas. No entanto, a socialização dessas formas é relativamente recente em virtude da penetração da cultura europeia e dos materiais que ela trouxe consigo. A outro componente dessa transformação foi a independência do país, com a afirmação dos valores culturais comuns que têm conseguido uma relativa homogeneidade e nivelado as formas expressivas da nação (WEIMER, 2012).

De modo geral, pode-se dizer que a característica mais comum da arquitetura banta eram as cubatas redondas com coberturas cônicas. A regra era que cada cubata tivesse apenas um único espaço interno e a estrutura familiar era poligâmica. Cada família vivia num kraal, denominação que acabou por ser universalizada. Era um terreno cercado no qual eram construídas as diversas edificações da família, entre as quais se contavam as várias cubatas, uma para cada esposa, uma para o marido, outra para a mãe do marido, por vezes para filhos e filhas adultas, algumas para eventuais parentes agregados da unidade familiar, o silo de cereais, a latrina com o banheiro conexo e, naturalmente, a cobertura plana da cozinha, quando não se cozinhava a céu aberto, e, ainda, a cubata de sombra, tradicional cobertura sob a qual se reuniam os homens para conversar (WEIMER, 2012).

Em geral, as casas tinham acabamento bastante grosseiro, mas algumas culturas se esmeravam em recobrir a taipa com uma argamassa de barro. Em geral, essas casas tinham apenas uma porta que, em algumas tribos do sul da Angola, nem mesmo tinham fechamento. A cobertura era quase sempre cônica. Sua estrutura era montada no solo e, depois de devidamente contra ventada, era elevada e colocada sobre a parede. A

vedação era feita com folhas de palmeiras ou, por vezes, de junco. Solução excepcional era a construção de um pilar central que sustentava a cobertura (WEIMER, 2012).

Levantamentos realizados no Brasil mostraram que essas formas são pouco empregadas. A tipologia do cone sobre o cilindro, foi encontrada em quitandas à beira-mar do norte e nordeste brasileiro. No Brasil só foram encontradas casas de planta quadrada ou retangulares, provavelmente foram inspiradas nas cubatas bantas da região Alto Zambeze, em Angola e no norte de Moçambique (WEIMER, 2012).

Na região que viviam os quicongos, norte da Angola, as cubatas eram de pau-a-pique, com uma cobertura de duas águas. As casas tinham duas portas, uma que dá para rua e a outra, para o pátio traseiro da casa, onde estão a cozinha e o silo. Esse pátio é fechado por uma paliçada de pau-a-pique. A porta da rua sempre está a esquerda e, por vezes, essa fachada pode ter uma pequena janela. Ambas são protegidas por um beiral saliente, formando um abrigo chamando varanda – que nada mais é do um prolongamento do telhado (WEIMER, 2012).

Os quimbundos vivem mais ao sul, ao longo do litoral, tinham as casas no nível do solo, sobre uma plataforma. As cubatas são quase sempre retangulares, de pau-a-pique, revestido de capim ou barro. São baixas e sem janelas, ou com janelas muito pequenas. Em geral dividem a casa em três compartimentos, com a sala da frente, um quarto no meio e o comedor nos fundos. Eram providas de pátios ou quintais, que funcionam como uma extensão da casa em virtude das múltiplas atividades neles exercidas. Neles estão instaladas as cozinhas ao ar livre, sob um alpendre na forma de prolongamento do telhado da casa. Num dos cantos mais afastados, está a latrina sobre a fossa negra. Junto a ela se encontram as instalações de banho. No pátio são recebidas as visitas, e nele se trabalha de preferência ao ar livre. É comum o uso de cerca vivas na delimitação do kraal (WEIMER, 2012).

2.2 – Modo de vida

Os assentamentos são construídos por cada grupo cultural, refletem o seu modo de viver e a forma como se relacionam com o ambiente que habitam, seja ele natural ou construído. Os arranjos espaciais apresentados neste trabalho retratam o espaço das práticas cotidianas de assentamentos de populações tradicionais na várzea e na terra firme na região do Baixo Tocantins.

A expressão modo de vida é polissêmica e de difícil conceituação (DURKHEIM, 2010; WEBER,1991; LEFEBVRE,1999). Para Isabel Guerra (1993 apud BRAGA, FUÍZA, REMOALDO, 2017), a análise dos modos de vida, deve relacionar o objetivo e o subjetivo na percepção do real considerando: (1) o sistema e os atores sociais; (2) a história e (3) o cotidiano. Estes aspectos devem ser articulados de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social. O estudo do modo de vida encontra-se frente a um dilema: por um lado, de acordo com autora, a análise da vida cotidiana assumiria a forma de uma mediação horizontal. Por outro lado, à análise dos modos de vida, submete-se a lógica da reprodução da força de trabalho.

Guerra (1993 apud BRAGA, FUÍZA, REMOALDO, 2017) explica que as pesquisas mais recentes sobre o modo de vida focam em dois aspectos: a análise da relação entre as diferentes práticas cotidianas - trabalho, vida familiar, consumo, lazer e etc. e, nas relações que o conjunto dessas práticas cotidianas estabelecem com as relações sociais mais gerais. Assim, os estudos ligados aos aspectos da vida cotidiana deveriam preocupar-se com o grau de consciência dos atores sobre a condução dos seus destinos, individuais e coletivos.

Os estudos de modo de vida ao apontar que a cultura popular, no Brasil, incorpora a modernidade, não por força da tradição, mas pela influência da expansão da cultura urbana global (RAMBAUD, 1969). Brandão (2009) também investigou a relação que o global exerce sobre o local, a partir da construção cultural das escalas espaço-temporal em comunidades rurais, defendendo que os padrões de tempo e espaço construídos em nível local permitem aos sujeitos sociais a construção e recriação do relacionamento entre natureza e cultura, que é expresso pelos seus modos de vida.

2.3 – Campesinato e a relação familiar

Denomina-se campesinato como uma forma social de produção, formada por um conjunto de famílias camponesas existentes em determinado território, fundamentada no caráter familiar, tanto nos objetivos da atividade produtiva (necessidades da família) quanto do modo de organização do trabalho (cooperação entre os seus membros). Identifica-se que, mesmo havendo certo grau de autonomia no modo de produzir para a

sobrevivência, as comunidades tradicionais não têm uma completa independência do mercado capitalista, uma vez que existe dependência de renda de comercialização do excedente das suas produções, sendo que, a autonomia existente se refere ao modo de produção, viabilizando sua especificidade (WANDERLEY, 2014).

No Brasil o campesinato ressalta-se pela força de trabalho familiar e pelas particularidades que existem no seu modo de produção, além das lutas por um espaço produtivo. Tendo como objetivo uma melhor condição de vida familiar. O campesinato no Brasil tem um processo histórico marcado, de um lado, por lutas para se reproduzir no meio social, implicando em vários embates com diferentes segmentos sociais, em particular com os grandes proprietários de terra, de outro lado, pela atuação do Estado nas imposições de projetos excludentes (MARQUES, 2003).

A produção camponesa se desenvolve no interior de sítios; tendo a divisão do trabalho segundo a linha de sexo e idade; a dicotomia casa/roça; a constituição dos núcleos familiares e os laços de parentesco. É esta a via para se atingir a compreensão dos mecanismos que regulam a passagem da propriedade da geração ascendente à geração descendente (herança), bem como a passagem da posse da terra dentro de uma mesma geração (transações, monetizadas ou não). A rígida divisão das tarefas segundo os sexos afasta a mulher da produção agrícola e também dos negócios. A casa é o universo feminino por excelência (MOURA, 1978).

Definido como um modo de vida, baseado no trabalho familiar e, no trabalho como valor de uso, o conceito de campesinato se torna pertinente para a compreensão da realidade agrária brasileira. Sendo compreendido na sua especificidade e, nas relações que o constituem em formações sociais e econômicas concretas, o conceito de campesinato assume no tempo e no espaço padrões de relações sociais distintas (WANDERLEY, 2014; MARQUES, 2016).

De uma região para outra as formas de constituição do campesinato se alteram de acordo com a realidade e processo histórico da região, por exemplo, a região Sul do Brasil é marcada por lutas pela terra. Os camponeses no Sul e no Nordeste do Brasil criaram soluções semelhantes de heranças de área de produção para permitir o acesso à terra para outras gerações, sem que acarretasse na excessiva fragmentação do patrimônio territorial (MOURA, 1978). Já na Amazônia, o campesinato se reproduz a

partir de uma combinação do trabalho familiar, voltados para atividades como agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, entre outros (COSTA et al 2015).

As comunidades tradicionais amazônicas de um modo geral tiveram acesso à terra através de herança, ou posse e apresentam concepção comunal de uso da terra. A organização das atividades de trabalho não está separada de rituais religiosos, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco. É prioritário reconhecer a diversidade empírica de sociedades e, portanto, de concepções específicas, construídas e acumuladas em épocas diversas e em dados territórios. É grande a diversidade dos saberes e das técnicas por eles desenvolvidas para apropriar-se de recursos do meio ambiente e adaptá-los às suas necessidades (CASTRO, 1998).

As ações das populações tradicionais respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento por meio das gerações. Suas atividades são complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. São maneiras diversas de perceber, ao nível local, de representar e de agir sobre o território. No caso de comunidades marcadas por identidades étnicas, seus elementos ideológicos são incompreensíveis para o conhecimento técnico e econômico, pelos fortes traços de preconceito e estranhamento (CASTRO, 1998 apud KRETZMANN, 2007).).

2.4 – Comunidades tradicionais na Região do Baixo Tocantins

Na região do Baixo Tocantins é expressiva a quantidade de populações tradicionais reconhecidas pelas esferas de governo federal e estadual. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), vivem nos projetos de assentamentos aproximadamente 30.000 pessoas, isso sem contabilizar as pessoas que vivem em áreas remanescentes de quilombo, RESEX e terras indígenas. Esse número reflete apenas parcela de populações tradicionais que foram oficialmente assentadas por projetos de regularização fundiária e de reconhecimento de título coletivo de terra, como é possível notar na Figura 7 existem muitas comunidades tradicionais não protegidas pelas demarcações legais.

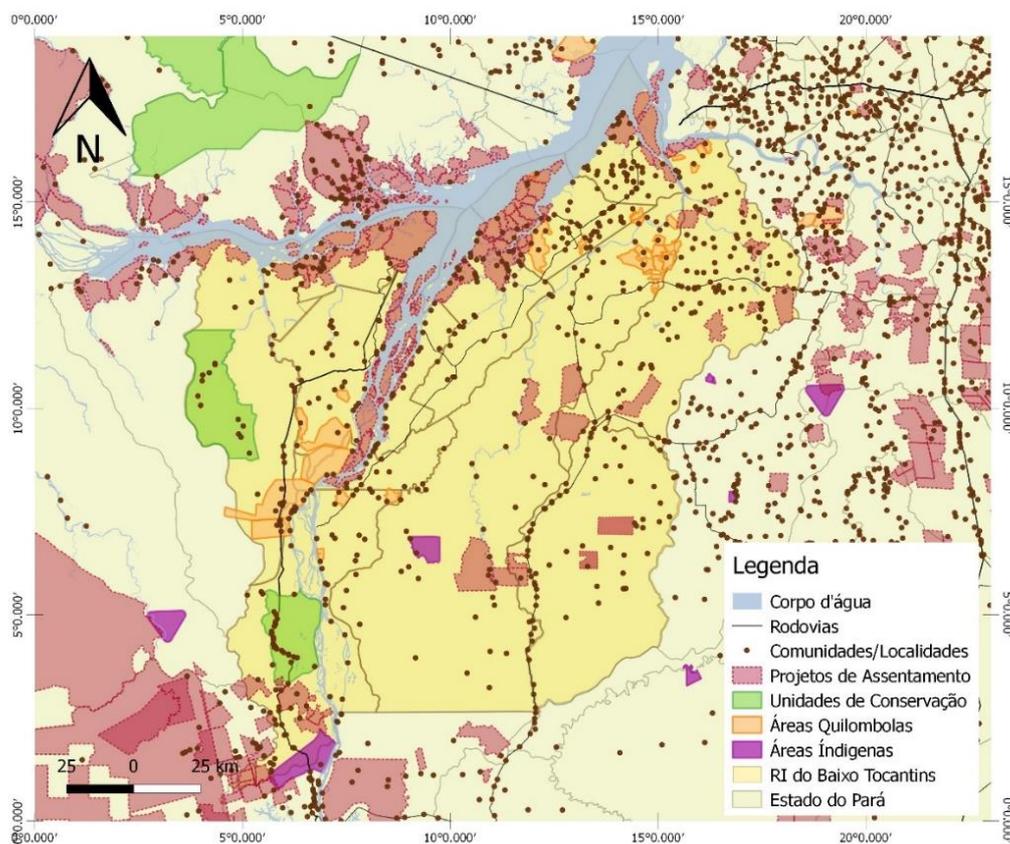


Figura 7 – Mapa da localização de comunidades de populações tradicionais na região do Baixo Tocantins. Fonte: (IBGE, 2015; IBGE, 2016; PDJUS, 2006; IBAMA, 2006). Elaboração autora

As comunidades tradicionais de um modo geral tiveram acesso à terra através de herança, ou posse. Isso é uma das características do campesinato no Baixo Tocantins, a terra é passada de pais para filhos, para aqueles que ficam na propriedade e a usam para prover o sustento da família. O trabalho é basicamente familiar, a maioria dos membros da família exerce uma função, desenvolvendo muitas vezes atividades coletivas; em casos excepcionais são contratados terceiros para auxiliar no cultivo ou no extrativismo (WANDERLEY, 2014).

As comunidades na região do Baixo Tocantins possuem sistemas produtivos de poli cultivo que se caracteriza segundo Wanderley (1996) como uma sábia combinação de diferentes técnicas que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até que se atingisse um grande número de atividades agrícolas e produção animal.

Dentre os sistemas de cultivos nas áreas de produção se destaca o cultivo de hortaliças. A mandioca é a segunda cultura com maior relevância na produção e a terceira

é a de frutíferas e leguminosas. A hortaliças tornaram-se importante economicamente cerca de 10 anos atrás quando os agricultores tiveram acesso à assistência técnica ofertada pela APACC através de cursos de capacitação, cujo objetivo deste era o reflorestamento das áreas desmatadas pelas plantações de mandioca, como uma forma de amenizar os impactos ambiental e social trazidos pela roça, que além de desmatar e queimar parte da mata traziam consigo pragas, pouca renda e muito trabalho (WANDERLEY, 2014).

A compreensão do modo de vida de populações tradicionais no Baixo Tocantins ocorreu por meio do relatos e entrevistas feitas nas comunidades estudadas. As informações sobre o modo de vida são decorrentes de entrevistas, registro fotográficos, observações e croquis, realizados durante os três campos de pesquisa feitos na região. Foram visitadas 18 comunidades tradicionais, localizadas nos municípios de Cametá, Baião e Mocajuba (ver Figura 8).

Houve a necessidade de categorizá-las, a partir das semelhanças e diferenças observadas quanto ao modo de vida, atividades econômicas, relações de trabalho, usos e apropriação dos espaços. A partir desse ponto os assentamentos de populações tradicionais foram subdivididos em assentamento de várzea e em assentamento de terra firme.

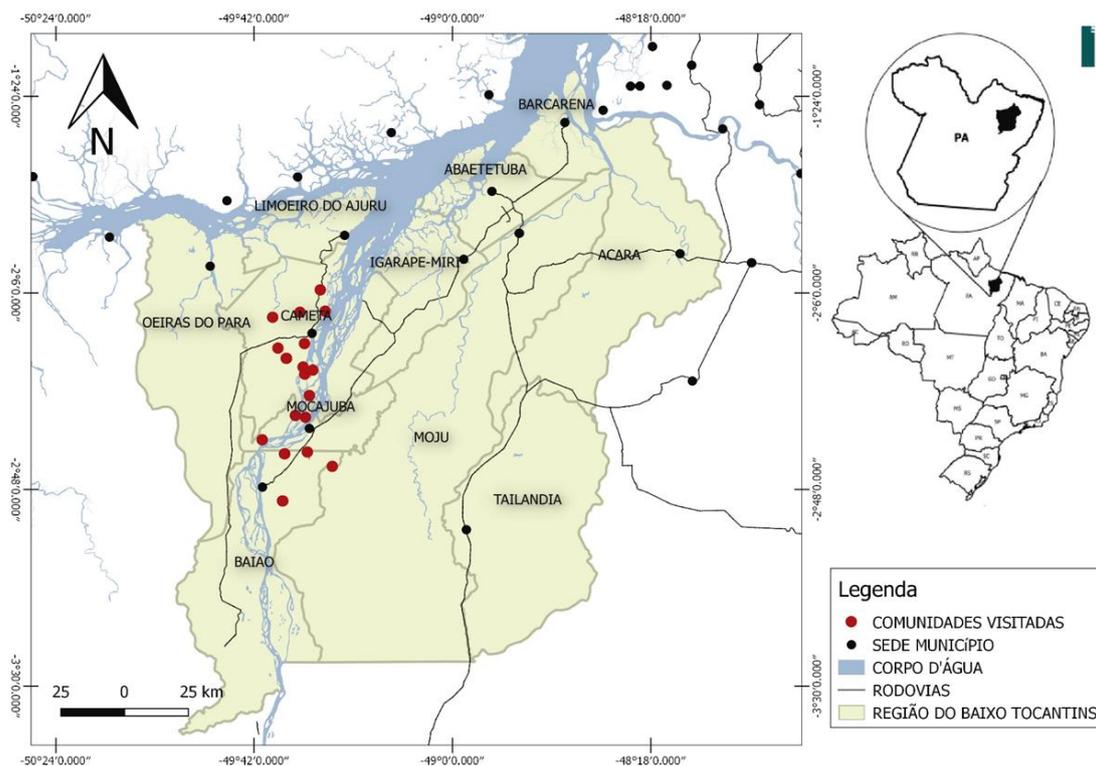


Figura 8 – Mapa da localização de comunidades de populações tradicionais visitadas na região do Baixo Tocantins. Fonte: (IBGE, 2016; PDJUS, 2006). Elaboração autora

2.4.1 – Caracterização do modo de vida da família e da comunidade tradicional

Para elaborar a caracterização do modo de vida das comunidades foi necessário entender as atividades cotidianas de uma família comum de cada comunidade selecionada. Para isto, foram escolhidas quatro famílias em quatro comunidades diferentes, duas em várzea e duas em terra firme na região. A família é base de análise de modo de vida das comunidades, porque é nesta unidade que são estruturadas as atividades relacionadas ao trabalho, o que motivou a escolha de famílias que ainda mantêm produção agrícola e extrativista.

As quatro comunidades escolhidas são Nossa Senhora das Graças de Furtados, Mutuacá de Baixo, Cantanzal e São José de Icatú. As duas primeiras comunidades são ribeirinhas e estão localizadas no Projeto Agroextrativista Ilha Grande, já as duas últimas são localizadas na terra firme, como pouca dependência do rio. A comunidade Cantanzal é a única do grupo sem demarcação oficial. As comunidades estudadas dependem da proximidade dos centros urbanos, pois são neles que vendem os excedentes da sua

produção, nas feiras, e onde utilizam alguns serviços – como bancos, hospitais, escolas e outros. Logo apresentam uma relação de interdependência, as cidades precisam ser abastecidas pelas plantações e extrativismo das comunidades, elas por outro lado necessitam dos serviços urbanos básicos (MALHEIRO, TRINDADE JÚNIOR, 2010). A Figura 9 apresenta a localização das comunidades e as distâncias dos centros urbanos mais próximos.

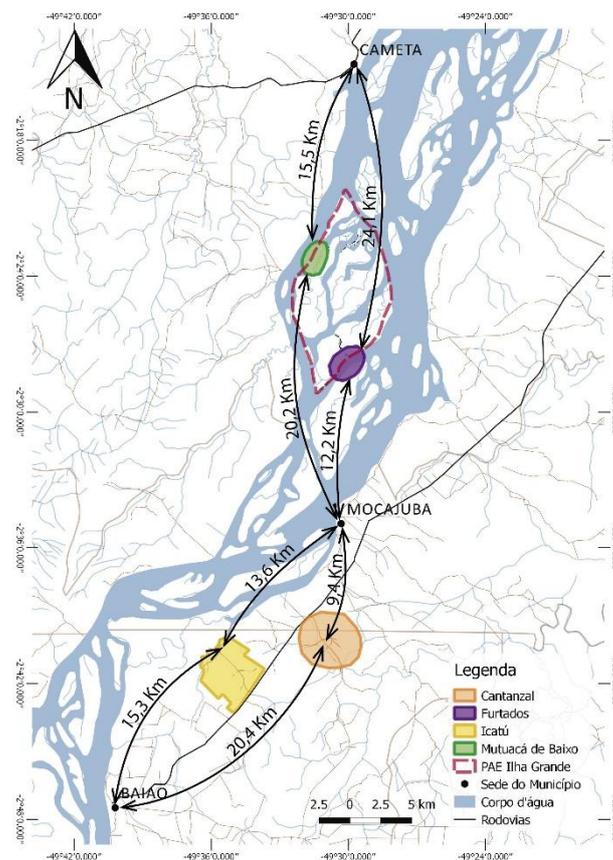


Figura 9 - Mapa de localização das comunidades visitadas e as distâncias dos centros urbanos mais próximos. Fonte: (IBGE, 2016; PDJUS, 2006). Elaboração autora

As comunidades de terra firme estão localizadas entre as margens de rios e de estradas, e tendem a ser mais adaptáveis e a contar com atividades tanto na várzea quanto na terra firme, assimilando as mudanças rodoviárias na Amazônia. A redução do tempo de deslocamento pelo sistema rodoviário aos centros urbanos mais próximos enfraqueceu a circulação fluvial. O rio continuou apoiando a produção, mas a estrada deu acesso às facilidades do modo de vida urbano. Anteriormente, o centro das comunidades

tinha o rio como principal acesso, atualmente os ramais das rodovias estadual e federal assumiram esta função.

Em todas as comunidades entrevistadas notasse a presença da igreja católica, que contribui para a formação das associações de moradores, de lideranças, na estruturação da comunidade, além de ter protagonismo na organização das festividades do padroeiro. Devido ao forte envolvimento histórico da Igreja Católica na luta pela reforma agrária para a agricultura familiar na região do Baixo Tocantins, as comunidades visitadas apresentam intensa participação em organizações religiosas que ajudam a formar as lideranças das comunidades.

A igreja católica é uma instituição que tem autoridade nas comunidades e participação nas principais atividades não religiosas, como vacinação, educação, associação dos moradores e outros. A organização familiar é outro ponto importante, pois além de ser estruturante para o trabalho na agricultura, na pesca e no extrativismo é a base para a manutenção das Pastorais das Famílias nas comunidades.

Ainda sob influência do catolicismo, cada comunidade tem um santo padroeiro ou santa padroeira de proteção religiosa. Um assentamento ou localidade pode ter várias comunidades católicas, sempre representadas por uma igreja e barracão, local das missas e festividades religiosas. A igreja católica tem grande poder de formação nas comunidades, pois detém autoridade no território para delimitar e criar novas comunidades.

Para permitir a compreensão do modo de vida nas áreas estudadas foi elaborada uma caracterização genérica de cada uma das comunidades e a caracterização de uma família de referência em cada caso; os resultados foram sintetizados e expostos no Quadro 1. Observa-se que o tipo de sítio define semelhanças entre as comunidades, quanto ao tipo de atividade econômica, arranjo espacial para moradia e produção, e por isso as comunidades foram agrupadas como de terra firme ou várzea

	ICATÚ	CANTANZAL	FURTADOS	MUTUACÁ DE BAIXO																																																												
	Nome: Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatú	Nome: Comunidade Vila Cantanzal - Nossa Senhora de Nazaré	Nome: Comunidade Nossa Senhora das Graças de Furtados	Nome: Comunidade Nossa Senhora das Graças de Mutuacá de Baixo																																																												
	Localização: Município de Baião	Localização: Entre os municípios de Baião e Mocajuba	Localização: PAE Ilha Grande - Cameté	Localização: PAE Ilha Grande - Cameté																																																												
	Extensão: 1.636,6122 ha	Extensão: 1.857 ha - sem delimitação oficial	Extensão: 575 ha - sem delimitação oficial	Extensão: 431 ha - sem delimitação oficial																																																												
	Habitantes: 310 habitantes - 85 famílias	Habitantes: 280 habitantes - 35 famílias	Habitantes: 550 habitantes - 92 famílias	Habitantes: 878 habitantes - 86 famílias																																																												
	Movimentos sociais atuantes: Associação de moradores e Associação Paraense de Apoio de Comunidades Carentes	Movimentos sociais atuantes: Conselho de moradores Pastorais da Igreja Católica	Movimentos sociais atuantes: Associação de moradores, Pastorais da Igreja Católica, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia	Movimentos sociais atuantes: Associação de moradores, Pastorais da Igreja Católica, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia																																																												
	Acesso: Rodovia PA 151 - ramal do Icatú	Acesso: Rodovia PA 151	Acesso: Rio	Acesso: Rio																																																												
	Festividades: Festas religiosas e culturais	Festividades: Festas religiosas	Festividades: Festas religiosas	Festividades: Festas religiosas																																																												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Formal</th> <th>Auto-construído</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Possui rede de distribuição de água?</td> <td>S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede de energia elétrica?</td> <td>S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede esgoto?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui coleta de lixo?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>		Formal	Auto-construído	Possui rede de distribuição de água?	S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui rede de energia elétrica?	S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Formal</th> <th>Auto-construído</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Possui rede de distribuição de água?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/></td> <td>S <input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede de energia elétrica?</td> <td>S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede esgoto?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui coleta de lixo?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>		Formal	Auto-construído	Possui rede de distribuição de água?	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input checked="" type="checkbox"/>	Possui rede de energia elétrica?	S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Formal</th> <th>Auto-construído</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Possui rede de distribuição de água?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede de energia elétrica?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/></td> <td>S <input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede esgoto?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui coleta de lixo?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>		Formal	Auto-construído	Possui rede de distribuição de água?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui rede de energia elétrica?	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input checked="" type="checkbox"/>	Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Formal</th> <th>Auto-construído</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Possui rede de distribuição de água?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede de energia elétrica?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/></td> <td>S <input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui rede esgoto?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Possui coleta de lixo?</td> <td>S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/></td> <td>S <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>		Formal	Auto-construído	Possui rede de distribuição de água?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui rede de energia elétrica?	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input checked="" type="checkbox"/>	Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>	Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>
	Formal	Auto-construído																																																														
Possui rede de distribuição de água?	S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui rede de energia elétrica?	S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
	Formal	Auto-construído																																																														
Possui rede de distribuição de água?	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input checked="" type="checkbox"/>																																																														
Possui rede de energia elétrica?	S <input checked="" type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
	Formal	Auto-construído																																																														
Possui rede de distribuição de água?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui rede de energia elétrica?	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input checked="" type="checkbox"/>																																																														
Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
	Formal	Auto-construído																																																														
Possui rede de distribuição de água?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui rede de energia elétrica?	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	S <input checked="" type="checkbox"/>																																																														
Possui rede esgoto?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
Possui coleta de lixo?	S <input type="checkbox"/> N <input checked="" type="checkbox"/>	S <input type="checkbox"/>																																																														
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>FAMÍLIA - ICATÚ</th> <th>FAMÍLIA - CANTANZAL</th> <th>FAMÍLIA - FURTADOS</th> <th>FAMÍLIA - MUTUACÁ DE BAIXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>Membros: 4 ou 5 pessoas</td> <td>Membros: 8 pessoas</td> <td>Membros: 6 pessoas</td> <td>Membros: 10 pessoas</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Área de trabalho: 10 ha - 1 ha (roçado)</td> <td>Área de trabalho: 1 ha - 0,5 ha (roçado)</td> <td>Área de trabalho: 3 ha</td> <td>Área de trabalho: 1 ha</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso</td> <td>Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família, Bolsa Verde e Seguro Defeso</td> <td>Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso</td> <td>Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Meio de locomoção: Bicicletas e motocicletas</td> <td>Meio de locomoção: Bicicletas e motocicletas</td> <td>Meio de locomoção: Rabeta</td> <td>Meio de locomoção: Rabeta</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Produção: Mandioca, milho, feijão, arroz, açaí (várzea), peixe (pouco) e frutas</td> <td>Produção: Pimenta, mandioca, milho, feijão, arroz, açaí (várzea - pouco), peixe (pouco) e frutas</td> <td>Produção: Açaí, peixe (pouco), horta para consumo e frutas</td> <td>Produção: Açaí, peixe (pouco) e horta para o consumo e frutas</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Renda Familiar: Agricultura, extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria</td> <td>Renda Familiar: Agricultura, extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria</td> <td>Renda Familiar: Extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria</td> <td>Renda Familiar: Extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio</td> <td>Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio</td> <td>Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio</td> <td>Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio</td> </tr> </tbody> </table>		FAMÍLIA - ICATÚ	FAMÍLIA - CANTANZAL	FAMÍLIA - FURTADOS	FAMÍLIA - MUTUACÁ DE BAIXO		Membros: 4 ou 5 pessoas	Membros: 8 pessoas	Membros: 6 pessoas	Membros: 10 pessoas		Área de trabalho: 10 ha - 1 ha (roçado)	Área de trabalho: 1 ha - 0,5 ha (roçado)	Área de trabalho: 3 ha	Área de trabalho: 1 ha		Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família, Bolsa Verde e Seguro Defeso	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso		Meio de locomoção: Bicicletas e motocicletas	Meio de locomoção: Bicicletas e motocicletas	Meio de locomoção: Rabeta	Meio de locomoção: Rabeta		Produção: Mandioca, milho, feijão, arroz, açaí (várzea), peixe (pouco) e frutas	Produção: Pimenta, mandioca, milho, feijão, arroz, açaí (várzea - pouco), peixe (pouco) e frutas	Produção: Açaí, peixe (pouco), horta para consumo e frutas	Produção: Açaí, peixe (pouco) e horta para o consumo e frutas		Renda Familiar: Agricultura, extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria	Renda Familiar: Agricultura, extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria	Renda Familiar: Extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria	Renda Familiar: Extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria		Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio																							
	FAMÍLIA - ICATÚ	FAMÍLIA - CANTANZAL	FAMÍLIA - FURTADOS	FAMÍLIA - MUTUACÁ DE BAIXO																																																												
	Membros: 4 ou 5 pessoas	Membros: 8 pessoas	Membros: 6 pessoas	Membros: 10 pessoas																																																												
	Área de trabalho: 10 ha - 1 ha (roçado)	Área de trabalho: 1 ha - 0,5 ha (roçado)	Área de trabalho: 3 ha	Área de trabalho: 1 ha																																																												
	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família, Bolsa Verde e Seguro Defeso	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso	Benefícios Assistencialistas: Bolsa Família e Seguro Defeso																																																												
	Meio de locomoção: Bicicletas e motocicletas	Meio de locomoção: Bicicletas e motocicletas	Meio de locomoção: Rabeta	Meio de locomoção: Rabeta																																																												
	Produção: Mandioca, milho, feijão, arroz, açaí (várzea), peixe (pouco) e frutas	Produção: Pimenta, mandioca, milho, feijão, arroz, açaí (várzea - pouco), peixe (pouco) e frutas	Produção: Açaí, peixe (pouco), horta para consumo e frutas	Produção: Açaí, peixe (pouco) e horta para o consumo e frutas																																																												
	Renda Familiar: Agricultura, extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria	Renda Familiar: Agricultura, extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria	Renda Familiar: Extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria	Renda Familiar: Extrativismo, pesca (pouco), benefícios assistencialistas e aposentadoria																																																												
	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio	Lugares de recreação: Campo de Futebol, Atividades religiosas, banho de rio																																																												

Quadro 1 - Caracterização das comunidades estudadas e de uma família modelo. Elaboração da autora. Fonte: Relatórios de campo de pesquisa e entrevistas realizadas nas comunidades.

As comunidades de terra firme visitadas na região do Baixo Tocantins, nos municípios de Baião e Mocajuba que ilustram essa situação são: a comunidade São José

do Icatú, área remanescente de quilombo demarcada pelo ITERPa e a comunidade Cantanzal, que ainda não está reconhecida e delimitada pelas esferas federal, estadual e municipal. O acesso principal ao centro das comunidades dá-se por ramais da rodovia PA-151 que levam aos centros urbanos mais próximos.

Segundo entrevista com moradores, a comunidade São José de Icatú apresenta 85 famílias e 310 habitantes, e a comunidade Cantanzal contém 35 famílias e 280 habitantes. As famílias praticam a agricultura de subsistência, o extrativismo de coleta, caça e pesca artesanal, comercializado o excedente nas principais feiras da cidade próximas.

Os benefícios assistenciais do governo federal, tais como bolsa família, seguro defeso e bolsa verde ajudam a compor a renda da comunidade. Na agricultura, cultivam frutas e raízes, e têm a roça de mandioca como cultura principal, em função do grande consumo da farinha na dieta alimentar. Pimenta do reino, milho, arroz, feijão e hortaliças compõem o portfólio da agricultura de base familiar. A exploração dos recursos naturais abrange a coleta da castanha do Pará, de outros frutos, do açaí e o manejo da madeira, todos realizados pelas famílias. O açaí encontrado nas comunidades é nativo, localizado nas margens de igarapés, e é extraído apenas para consumo próprio.

Outra cultura geradora de renda na comunidade são as plantações de frutíferas e leguminosas. A APACC, organização não governamental, atua na comunidade dando suporte às mulheres, na produção de polpas de frutas, doces, geleias e no comércio da castanha do Pará.

A cultura de mandioca ainda é muito praticada, mas com pouca frequência cerca de 2 vezes durante o ano, uma vez que os agricultores esperam o roçado crescer, o que demanda tempo e muito trabalho no processamento, e favorece a proliferação de diversas pragas, que algumas vezes não são combatidas e acabam estragando toda a plantação.

Não existe divisão de espaços, muros e cercas não são encontrados, o senso de coletividade é forte e tem expressão espacial. O espaço de domínio de cada família não é delimitado, normalmente os quintais são abertos e possuem árvores frutíferas e criação de pequenos animais. Somente as áreas de produção são delimitadas por cada família.

Quanto à infraestrutura, as comunidades contam energia elétrica desde 2006, implantada pelo programa do governo federal “Luz para Todos” e com sinal de internet

e telefonia por antena externa, mas em algumas horas do dia não é possível utilizar esses serviços. Nas comunidades, cada residência conta com uma fossa séptica e um poço artesiano, quando isso não é possível, os poços são divididos entre os vizinhos mais próximo. Não existe coleta de lixo em comunidades rurais, e a disposição dos resíduos é “resolvida” pela queima de lixo.

Os meios de locomoção mais utilizados nas comunidades são a bicicleta e a moto, pelo menos um desses por família. Em São José do Icatú é possível chegar a rodovia PA-151, de moto ou bicicleta para ir a Baião ou Mocajuba pela linha de ônibus intermunicipal.

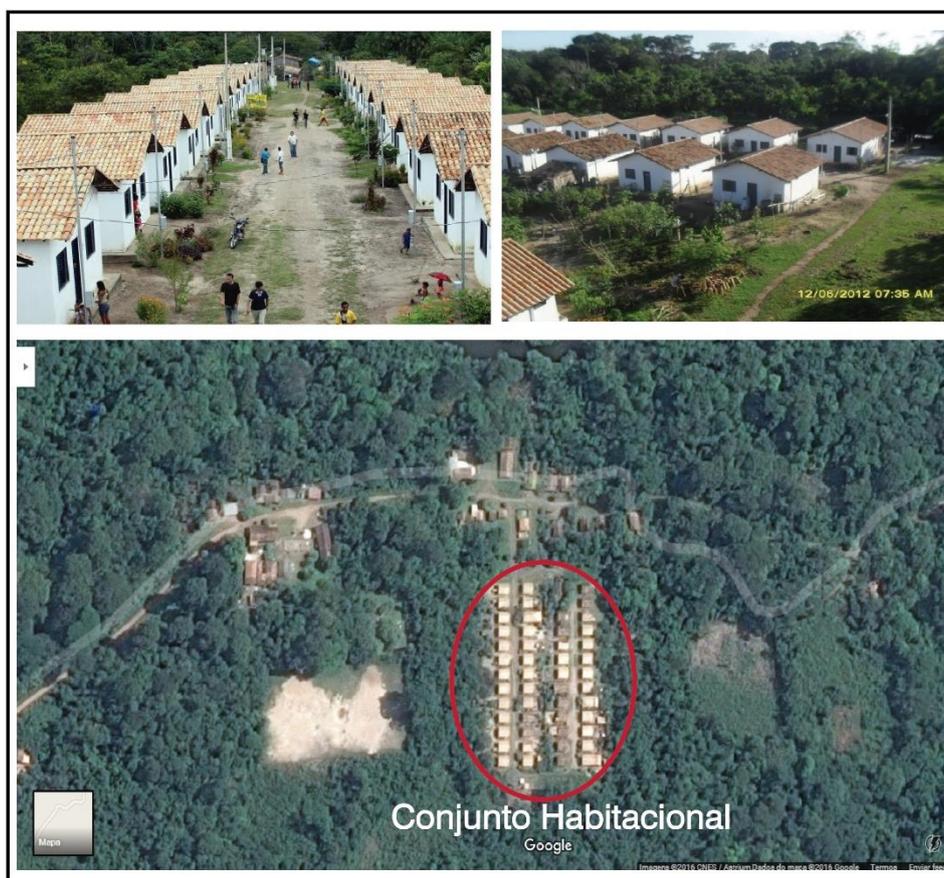
As festividades religiosas nas comunidades acontecem nos dias do padroeiro, do Círio, da páscoa entre outros, e normalmente são realizadas no barracão da igreja. Os torneios de futebol são outro tipo de evento destinados ao lazer, e ocorrem nas comunidades a partir de jogos entre comunidades e entre pessoas da mesma comunidade. O futebol é o esporte mais praticado e a principal atividade de lazer, atinge todas as idades e gêneros.

Na comunidade de São José de Icatú moradores relataram que ainda existem festas que celebram a cultura negra, geralmente em apresentações culturais que ocorrem em conjunto com a escola da comunidade, são elas: dança da farinhada, dança da moçada, dança do siriá, dança da fogueira, samba da cacete e outros. Essas apresentações são uma forma de manter viva a cultura quilombola da comunidade para as gerações mais novas. Outro evento são os Jogos Quilombolas da Comunidade de Icatu, que são anuais e constituídos por disputas de futebol, voleibol, jogo de queimada, atletismo (corrida longa e curta distância), cabo de guerra, natação, canoagem, corrida de saco, jogo de dama, jogo de dominó e outros. O Quadro 2 ilustra as festividades e eventos esportivos de Icatú.



Quadro 2 - Quadro com imagens das festividades e eventos esportivos. (1) Dança da farinha, (2) Samba de Cacete, (3) Dança do Siriá, (4) Torneio de Voleibol, (5) Campeonato de futebol masculino e (6) Jogo de cabo de guerra. Elaboração da autora. Fonte: Acervo da Comunidade São José de Icatú.

Desde 2009 a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), atua em São José de Icatú, na construção do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues com 50 casas (cada lote com dimensões de 9m X 25m), que também beneficiou cerca de 36 casas com o cheque moradia, e construiu os dois reservatórios de água. As políticas públicas implementadas nos últimos 10 anos têm impactado significativamente a vida em comunidade, com mudança nas tipologias das residências e localização das mesmas no espaço da comunidade. O conjunto habitacional criou uma nova vila de residências, com arrumamento e lotes, conforme ilustrado nas imagens do conjunto habitacional Climério Rosa Rodrigues em Icatú, expostas no Quadro 3.



Quadro 3 - Quadro com imagens e localização do conjunto habitacional de Icatú. Elaboração da autora. Fonte: Acervo da Comunidade São José de Icatú.

As famílias nas comunidades de várzea, como as comunidades de Nossa Senhora da Graça de Furtados e Mutuacá de Baixo, apresentam atividades agroextrativistas que respeitam os costumes e tradição, e mantêm a força de trabalho familiar. As comunidades estão localizadas em ilhas do município de Cametá e fazem parte do projeto agroextrativista Ilha Grande Cametá, criado em setembro de 2006, com capacidade para 1.500 famílias, e que está com 1.365 famílias assentadas. Apesar das comunidades estarem localizadas no município de Cametá, usufruem dos serviços urbanos (hospital, supermercado, banco, entre outros) das cidades de Cametá e de Mocajuba, em razão da distância equivalente destas cidades (ver figura 10).

Os assentados, o INCRA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de pescadores elaboraram um Plano de uso (PU) para projeto agroextrativista Ilha Grande. O plano de uso serve de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade

econômica, ecológica e social. O plano assegura a sustentabilidade do projeto de assentamento, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores, permitindo a implantação e consolidação de atividades produtivas que respeitem a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições dignas (INCRA, 2007).

A sobrevivência dos assentados é baseada na tradicional combinação de fontes produtivas, que não destroem as bases ecológicas da produção e assim permitem sua manutenção ao longo dos anos. Entre as distintas atividades produtivas dos moradores encontram-se práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca. A particular combinação dessas atividades depende, tanto das possibilidades ecológicas oferecidas pelo meio natural, quanto da criatividade e interesse individual do produtor local (INCRA, 2007).

Os moradores do PAE Ilha Grande utilizam áreas para produzir alimentos, com o propósito de garantir segurança alimentar, e contam com a extração do açaí como principal atividade econômica, dentre outras formas de reprodução social e econômica, como a pesca artesanal e agricultura de subsistência, imprescindíveis para sua alimentação. A pesca é permitida para a alimentação familiar, bem como para comercialização entre os moradores do assentamento, conforme os critérios adotados nos acordos, e o atendimento à legislação ambiental quanto ao período, forma e uso de equipamento (INCRA, 2007).

Não existem títulos individuais de terra, mas concessões de uso que legalizam a ocupação tradicional dos assentados em áreas. Conseqüentemente, comercialização de terras com pessoas estranhas ao projeto é proibida, sendo que a cessão de benfeitorias entre os beneficiários poderá ocorrer, desde que com a intermediação da associação de moradores. A delimitação da área de trabalho de cada assentado foi definida obedecendo os limites de respeito estabelecidos pelos moradores da ilha (INCRA, 2007).

Segundo os moradores das comunidades, a energia elétrica foi instalada em 2014, pelas próprias comunidades como ligação elétrica clandestina, assim como a manutenção do sistema elétrico é financiada por cada comunidade. Devido à clandestinidade da rede elétrica é comum falta de energia em alguns momentos, e por isso algumas famílias possuem gerador em casa. Quanto ao esgotamento sanitário é comum que cada casa

tenha uma fossa séptica. Segundo informações das entrevistas feitas com moradores das comunidades, o sinal da internet e telefonia funciona com uso de antena externa, desde que houve acesso à energia elétrica.

É importante frisar que as famílias das comunidades analisadas têm a extração do açaí como principal atividade econômica, mas conta com outras formas de reprodução social e econômica, como a pesca artesanal e agricultura de subsistência, imprescindíveis para sua alimentação e condições de existência. A maioria das famílias das comunidades do PAE Ilha Grande recebem benefícios assistenciais do governo federal, como Bolsa Família, Seguro Defeso e Bolsa Verde, isso ajuda a compor a renda familiar.

A pesca do mapará⁹ na região é fator de identidade territorial para o município de Cametá, devido ao alto consumo de mapará com açaí. Mas o mapará é apreciado em toda a região, tanto que a abertura da pesca na região no dia 1º de março é motivo de festa em muitas comunidades. Neste contexto, também um fator que merece destaque é o recebimento do seguro defeso, ele é pago aos pescadores no período em que a pesca está fechada, de novembro a fevereiro, quando os pescadores recebem um salário mínimo a cada mês em que encontram-se legalmente impedidos de pescar.

A atual valorização do açaí e os benefícios assistenciais do governo federal, como o seguro defeso, têm permitido a essas comunidades melhores condições econômicas, com a aquisição de objetos que melhoram as suas condições de vida. As melhorias na qualidade de vida apresentadas pelos moradores entrevistados estão relacionadas à compra de objetos tecnológicos, como televisão, antena parabólica, aparelho de celular, DVD, geladeira, freezers, geradores, motores e outros. Apesar dos problemas que o seguro defeso tem enfrentado ultimamente, devido à má gestão por parte dos órgãos responsáveis, ao cadastrarem pessoas que vivem no espaço urbano e não exercem tal atividade. No final do ano de 2015, ocorreu a suspensão em vários municípios por irregularidades no processo de concessão do seguro defeso (BRASIL, 2011).

⁹ É um peixe de couro e de água doce, que habita os rios do Paraná e do Amazonas, principalmente no Rio Tocantins na microrregião de Cametá. O Mapará foi o peixe existente em maior abundância na região e por isso tornou-se no decorrer da História de Limoeiro, um símbolo econômico cultural e alimentar para a população. Disponível em: <<http://conhecendobrasil.com.br/mapara/>> Acesso em 28 de fev. de 2019.

A educação na maioria das comunidades conta com escolas apenas de ensino fundamental 1, com classes multisseriadas¹⁰, o que dificulta o aprendizado das crianças. Quando as crianças das comunidades avançam para fundamental 2 e ensino médio é necessário que elas se desloquem para os centros urbanos mais próximos. A maioria das comunidades apresenta apenas um agente comunitário de saúde, e contam com atendimento em um posto de saúde.

Há uma forte presença de organizações religiosas nas comunidades PAE Ilha Grande, devido a participação da Igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), na formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e nas associações e cooperativas das comunidades, constituindo-se em uma liderança que contribui para a organização social de moradores, e na mobilização cultural para organização das festividades do padroeiro.

Nas comunidades Nossa Senhora das Graças de Furtados e Mucucá de Baixo o tamanho da área de produção média por família corresponde a três hectares. Em cada área de posse de cada família é realizado suas atividades econômicas e de sobrevivência, além de serem a área de residência. Em comunidades de várzea o espaço de moradia é o mesmo de trabalho (extrativismo, agricultura e outros). É muito comum encontrar em uma área de posse, várias casas, isso ocorre pelo crescimento do número de pessoas das famílias.

Segundo informações das entrevistas, o principal meio de locomoção ocorre pelo rio, por barcos, rabetas ou canoa. O rio controla o tempo para agricultura, pesca e transporte.

2.5 – Contribuições do capítulo

As populações tradicionais amazônicas herdaram costumes, relações de trabalho, uso da terra e relação familiar dos grupos formadores do povo brasileiro. A população

¹⁰ Organização do ensino nas escolas em que o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries simultaneamente. Existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos, baseados na metodologia da aceleração e no telecurso, buscando atrair crianças e adolescentes analfabetas ou defasadas em seus estudos, para que possam aprender e serem convencidos a continuar na vida escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) consideram que a organização dos alunos em grupos de trabalho influencia o processo de ensino e aprendizagem, além de poder ser otimizada quando o professor interfere na organização desses grupos. Nesse contexto, os PCNs orientam para que nas classes multisseriadas reúna-se grupos que não sejam estruturados por série e sim por objetivos, em que a diferenciação se dê pela exigência adequada ao desempenho de cada um. Disponível em :< <http://www.educabrazil.com.br/classes-multisseriadas/>> Acesso em 23 de fev. de 2019.

brasileira é miscigenada, isso proporcionou misturas de culturas na formação do modo de vida, assim é entendida com triíbrida, por contar com os povos indígenas, portugueses e africanos como os principais criadores da nossa cultura.

Por meio do trabalho de Gunter Weimer no livro *Arquitetura popular brasileira*, foi possível compreender as heranças culturais e construtivas que cada um dos povos criadores de nossa cultura. As culturas indígena e africana apresentavam construções simples e de uso integral de materiais vegetais, assim também como definiam o espaço residencial como feminino. Todas as atividades desses povos respeitavam a execução das atividades conforme o gênero, mulheres eram responsáveis pelas atividades domésticas e pela educação das crianças e homens eram destinados a pesca, caça e agricultura. Outra herança dos povos indígenas para as comunidades tradicionais é o cultivo da mandioca e produção da farinha, principal produção nas roças das comunidades.

Em assentamentos de populações indígenas, as construções formavam uma praça, espaço de reunião de pessoas e de sociabilidade. Os jesuítas portugueses trouxeram para assentamentos costumes europeus, quando chegaram nos aldeamentos indígenas para evangelização; introduziram a religião católica e a construção de uma igreja em frente às praças indígenas. A manutenção do binômio praça – igreja é decorrência da integração de duas culturas, presente na maioria dos assentamentos de populações tradicionais amazônicas. O catolicismo foi uma herança portuguesa para as comunidades tradicionais que tem sido capaz de estruturar e organizar as comunidades.

As tipologias dos barracões e casas dos seringueiros foram influenciadas pelas construções indígenas, além de vários costumes como o cultivo de mandioca e produção de farinha e criação de pequenos animais próximos às casas. O cultivo da mandioca era realizado em áreas afastadas, nas áreas de roças próximas às casas de farinha. Essa cultura da mandioca e farinha é muito comum nas comunidades tradicionais de terra firme.

Na região do Baixo Tocantins, as populações tradicionais geralmente tiveram acesso à terra por herança ou posse. O campesinato tem a terra como principal meio de sustento para as famílias e o trabalho na estrutura familiar. A relação familiar é fundamental para manutenção das comunidades, a divisão do trabalho em família é separada por gênero e idade.

As populações tradicionais de várzea e de terra firme apresentam modos de vida com expressões espaciais distintas, apesar de apresentarem semelhanças quanto às atividades religiosas, recreativas e de sociabilidade que realizam; a maneira como organizam suas atividades econômicas é distinta, assim como o são os seus produtos. Nas comunidades tradicionais localizadas na terra firme predomina a agricultura familiar, com o cultivo da mandioca para a produção de farinha; enquanto na várzea, o extrativismo do açaí desponta como a principal produção.

A diversidade de produtos extraídos e cultivados nas comunidades de terra firme é maior, mas as melhores condições de vida foram encontradas nas comunidades de várzea. O manejo do açaí em comunidade de várzea é valorizado no mercado, devido à qualidade do fruto, que é nativo, e pela quantidade produzida, já os produtos de terra firme não apresentam grande significância no cenário econômico atual. É importante destacar que as famílias das comunidades contam com outras atividades e benefícios que auxiliam na renda da família, além de prestarem serviços fora.

Nas comunidades caracterizadas apresentam senso de coletividade, justificado pela presença de uma organização de moradores que estruturou-se pela presença histórica da Igreja Católica. A Instituição lutou pela reforma agrária pela agricultura familiar e ainda participa intensamente em organizações e nas lideranças das comunidades.

Durante décadas as comunidades tradicionais na região do Baixo Tocantins passaram por transformações decorrentes de ações políticas, construção da usina hidrelétrica, instalação de infraestrutura para fornecimento de energia elétrica, distribuição de água, acesso a telefonia, internet e outros no modo de vida das famílias. A implantação de infraestruturas básicas possibilitou melhora significativa nas vidas das pessoas; no passado não havia acesso aos serviços públicos básicos. Contudo a construção da barragem para a UHE Tucuruí causou vários problemas ambientais que impactaram a vida nas comunidades.

As transformações ocorridas nas comunidades mudaram a forma do assentamento e modo de vida tradicional. As políticas públicas promoveram ações homogeneizantes nas comunidades, isso porque são baseadas na lógica urbana, impondo costumes, construções, forma de relação com espaços ligados à vida cidadina. A comunidade São José de Icatú, por exemplo, recebeu a construção de um conjunto

habitacional que divide o espaço em lotes e adotou tipologias de casas não adequadas às especificidades das comunidades. Em geral, as políticas públicas, nas suas diversas esferas e direta ou indiretamente, têm a capacidade de estruturar e desestruturar o modo de vida e o espaço em que as comunidades vivem.

A assimilação de valores da vida urbana tem fortalecido os costumes citadinos e desvalorizado ou eliminado os valores das culturas das comunidades e as atividades tradicionais relacionadas à cultura local nas comunidades. São José de Icatú é a única das comunidades caracterizadas que realiza festividades relacionadas às suas origens quilombolas, com festas que celebram a cultura negra por meio de danças.

As comunidades estão em constante transformação, em processo de adaptação ao novo, mas ainda mantêm costumes fundamentais para a manutenção dos seus modos de vida, como os saberes acumulados por gerações sobre a natureza. A adaptação ao modo de vida citadino, advém do extrapolamento do urbano por sobre o espaço rural, processo exposto no capítulo 1 como urbano extensivo.

Os assentamentos tradicionais da região do Baixo Tocantins estão sujeitos a inúmeros processos, sejam eles, políticos, econômicos, culturais e sociais. As transformações que ocorrem e poderão ocorrer ao modo de vida tradicional são adaptações, contudo faz-se necessário manter as heranças para que as comunidades possam sobreviver no assentamento.

CAPÍTULO 3

A Morfologia Urbana como ferramenta de análise para a
forma de assentamentos de populações tradicionais

CAPÍTULO III – A Morfologia Urbana como ferramenta de análise para a forma de assentamentos de populações tradicionais

Este capítulo dedica-se à produção de análises morfológicas dos arranjos e dinâmicas espaciais dos assentamentos selecionados de várzea e terra firme, a partir de adaptações de parâmetros e ferramentas de análise da Escola Italiana de Morfologia Urbana.

3.1 – Escola Italiana Morfologia Urbana

O estudo das formas de um assentamento torna compreensível a dinâmica das suas transformações espaciais. É uma forma de leitura e sistematização dos processos que ocorrem em um determinado espaço em um determinado tempo. A morfologia urbana, entendida como uma ciência que estuda a forma física da cidade iniciou seus estudos na Europa, na segunda metade do século XX, como alternativa para entender a estrutura espacial das cidades e propor soluções para o seu desenvolvimento após a segunda Guerra Mundial. Contudo, o emprego do termo “morfologia”, como estudo das formas, data do início do século XIX.

O estudo da morfologia urbana exige um domínio multidisciplinar, da formação da cidade, da sua história, da sua geografia, do seu contexto, dos processos construtivos, dos aspectos sociais e econômicos, do conhecimento de planos e projetos urbanísticos que marcam a configuração da cidade, da legislação edilícia e principalmente de quem utiliza esses espaços. É necessário o cruzamento de diferentes leituras e informações para explicar a cidade. O estudo da morfologia pode ser considerado um valioso instrumento para a reflexão sobre a formação histórica da cidade (ou assentamento humano) e sobre os elementos que a compõem, contudo não se restringe apenas em explicá-la por meio da sua história.

A morfologia urbana utiliza diversos instrumentos e classificações dos elementos que constituem a forma construída, e consiste em metodologia para entender as cidades nos estudos que vieram das “escolas de análise morfológica” europeias (a italiana, a francesa, a inglesa e a portuguesa) e americana.

Na Itália, os primeiros trabalhos ligados à morfologia urbana, que estabelecem relações entre os tipos, contexto urbano e os períodos históricos, foram desenvolvidos por Saverio Muratori, na década de 1950. Muratori fundou a escola tipológica ao desenvolver um estudo sobre o tecido urbano de Veneza, e posteriormente de Roma, onde analisou a evolução morfológica em vários quarteirões por meio de uma leitura de fatos históricos, procurando na cidade herdada as marcas da sua pré-existência.

Segundo Krafta (2014), Muratori foi um dos primeiros teóricos a refletir sobre a forma da cidade, associada ao estudo da arquitetura. O estudo histórico de tipos arquitetônicos baseados na proposição de edificações existentes em um período histórico que constitui base para outras tipologias, que as sucedem, acumulando pequenas modificações e constituindo, assim uma espécie de linha evolutiva dos tipos. Os tecidos urbanos, decorrem da combinação de uma certa quantidade de edificações de um certo tipo e de suas variações.

A Escola Italiana, por ter sido desenvolvida por arquitetos, desenvolve a análise morfológica a partir da escala arquitetônica. Seu método vai do particular ao geral, da identificação do tipo básico e sua evolução para a ocupação do território. Assim, a metodologia de análise dessa Escola passa por três diferentes escalas: a do tipo básico e seu processo tipológico, a formação de conjuntos e tecidos urbanos e, por último, a análise das rotas para compreensão do processo de ocupação do território.

3.1.1 – Conceitos básicos

Para a escola italiana de morfologia urbana, existe um modo de construir edificações que se manifesta em cada momento e em cada cultura, intrínseco a determinado povo. É uma capacidade que possibilita o reproduzir e construir de forma automática um edifício, representante da sua cultura e inserido em seu subconsciente, como um protótipo. Essa aptidão é denominada como consciência espontânea, condição pela qual cada construtor se encontra trabalhando em continuidade à herança das suas experiências culturais. Quando um construtor se depara com problemas novos, para dar continuidade ao seu trabalho, ele conta com os valores herdados e com a possibilidade de adaptação, para utilizar as experiências vivenciadas em novas situações (COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

Assim, as edificações das populações tradicionais da região do Baixo Tocantins estão condicionadas pelas heranças culturais dos povos que os formaram. Essas construções são resultantes de experiências e possíveis adaptações para melhoramento e adequação ao sítio vivido. É um conhecimento coletivo, passado por gerações para atender uma necessidade de “morar”. Esse modelo inconsciente disponibilizado pela herança cultural, denomina-se “tipo”.

Outro conceito importante, que faz contraponto com o anterior é o da consciência crítica, associado ao conhecimento técnico e crítico aplicado na elaboração projetual prévia ao ato de construir. Essa consciência é geralmente própria do profissional técnico, responsável pela construção civil, arquitetos e/ou engenheiros. Como as soluções construtivas da consciência crítica são científicas e elaboradas com exames de probabilidade, antevendo certos desempenhos da construção, adquire alto valor arquitetônico, enquanto as soluções vernaculares (associadas à consciência espontânea) tendem a ser descartadas e perdem valor ao longo do tempo, especialmente quando correspondem a valores e expectativas de outras matrizes culturais. O trabalho de Muratori alertava que o ensino da arquitetura estava em crise, porque entendia que os valores da consciência espontânea estavam sob risco de desaparecimento. Para ele, a consciência da perda desses valores repercutiria na prática projetual, porque esta necessitaria reinterpretar a consciência espontânea, maturando-a por meio criticado conhecimento técnico, valorizando os elementos vernaculares e incorporando-os (COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

Muratori buscou na cultura italiana a referência intrínseca da consciência espontânea, a que ele denominou de tipo. O tipo seria análogo a um organismo e por ele definido como síntese da cultura de um povo. Para o autor italiano, o conceito de tipo seria aplicado tanto à representação física da edificação que foi criada como o tipo básico, quanto à unidade da estrutura da cidade tradicional, bem como a uma extensão da unidade física humana, que seria o corpo. A escola de morfologia italiana acredita que o edifício integra nosso ser biológico, como um organismo, considerado que sua estrutura celular é passível de mutações, que pode ser estudado por meio de um processo tipo morfológico (COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

Nesta perspectiva, a metodologia da escola de morfologia italiana se desenvolve da parte para o todo, ampliando a escala, e em quatro etapas. (1) Investigação do tipo

edifício e na estruturação das possíveis diversificações tipológicas e suas transformações sucessivas; (2) identificação das séries tipológicas e dos seus graus de derivação; (3) análise das rotas para compreensão do processo de ocupação do território e (4) análise dos tecidos urbanos que surgem da estruturação das rotas (COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

3.2 – Análise morfológica dos assentamentos de populações tradicionais

A análise morfológica dos assentamentos de população tradicionais parte de sua diferenciação por tipo de sítio, várzea e terra firme. A localização geográfica condicionou o modo de viver das comunidades no espaço e possibilitou a criação de formas adequadas de edificar e de produzir os assentamentos. A metodologia de ampliação de escala da escola de morfologia urbana italiana mostrou-se fundamental para a análise morfológica dos assentamentos, visto que a investigação inicia por um elemento isolado, ampliando a escala, até chegar à concepção geral de ocupação do território. As edificações encontradas nos assentamentos e seus usos foram os elementos iniciais para o entendimento dos espaços que compõem os assentamentos, visto que o espaço das comunidades tradicionais é de uso coletivo, não havendo separações análogas às delimitações urbanas de parcelas de apropriação privada – lotes, por muros, cercas, grades e outros. Por esse motivo as edificações e os usos são elementos de classificação espacial essenciais para investigação nos assentamentos. As comunidades de populações tradicionais localizadas na várzea e na terra firme, apresentam espaços semelhantes, porém com distinções na sua forma de ocupação e reprodução espacial.

A partir das edificações encontradas e usos nos assentamentos foram reconhecidos três espaços, (1) Centro de Comunidade, (2) Áreas residenciais e (3) Áreas de trabalho. A seguir estes espaços serão explicados e descritos, assim como serão apresentadas as principais mudanças espaciais realizadas ao longo do tempo, seguindo a diferenciação entre várzea e terra firme.

3.2.1 – Centro de Comunidade

O Centro de Comunidade é nomeado desta maneira, porque nele está localizado um conjunto de edificações e usos essenciais para o funcionamento da comunidade. As edificações básicas encontradas no centro de comunidade são: igreja, barracão, arena, associação de moradores; e os usos têm correspondência às edificações. A Figura 10, apresenta exemplo do centro da comunidade de Porto do Campo. Pode haver variações nesse conjunto de edificações, que dependem da complexidade da organização e das necessidades da comunidade. Neste caso, podem ser acrescentados escola, posto de saúde e pequenos estabelecimentos comerciais. O centro da comunidade também apresenta usos relacionados com recreação, assim o campo de futebol e a praça, localizada em frente a igreja, são espaços públicos de concentração de pessoas. O centro da comunidade é o espaço de encontro, de sociabilidade, de serviços, das festividades religiosas e culturais. Não existem muros ou cercas nos Centro de Comunidade, e há forte senso de coletividade.



Figura 10 – Centro da comunidade Porto de Campo, localizado no município de Cametá/Pa. Fonte: Acervo de campo de pesquisa da autora

A igreja católica tem fundamental papel na estruturação e manutenção do espaço do centro da comunidade, visto que a igreja e o barracão são as primeiras edificações contruídas nestes centros. A igreja católica é ainda instituição fundamental para organização das comunidades, assim cada comunidade tem um santo padroeiro. As atividades e festividades religiosas são as principais realizadas na comunidade, e correm

na praça em frente à igreja e no barracão, edificação que serve de apoio às ações católicas.

A arena é a edificação onde ocorrem as festas não religiosas, onde são dispostos os bares e casas de festas das comunidades. Nos assentamentos em várzea, as arenas em sua maioria são edificações fixas, mas também é possível encontrar flutuantes que são atracadas nas margens do rio quando ocorrem festas. Geralmente as festas das arenas ocorrem nos finais de semana.

Os espaços públicos do centro de comunidade tanto da várzea quanto em terra firme são a praça em frente às igrejas e os campos de futebol. São espaços que comportam atividades recreativas de toda a comunidade, servem de apoio às festividades religiosas da igreja católica além de serem o ambiente de campeonatos de futebol masculino, feminino e infantil. O futebol é a principal diversão das famílias das comunidades. As trilhas são os caminhos na floresta fechada que conectam as diversas áreas das comunidades.

As edificações nos centros de comunidades de assentamentos de várzea e terra firme são semelhantes, porém apresentam diferenças tipológicas, eventualmente devido ao sítio em que estão inseridas. O esquema da Figura 11 representa um centro de comunidade localizado no assentamento de várzea, suas edificações são em estrutura de palafita e suas áreas abertas correspondem à (5) praça em frente a igreja e (8) ao campo de futebol. A Figura 12 representa o centro de comunidade localizado na terra firme, com as áreas abertas, (8) praça em frente à igreja e ao barracão e (7) campo de futebol, além das edificações. O Quadro 4 oferece ilustrações das edificações que compõem o centro de comunidade em várzea e terra firme.

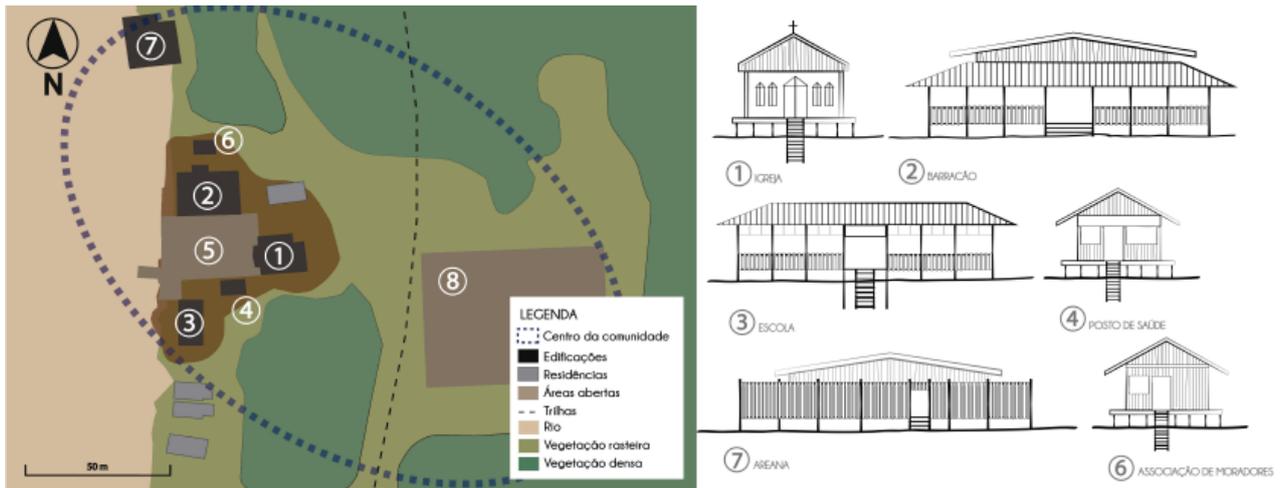


Figura 11 – Representação do centro de comunidade em assentamento de várzea e edificações. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

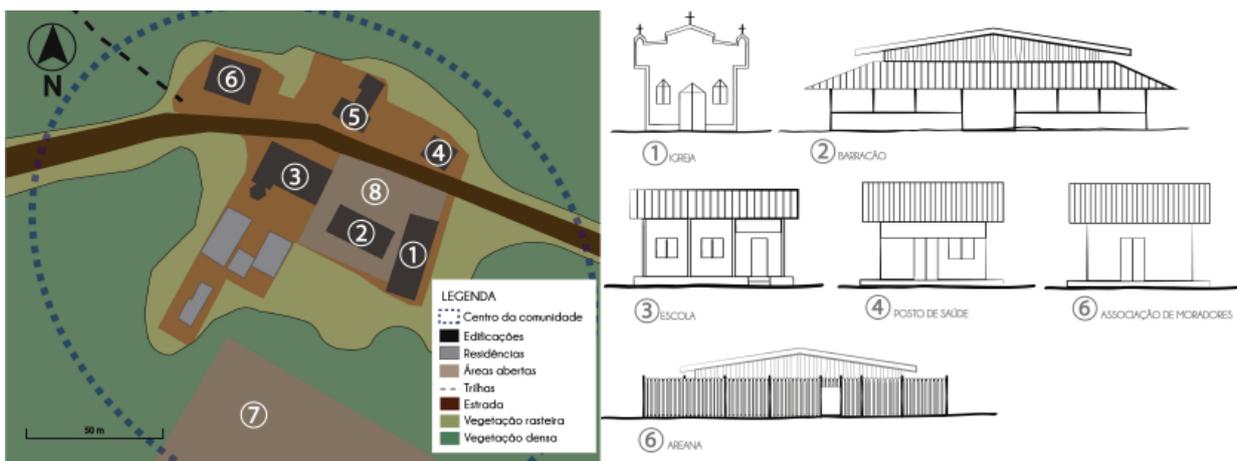
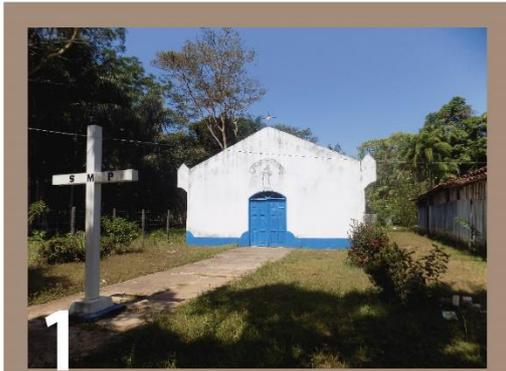


Figura 12 – Representação do centro de comunidade em assentamento de terra firme e edificações. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora



TERRA FIRME



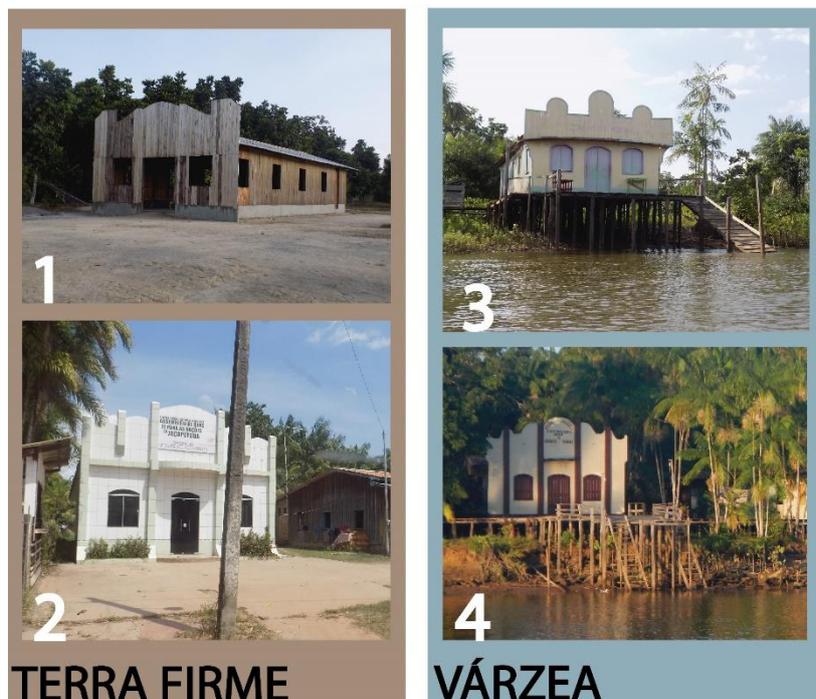
VÁRZEA

Quadro 4 –Tipologias de edificações encontradas no centro das comunidades em várzea e terra firme. (1) Igreja católica na comunidade Vacaria, (2) Igreja católica na comunidade Mutuacá de Baixo, (3) Barracão na comunidade de Vacaria, (4) Barracão na comunidade Mutuacá de Baixo, (5) Escola na comunidade de Cantanzal, (6) Escola na comunidade

Furtados, (7) Associação de moradores na comunidade São José de Icatú e (8) Posto de Saúde na comunidade Rio Tentén. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

O centro de comunidades de assentamentos em várzea está localizado sempre às margens dos rios, suas edificações também. Os outros espaços da comunidade são dependentes do centro, vistos que todas as atividades de reunião de pessoas são feitas nele. A ocupação em assentamento de terra firme é estruturada a partir de um centro de comunidade que tem acesso pelo ramal que faz ligação a alguma rodovia. Mesmo que seja localizada próximo de rios ou igarapés a ocupação central segue o ramal, e se constitui em local de concentração de residências e conjunto de edifícios que são de uso coletivo.

Em algumas comunidades tradicionais é possível identificar igrejas evangélicas nas comunidades em várzea e terra firme. Essas igrejas provocam uma sub centralidade, visto que também fazem reunião de pessoas para os cultos e festividades. O Quadro 5 apresenta as tipologias construtivas de igrejas evangélicas encontradas nas comunidades estudada, cuja as fachadas são distintas das usadas pela igreja católica.



Quadro 5 – Edificações de igrejas evangélicas nas comunidades em várzea e terra firme. (1) Igreja evangélica na comunidade Porto de Campo, (2) Igreja evangélica na comunidade Cantanzal, (3) Igreja evangélica na comunidade Rio Tentém e (4) Igreja evangélica na comunidade Mutuacá de Baixo. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

3.2.2 – Áreas residenciais e áreas de trabalho

Apesar de toda a área dos assentamentos de várzea e terra firme serem de uso coletivo, os próprios moradores por meio da associação dividem o espaço, para que cada um possa ter seu espaço de cultivo e assim sua forma de sobrevivência. Logo, as áreas de trabalho são delimitadas, seguindo os limites acordados entre comunidade. As áreas de trabalho correspondem aos espaços de cultivo e extrativismo de cada família da comunidade, já as áreas residenciais contêm casas e atividades ligadas à vida doméstica.

Na várzea, as áreas residenciais e as áreas de trabalho são integradas como é possível ver na Figura 13, as casas ficam localizadas às margens do rio, logo atrás existe o quintal, espaço para as atividades domésticas (criação de pequenos animais e outras) e todo restante é assumido nesta pesquisa como a área de trabalho da família, geralmente espaço para o extrativismo. As áreas de trabalho são extensas e normalmente apresentam uma única cultura, o açaí. O Quadro 6 ilustra a tipologia construtiva utilizadas em residências nos assentamentos em várzea.

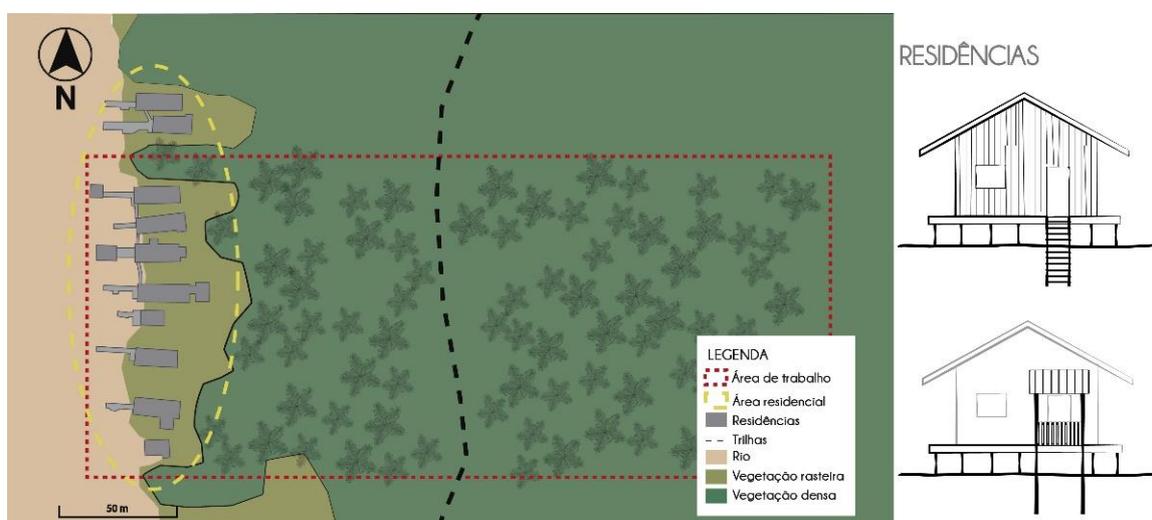
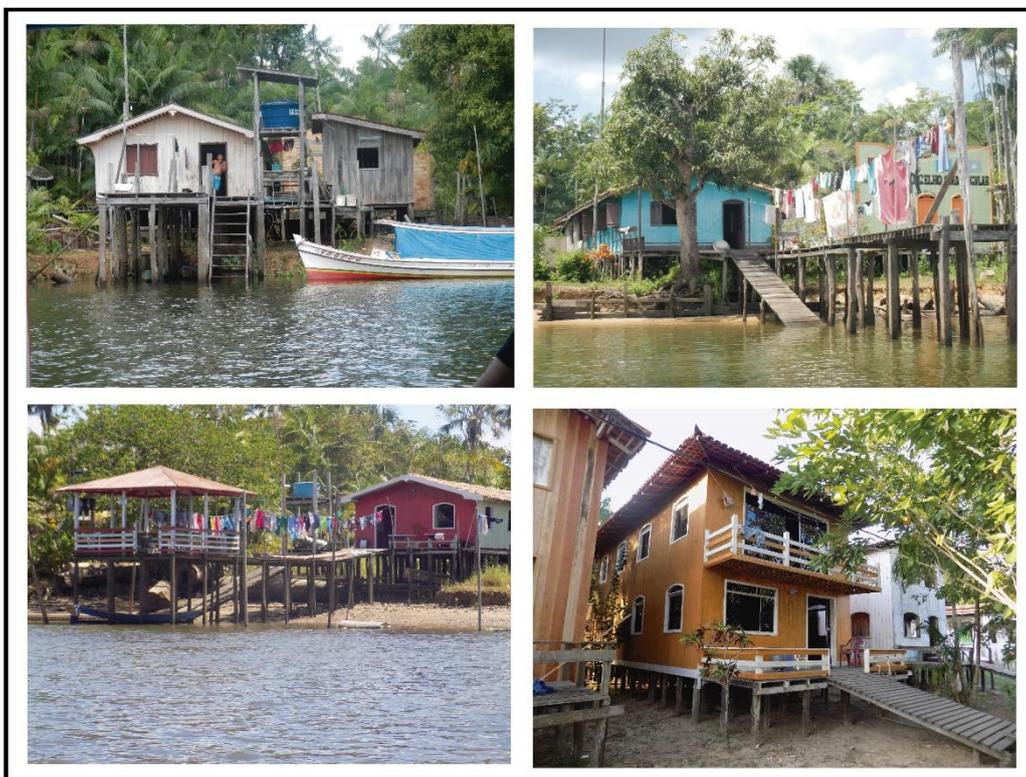


Figura 13 – Representação da área de residências e área de trabalho em assentamento de várzea. Fonte: (Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019). Elaboração autora



Quadro 6 – Quadro com as imagens das residências nos assentamentos em várzea. Fonte: (Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019). Elaboração autora

Na terra firme, as áreas residenciais e as áreas de trabalho são espaços diferentes. A área residencial é composta por casas espalhadas e seus quintais, como o espaço de domínio de cada casa não é delimitado, os quintais são abertos. A edificação da residência é fundamental para o entendimento dessa área, além de suas atividades domésticas encontradas nos quintais, como criação de pequenos animais (galinhas e porcos) e cultivo de árvores frutíferas que auxiliam na alimentação da família. O esquema da Figura 14, representa a área de residências no assentamento de terra firme, e é complementado pelo Quadro 7, que apresenta as tipologias construtivas das residências nos assentamentos em terra firme.

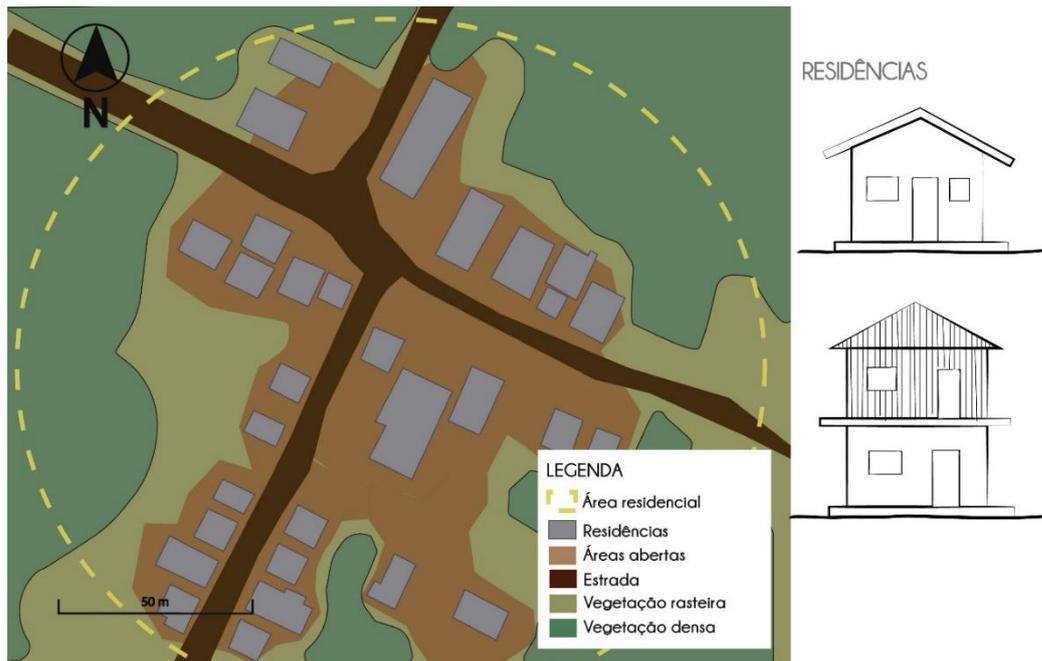


Figura 14 – Representação da área de residências em assentamento de terra firme.

Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora



Quadro 7 – Quadro com as imagens das residências nos assentamentos em terra firme.

Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

A área de trabalho é um espaço extenso, delimitados por cercas, árvores e outros marcos. É possível encontrar nessas áreas pequenas construções, uma residência de apoio ao trabalho na roça, onde são guardados os instrumentos de trabalho e outros utensílios. Geralmente esses espaços não são usados em sua totalidade, apenas uma parte é reservada para o roçado. A terra precisa de um tempo para se recuperar da sua última colheita, logo a roça é separada em parte, enquanto uma parte é utilizada com a plantação as outras são mantidas em um processo de descanso que dura em média 2 a 3 anos. Os cultivos da roça são destinados à subsistência das famílias e o excedente da produção é trocado na comunidade ou vendido nas feiras das cidades mais próximas.

Em algumas áreas de trabalho, há uma área de floresta nativa. Na comunidade São José de Icatú há lotes produtivos com 10 hectares de extensão, que não são usados em sua totalidade, e mantêm grande área preservada. O esquema da Figura 15 representa a área de trabalho em assentamento de terra firme.

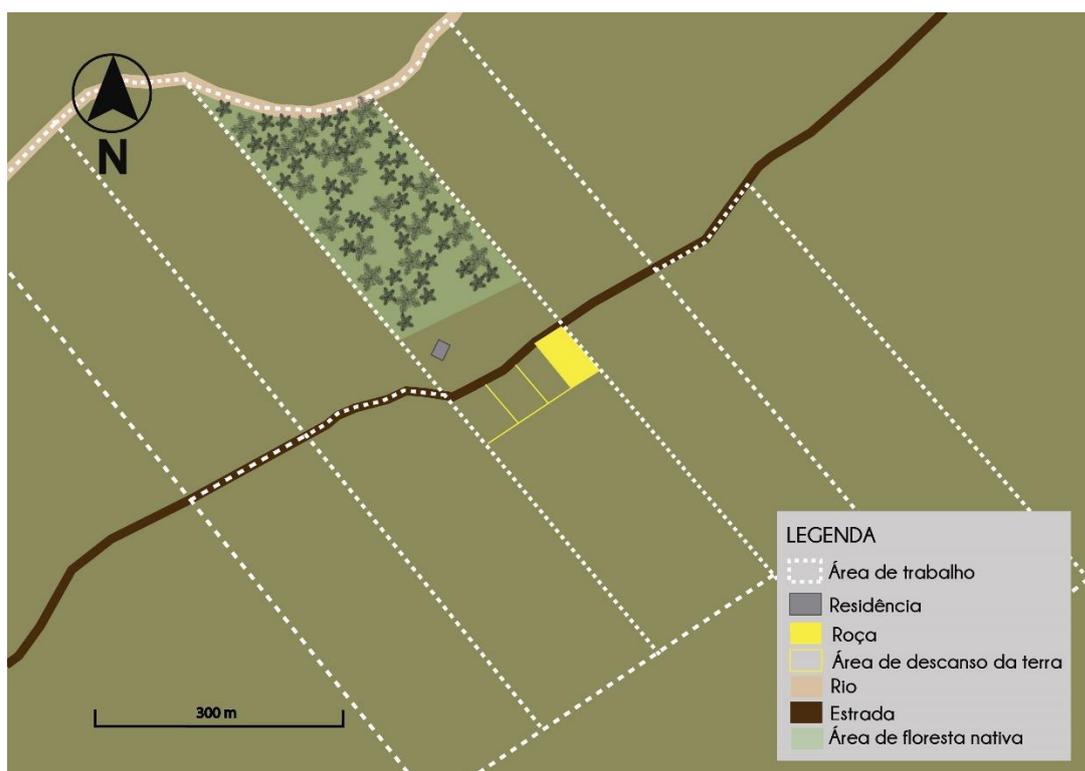


Figura 15 – Representação da área de trabalho em assentamento de terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

3.2.3 – Os assentamentos em várzea e terra firme

Os ambientes do centro de comunidade, as áreas residenciais e os espaços de trabalho (produção) estruturam a organização espacial dos assentamentos das comunidades tradicionais.

Na várzea, todos os espaços nomeados e explicados estão localizados nas margens do rio. As áreas residenciais estão posicionadas próximas ao centro de comunidade, é comum encontrar uma concentração de residências espaçadas nas adjacências do centro. As áreas de trabalho estão ao fundo das áreas residenciais na maioria das vezes, sendo possível encontrar também, áreas de trabalho nas margens do rio. Note a Figura 16 que representa o conjunto das áreas do assentamento em várzea de comunidades tradicionais.

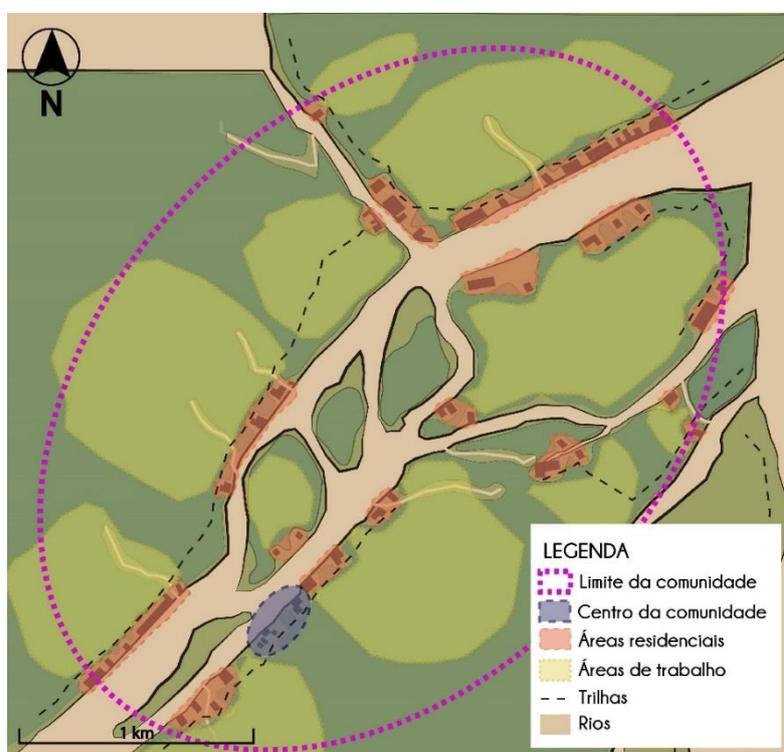


Figura 16 – Representação do assentamento em várzea, comunidade Nossa Senhora Graças de Furtados. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

O rio é o principal modo de acessar os assentamentos na várzea, contudo os moradores constroem trilhas que interligam a comunidade, e assim facilitam a locomoção dentro da comunidade, e o alcance dos pontos de difícil acesso, localizados longe da margem do rio, na área de terra firme.

É necessário explicar que existem comunidades que não tem a área delimitada que corresponde ao seu território, seja por determinação federal, estadual ou municipal. Por isso o limite da comunidade da Figura 16, corresponde à demarcação e limite informados pelos moradores das comunidades.

No assentamento em terra firme, as áreas residenciais estão concentradas nas vizinhanças do centro de comunidade, para facilitar o acesso aos serviços disponíveis no centro. As áreas de trabalho estão localizadas mais distantes, nas margens às estradas, principais eixos de mobilidade da comunidade. Geralmente, as estradas das comunidades são ligadas às rodovias federais, estaduais e municipais. O esquema da Figura 17 representa o assentamento em terra firme e o posicionamento das áreas que o compõem.

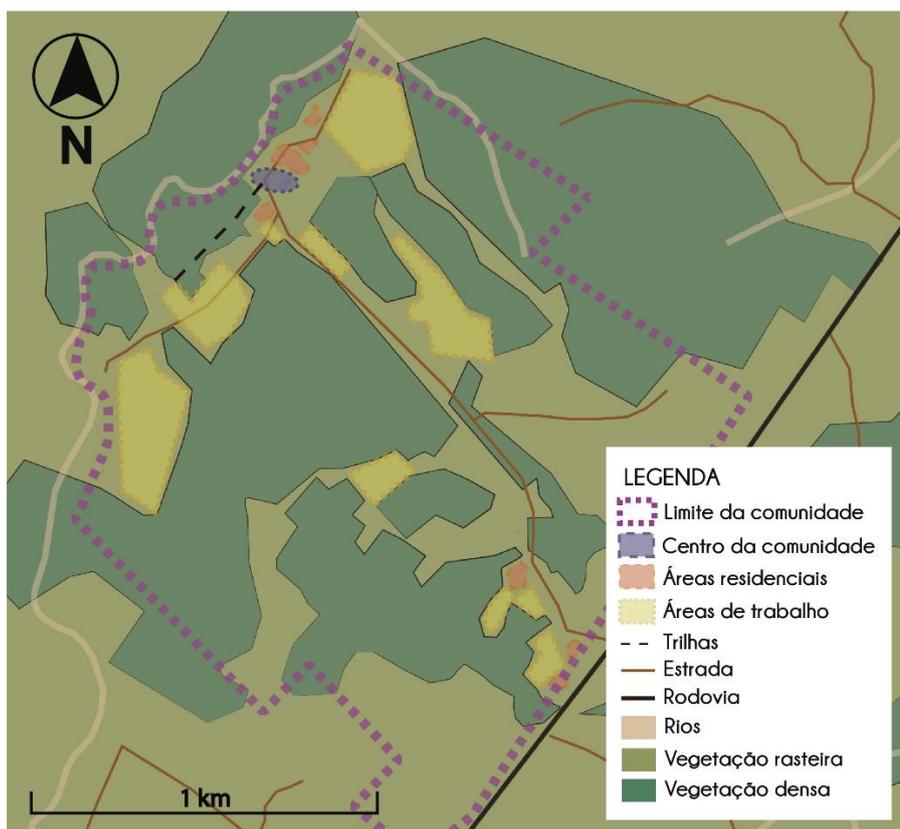


Figura 17 – Representação do assentamento em terra firme, comunidade São José de Icatú. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

É possível notar que os centros de comunidades nos assentamento de várzea e terra firme apresentam semelhanças quanto à sua capacidade de polarizar a comunidade

pela concentração de serviços e conexão com as áreas residenciais. As áreas de trabalho são mais difusas de modo a permitir que cada morador, de ambas formas de assentamento, tenha seus espaços de cultivo e extravio, para que todos possam garantir a sua sobrevivência. A individualização da área de trabalho não é oficial, é tácita, visto que em comunidades protegidas por demarcações federais ou estaduais o uso da terra é coletivo.

3.2.4 – Transformações espaciais – tempo e relação familiar

Foi necessário descrever, explicar e nomear cada área que compõe os assentamentos de comunidades tradicionais para facilitar o entendimento das transformações espaciais que ocorreram ao longo do tempo.

Segundo informações coletadas em entrevista de campo com os moradores dos assentamentos em várzea e terra firme, houve mudanças nos arranjos espaciais no decorrer dos anos. A configuração espacial atual dos assentamentos é consequência do crescimento populacional nas comunidades, da instalação de infraestruturas e assimilação do modo de vida urbano. A concentração de serviços (energia elétrica, posto de saúde, escola e outros) no Centro da Comunidade provocou a instalação de residências permanentes nas suas proximidades, assim como a subdivisão da área de trabalho, conforme ilustrado nos esquemas das Figuras 18 e 19, as quais mostram a representação das transformações espaciais nos assentamentos em várzea e terra firme.

Para explicar com clareza, foi necessário usar nas representações letras e números. As letras maiúsculas “AT” significam área de trabalho e as letras seguidas de números, famílias. As famílias com o número 1 são as primeiras, logo as mais antigas, as consecutivas são formadas para acomodar os filhos gerados das primeiras famílias.

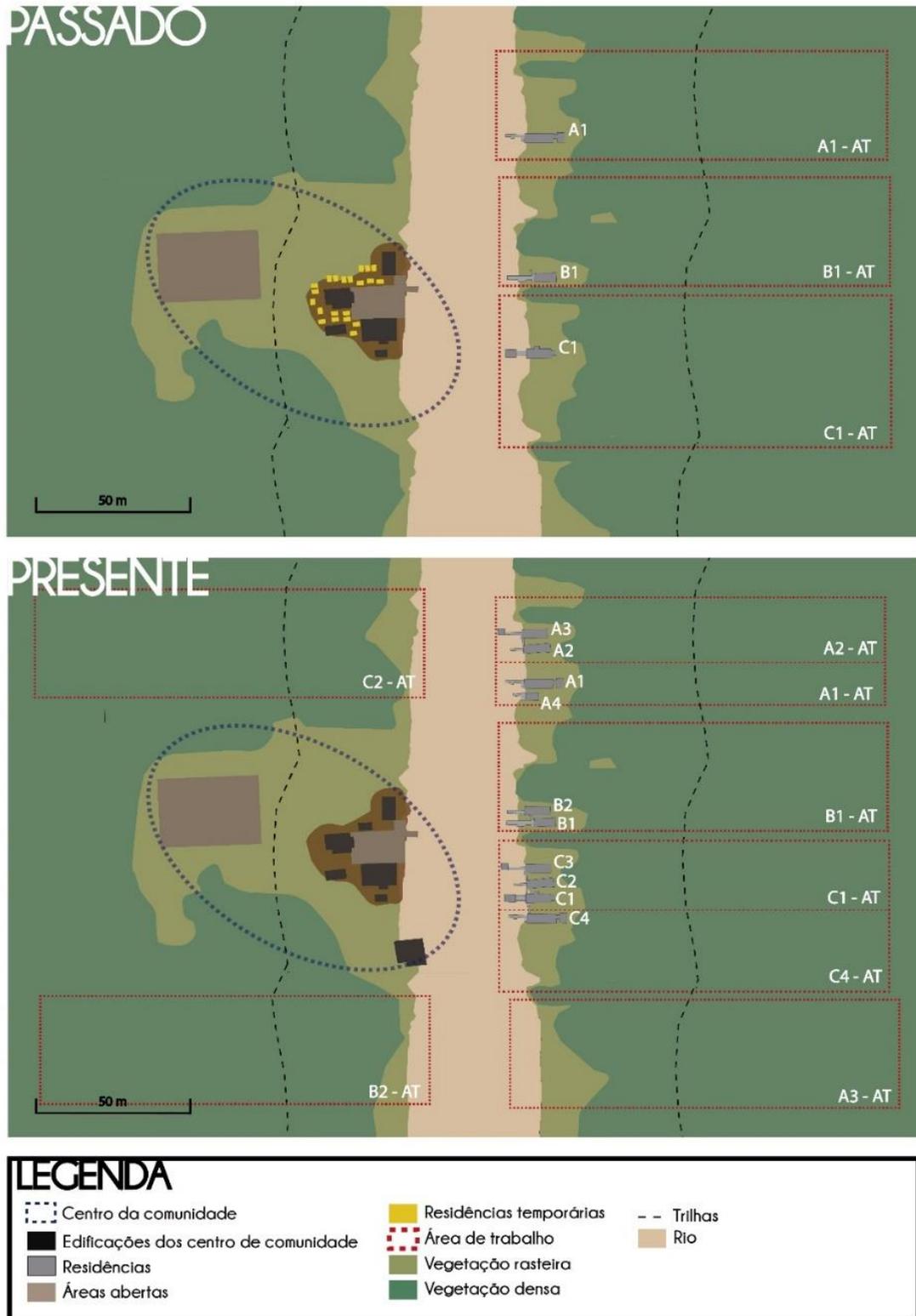


Figura 18 – Representação das transformações ao longo do tempo no assentamento em várzea, comunidade Nossa Senhora das Graças de Furtados . Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

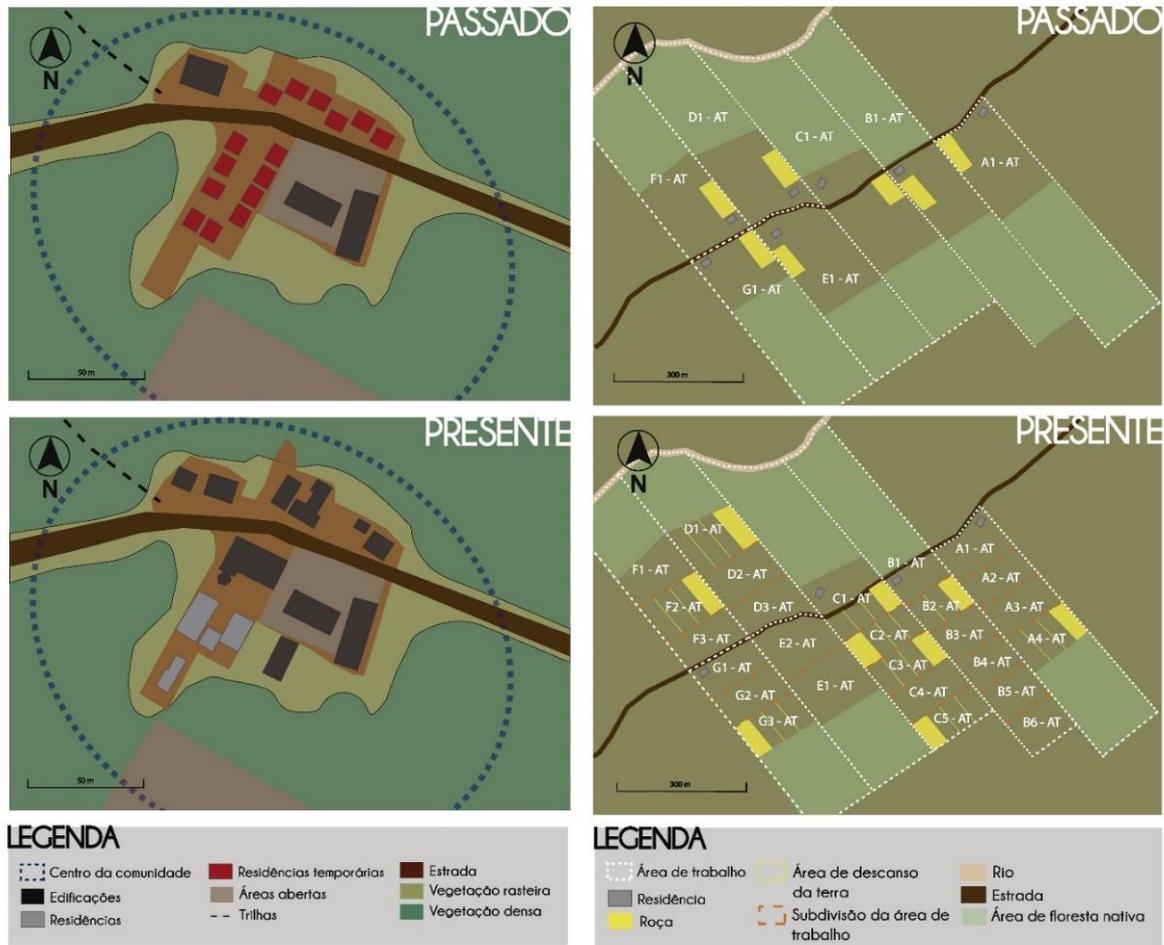


Figura 19 – Representação das transformações ao longo do tempo no assentamento em terra firme, comunidade São José de Icatú. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Segundo relatos, há 30 anos nos assentamentos em várzea, as residências eram mais espaçadas e na área de trabalho também eram ambientes de residência, de apenas uma família (representando na Figura 18, no quadro passado, representados como A1, B1, C1). Era comum a construção de pequenas e simples residências temporárias nas proximidades do centro de comunidade, no período das novenas e festividades religiosas. Hoje as residências temporárias não existem, são levantadas apenas nas festividades, e foram construídas casas fixas nas margens próximas do centro.

Com o processo de crescimento populacional nas comunidades, o número de residências aumentou, principalmente nas proximidades do centro de comunidade, devido às melhorias de infraestrutura e serviços no centro, como por exemplo a distribuição de energia elétrica clandestina. Isso permitiu a diminuição do espaçamento

entre as residências, que possivelmente pode acelerar a movimentação de terra, por meio de erosão, visto que as margens dos rios ficaram mais desprotegidas da vegetação adequada.

As margens do rio na área de trabalho da família A1 foram cedidas para construção de outras residências de parentes da família A1, normalmente seus filhos que criaram suas próprias famílias, representados por A2 e A3. A área de trabalho da família A1, mais antiga, na maioria dos casos foi subdividida para atender as necessidades de produção das novas famílias (da segunda geração), (por exemplo A2). Quando não é possível mas repartir a área de trabalho da família A1, as novas famílias, como a A3 buscam área de trabalho mais distantes, por meio de compra do espaço ou por cessão de outros parentes. Geralmente estas áreas são localizadas mais afastadas e para serem alcançadas demandam meios de transporte como barcos e rabetas.

A Figura 19 apresenta as mudanças espaciais ocorridas no decorrer de 20 a 30 anos nos assentamentos em terra firme. Segundo depoimentos, antigamente as residências temporárias eram construídas nas proximidades dos Centros de Comunidade, para apoiar os períodos das festividades religiosas, enquanto as residências fixas ficavam nas áreas de trabalho, junto ao local de cultivo para a subsistência e produção de farinha. Com o passar dos anos, as residências temporárias do Centro da Comunidades tornaram-se fixas devidos às melhorias de infraestruturas realizadas nas comunidades estudadas, tais como rede de distribuição de água e de energia elétrica clandestina. Conforme o aumento populacional das comunidades, por crescimento vegetativo e chegada de membros externos por meio de casamentos, as áreas de trabalho foram divididas entre os núcleos familiares em formação. A família A1, por exemplo, dividiu seu espaço de produção com as famílias A2, A3 e A4.

A organização familiar é o ponto principal da estrutura espacial, pois além de ser fundamental para o trabalho na agricultura, extrativismo e na pesca é a base para nova reorganização das áreas de trabalhos dos assentamentos de várzea e terra firme. As comunidades de um modo geral tiveram acesso à terra através de herança, ou posse. A terra tem sido passada de pais para filhos, e aqueles que permanecem na comunidade usam a terra para manter o sustento da família.

A forma como a terra é repassada às novas gerações dentro de uma família varia conforme a região, em função dos processos históricos diferentes. Os assentamentos no

Sul e no Nordeste do Brasil contaram com soluções semelhantes para partilha de heranças de área de produção para permitir o acesso à terra às novas gerações, sem que isso acarretasse na excessiva divisão do patrimônio territorial (MOURA, 1978).

A pesquisa de Ellen Woortmann (1996) investigou duas comunidades, a Lagoa da Mata, em Sergipe, e a colônia de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul que apresentaram notáveis semelhanças. Apesar das diferenciações étnicas, desenvolverem mecanismos que visam à obtenção de uma maior resistência cultural que lhes permite a sobrevivência em um mundo em constante transformação.

Tanto em Lagoa da Mata como na Colônia sulista, as instituições do casamento e da herança, apresentam características que são exclusivas do mundo rural. O casamento não pode ser visto apenas como uma maneira de assegurar a reprodução social. O seu objetivo maior é o da preservação do patrimônio representado pela terra. A necessidade da preservação do patrimônio rural encontra uma grande dificuldade em função do código civil brasileiro, que considera como herdeiros – como os mesmos direitos – todos os filhos resultantes do casamento. A aplicação irrestrita deste preceito legal levaria a terra camponesa a uma fragmentação que chegaria à redução em poucas gerações. Tanto em Dois Irmãos como em Lagoa da Mata, foram criadas práticas que privilegiam a um dos herdeiros, a ultimogenitura é a regra de Dois Irmãos e a primogenitura a de Lagoa da Mata. (WOORTMANN, 1996).

Na Amazônia, na região do Baixo Tocantins, as comunidades usam outra forma de estratégia para preservação do patrimônio rural. Geralmente as áreas de trabalho nas comunidades estudadas têm extensão maior que em outras comunidades brasileiras, esse é o motivo pelo qual subdivisão seja mais frequente.

Outro motivo para a subdivisão da terra na Amazônia está vinculado ao acesso de políticas de créditos para agricultura familiar. Para acessar o crédito do Pronaf o produtor tem que definir primeiro se deseja recursos para custeio ou investimento. Os valores de custeio são destinados à compra de insumos e demais itens para atividade normal da produção – agrícola ou pecuária. Essas operações exigem documentos que variam conforme o estado, o tipo de lavoura e as peculiaridades produtivas de cada região. Em sua maioria são necessários alguns documentos como Declaração de Aptidão ao Pronaf; Mapa de localização da lavoura financiada; Licenciamento ambiental, se houver necessidade; Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e Certificado de Cadastro de

Imóvel Rural (CCIR) emitido pelo Incra e que comprova o cadastro como imóvel rural (Canal Rural, 2015). É justamente o último item que normaliza a individualização da terra, logo as políticas públicas são incentivadoras da reorganização espacial da área de trabalho das comunidades.

Na Figura 20 há uma representação da subdivisão da área de trabalho por parentes de uma comunidade tradicional em terra firme. Geralmente o pai da família divide sua área de trabalho para seus filhos que futuramente constituirão família e necessitarão de área para cultivo de subsistência.

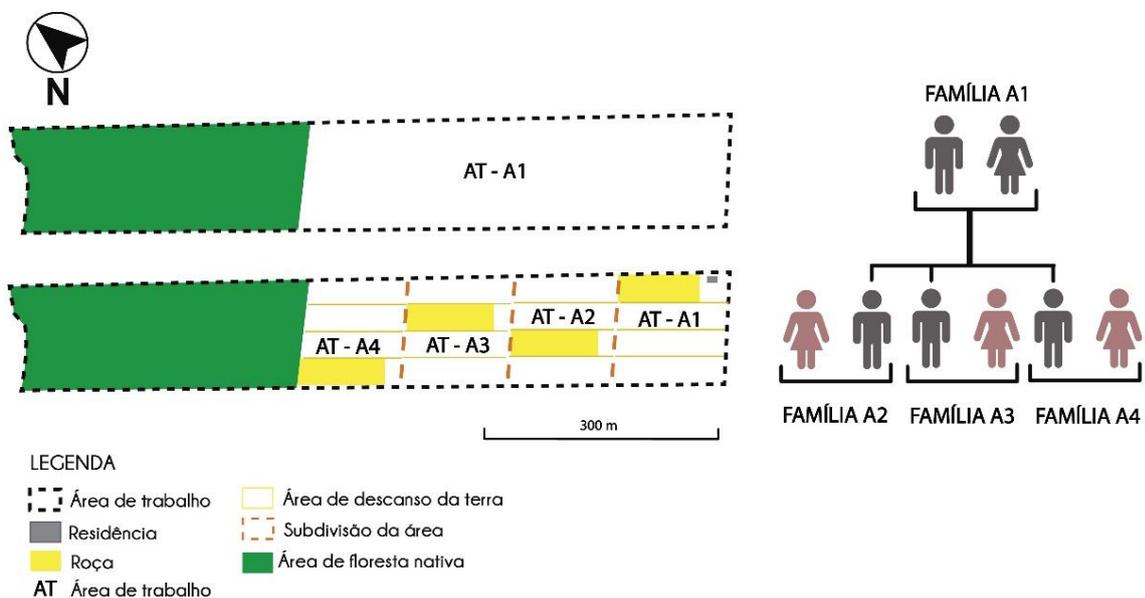


Figura 20 – Representação da subdivisão da área de trabalho no assentamento em terra firme. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

Na várzea, o processo de divisão ocorre diferente. A área de trabalho não sofre muitas subdivisões, fazendo com que as novas famílias formadas busquem outras áreas de trabalho para sobreviver. Normalmente ganham ou compram novas áreas de trabalho em lugares distantes das suas residências que se localizam nas proximidades do centro da comunidade. A compra das terras não é uma transação legal, visto que as áreas de várzea estão sob controle da União e portanto não podem ser colocadas a venda. Na Figura 21 apresenta a subdivisão da área de trabalho nos assentamentos em várzea, as famílias A3 e A4, são as que irão buscar outras áreas de trabalho.

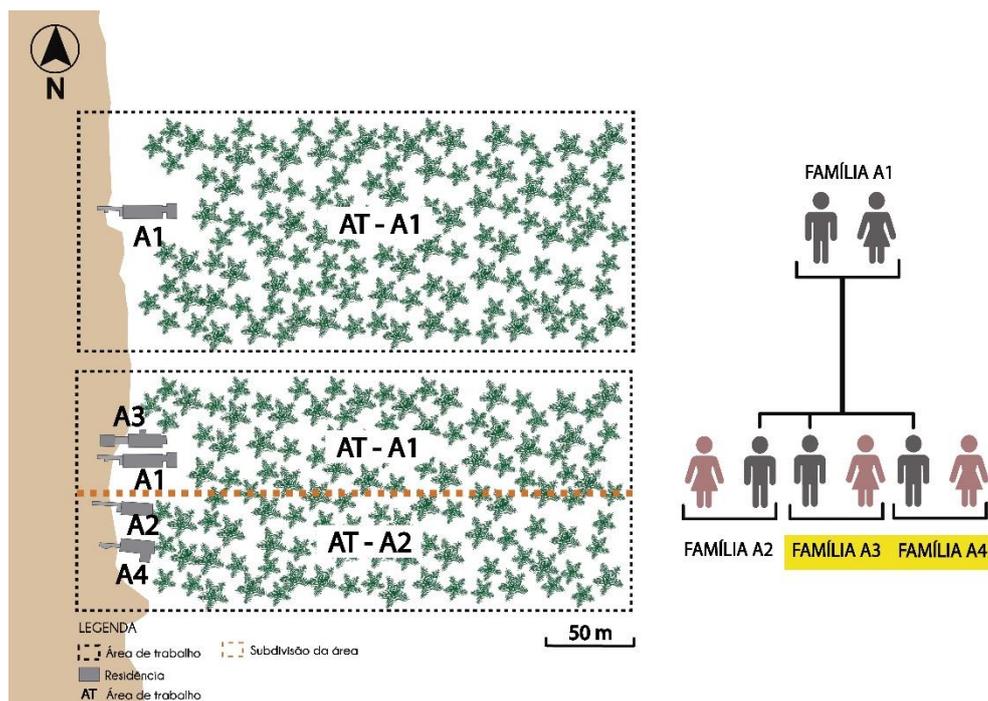


Figura 21 – Representação da subdivisão da área de trabalho no assentamento em várzea. Fonte: Relatório de Campo de Pesquisa, 2019, INPE, 2019. Elaboração autora

O processo de subdivisão da área de trabalho na terra firme é mais intenso, gera adensamento de áreas de roça, nunca visto nas comunidades em terra firme. O adensamento populacional, longevidade dos habitantes e instalação de infraestrutura no centro das comunidades têm permitido aumento do prolongado a permanência da população na comunidade e aumentado a demanda por áreas de roça. É verdade que as comunidades sempre souberam repartir as áreas de trabalho, mas atualmente o processo de subdivisão é maior em consequência da redução de disponibilidade de áreas para trabalho.

O processo que ocorre nos assentamentos em várzea é menos subdividido do que na terra firme, isto porque necessitam de área extensão para atividade de extrativismo do açáí.

3.3 – Contribuições do capítulo

A análise morfológica dos arranjos e dinâmicas espaciais de assentamentos de populações tradicionais teve como inspiração em alguns parâmetros e metodologia da

escola italiana de morfologia urbana. Houve a necessidade de descever, explicar e nomear espaços ainda pouco esclarecidos pela ciência.

Os assentamentos de populações tradicionais em várzea e terra firme apresentam forma de reprodução do espaço distintas, mas em ambos o centro da comunidade é um espaço da coletividade, sem delimitação ou cercamento. Devido ao método de ampliação de escala, foi possível entender o centro pela tipologias de edificações encontradas, tais como, igreja, barracão, escola, posto de saúde, associação de moradores e outros. Dependendo da complexidade da comunidade, outros edifícios podem ser encontrados. O espaço do centro de comunidade não é delimitado, os usos são recreativos, principalmente ligados a eventos da igreja católica e esportivos. Os Centros de Comunidades atendem o interesse coletivo – abrigam as atividades de serviços, ambientes de reunião e de sociabilidade.

A igreja católica historicamente teve papel fundamental na estruturação, organização e formação das comunidades e líderes. Sua presença é marcada pela edificação das igrejas e barracões localizados nas praças da comunidades, lugar de reunião de pessoas. Hoje, outras religiões se manifestam nos assentamentos tradicionais, as evangélicas se constituem em subcentralidades, pois também têm capacidade de mobilizar as pessoas e de organizar eventos.

Na várzea, o densamento populacional tem provocado a separação e descontinuidade entre área de trabalho e residencial, apesar de ainda existirem, em sua maioria, as áreas de trabalho contíguas à área residencial. Na terra firme o espaço de residências é localizado próximo ao centro da comunidade sem delimitações, e as áreas de trabalho são demarcadas.

Apesar dessas comunidades estudadas terem território de uso coletivo, suas áreas de trabalho são individualizadas, para que todos possam viabilizar a subsistência de sua família. As áreas de trabalho atuais em assentamentos de terra firme apresentam uma diminuição de tamanho, processo preocupante, pois há a possibilidade de redução a terra em unidade de produção com tamanho inferior ao necessário para a sobrevivência de uma família camponesa.

A terra é a herança no campesinato brasileiro, em várias regiões havia acordos sociais que garantiam a manutenção do tamanho da área de trabalho, e assim preveniam a exaustão da terra. Os meios amazônicos criados para sucessão de uso da terra são

distintos do restante do Brasil porque a subdivisão da área de trabalho é uma atividade normal em muitas comunidades. Isto é explicado pela histórica fatura de áreas de trabalho, o que possibilita a subdivisão mais intenso do que o praticado em outras regiões, mas o processo já é preocupante quanto à viabilidade da atividade camponesa e sobrevivência das famílias nas comunidades.

O aumento populacional, acesso a infraestruturas e assimilação de vida urbana têm provocado uma reorganização espacial e a busca por novas áreas de trabalho na várzea e subdivisão das existentes na terra firme. Além disso, as políticas públicas exigem o registro da terra por CPF para acesso aos fundos de financiamento da produção rural, justificando a subdivisão, sendo incentivadoras da fragmentação e individualização da terra. A partir desta perspectiva, critica-se a atuação das políticas públicas “espaciais” nacionais pensadas para regularização de assentamentos, que partem de uma visão puramente tecnicista, excludente, homogeneizadora e estritamente territorial (REBELLO, 2017).

O espaço das atividades econômicas (produção) sempre foi garantido na estruturação dos arranjos espaciais das comunidades tradicionais amazônicas, e essa prática deveria ser respeitada pelas políticas urbanas que regem os espaços ocupados por esse tipo de população quando esses grupos aglutinados ou migram para as cidades.

Existe necessidade de criação de arranjos espaciais para os assentamentos de populações tradicionais adequados às especificidades de seus espaços. As políticas públicas são responsáveis pela transformação de estratégias para as áreas de trabalho para que não haja exaustão dos recursos naturais.

CAPÍTULO 4

Considerações Finais

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade foi o principal artefato para caracterização do urbano no passado. Por isso as grades curriculares das faculdades de Arquitetura e Urbanismo são voltadas para o entendimento das cidades nos moldes das materialidades conhecidas como hegemônicas nos últimos séculos, bem representadas por cidades como Paris, São Paulo ou Londres, formas de cidades que apesar das suas particularidades, apresentam elementos e processos similares associados à vida industrial. As cidades na Amazônia apresentam trajetória histórica diferentes das cidades centrais mais investigadas e conhecidas, onde a urbanização e industrialização sempre foram aliadas no processo de produção do espaço da cidade a princípio, e depois do urbano extensivo.

A historiografia se habituou e assumiu como referência e parâmetro um contexto de cidade diferente do encontrado na região amazônica hoje, onde existem espaços híbridos gerados pelo extrapolamento do urbano para além das cidades (vilas, alojamentos, espaços de produção mecanizada, logística de transporte, barragens, etc.), que provocaram a ressignificação de assentamentos rurais tradicionais.

Entender o espaço amazônico tradicional como híbrido, permite esclarecer os processos de assimilação da cultura citadina, por meio da provisão de infraestrutura, da incorporação da noção de propriedade privada, crédito e consumo. Esta dissertação caracterizou espaços tradicionais amazônicos para demonstrar que seus arranjos espaciais são relevantes e coerentes com as formas de trabalho que a população pratica, essa codificação facilitará a compreensão do modo como tais arranjos espaciais se manifestam em contextos periurbanos e metropolitanos, permitindo que mesmo nestes espaços que a população tradicional sobreviva tanto tempo retirando seu sustento da natureza.

O espaço das cidades na Amazônia é um misto, estratificado conforme padrões de segregação socioespacial da lógica capitalista, seguindo o modelo de metrópoles brasileiras, mas foi sujeito a uma série de processos peculiares de adaptação ao sítio e às formas de produzir a partir do extrativismo de coleta, que ainda resistem apesar de nunca terem sido reconhecidas pelas políticas urbanas historicamente praticadas na região (PONTES, 2015; CANDIDO, 2018; MIRANDA, 2018). Há um elo entre cidade e rio, manifesto desde antes da colonização, e que é marcante nas formas construída de

aldeias, vilas e pequenos núcleos dispersos na floresta, que permite a manutenção do acesso à biodiversidade e recursos da natureza (LOPES, 2017). De acordo com Cardoso e Lima (2006) as cidades e aglomerados da Amazônia foram tradicionalmente moldados pelo sítio e pelos rios, de forma instrumental para uma série de modos de vida ligados a uma economia mercantil de base extrativista.

A colonização portuguesa criou cidades ribeirinhas, que tinham a função de portos e entrepostos comerciais, na margem dos grandes rios, que polarizavam localmente as localidades dispersas na bacia desses rios, ao longo de seus tributários (CARDOSO et al, 2016). Além disso, foi estabelecida uma nova conexão entre cidades amazônicas e as rodovias, por meio da colonização brasileira, operada via políticas de integração, que após abertas ressignificaram a floresta, transformando-a em terra a ser usada como insumo para a produção. Esse processo não acompanhou a discussão sobre a crise ambiental realizada a partir dos anos 1970, e reeditou práticas de planejamento da urbanização em função de uma lógica industrial tardia, que nunca foi implantada completamente, dada a condição de periferia da periferia da região, onde os investimentos foram suspensos ainda nos anos 1970, mas as ações de exploração de recursos naturais se tornaram cada vez mais intensas (CARDOSO, LIMA, 2006).

Apesar das comunidades estarem localizadas em áreas rurais, elas apresentam crescente influência de práticas urbanas. Esta pesquisa registrou atributos da ocupação tradicional amazônica em assentamentos humanos rurais – de várzea e terra firme, em busca de matrizes para a compreensão da interdependência entre cidade e natureza, e entre população e recursos naturais na Amazônia; essa relação existe, mesmo que já descaracterizada nas periferias das grandes cidades da região, seja por migração de grupos tradicionais, seja por conta da assimilação das comunidades pela expansão das cidades. As comunidades tradicionais fornecem produtos para as feiras das cidades, que lhes retornam acesso a serviços básicos.

À luz do entendimento do espaço social (espaço concebido, percebido e vivido) e com o auxílio da caracterização do modo de vida de cada comunidade estudada, foi possível destacar a necessidade de articulação entre as escalas do território, visto que os arranjos espaciais entre cidade e assentamentos tradicionais rurais são crescentemente complementares.

Os grupos sociais rurais vivendo em áreas periurbanas, ou sob influência do urbano ou da cidade, são portadores de qualidade de vida, atendem sua subsistência e cultura por meio de suas práticas produtivas, garantem o fornecimento de alimentos para a cidade, e conservam biodiversidade. Contudo, no Baixo Tocantins os arranjos espaciais diferem entre os assentamentos de várzea e de terra firme, mesmo igualmente afetados por processo de adensamento populacional e instalação de infraestrutura nas comunidades.

As transformações diretas e indiretas provocadas por políticas públicas não são sensíveis às particularidades espaciais dos assentamentos, nem do modo de vida tradicional. As políticas públicas promoveram ações homogeneizantes nas comunidades, isso porque são baseadas na lógica urbana, impondo costumes, construções, forma de relação com espaço ligados à vida cidadina. Temos como exemplo o conjunto habitacional em São José de Icatú que construiu uma vila de casas, forma de ocupação diferente da produzida pelos moradores da comunidade. A assimilação da vida urbana tem fortalecido os costumes citadinos e desvalorizado ou perdido os valores, costumes e heranças das culturas das comunidades. Em geral, as políticas públicas, seja qual for sua esfera, apresentam a capacidade de estruturar o modo de vida e assim transformar o espaço em que as comunidades vivem.

As comunidades estão em constante transformações, estão em processo de adaptação ao novo, mas ainda mantém costumes fundamentais para manutenção dos seus modos de vida, como os saberes formulados nas experiências acumulados por gerações sobre a natureza. A adaptação às novas mudanças foram provocadas pelas assimilações do modo de vida citadinos, reforçados pelo extrapolamento do urbano no espaço, processo conhecido como urbano extensivo.

O modo de vida campesino tradicional da região do Baixo Tocantins é consequência de inúmeros processos e ações, sejam eles, políticos, culturais e sociais, que transformaram o espaço. O modo de vida é a expressão espacial de uma estratégia de ocupação de um misto de heranças do passado e absorção ou adaptação ao novo.

As caracterizações das comunidades escolhidas e das famílias aliadas ao estudo da forma dos assentamentos tradicionais da região, reforçaram a ideia que de o sítio condiciona as práticas cotidianas e as formas de apropriação do espaço. Os assentamentos em várzea e terra firme são estruturados de maneira distante, apesar de

apresentar semelhanças quanto ao uso dos espaços. Ambos os tipos de assentamentos contêm centro de comunidade ou sede, áreas residenciais e área de trabalho, a última é a única com delimitação acordada pela associação de moradores. A área de trabalho é o espaço que permite o sustento e sobrevivência de cada família por meio da natureza, seja por agricultura ou extrativismo. Nas comunidades localizadas em várzea as áreas residenciais estão posicionadas nas margens dos rios e as áreas de trabalho ao fundo. Na terra firme as duas áreas estão distantes uma da outra.

As transformações ocorridas nos últimos 30 anos provocaram alterações na organização das áreas das comunidades localizadas em várzea e terra firme, como concentração de áreas residenciais próximas ao centro de comunidade para viabilizar o uso das infraestruturas e intensificação do processo de subdivisão da área de trabalho. Na várzea ainda é possível notar em alguns casos a busca por novas áreas de trabalho, quando a divisão não é viável, isso permite a separação da área residencial e da área de trabalho. Na terra firme a subdivisão ocorre de maneira mais intensa, promovendo um adensamento de roças, espaços para o cultivo de cada família.

A terra para as comunidades tradicionais é um bem de grande valor de uso, e também a principal herança física, e seus meios de sucessão do uso da terra são distintos do restante do Brasil. A subdivisão da área de trabalho é um processo normal, porém preocupante devido a máxima redução do roçado e com isso o risco de inviabilidade de sobrevivência de muitas famílias, favorecendo a conversão do uso extrativista e de agricultura para outros que são muito menos adaptados e nocivos ao bioma amazônico.

O aumento populacional, o processo de subdivisão das áreas de trabalho, o acesso a infraestruturas e a assimilação de vida urbana causaram uma reorganização espacial nas comunidades. Essas mudanças precisam ser compreendidas e levadas em consideração pela gestão de políticas públicas, respeitando o protagonismo do espaço tradicional e oferecendo soluções inovadoras para os novos problemas (tecnologias sociais, institutos jurídicos, etc.). A partir desta perspectiva, esta dissertação critica a atuação das políticas públicas “espaciais” nacionais pensadas para regularização de assentamentos.

Os assentamentos de populações tradicionais necessitam de políticas públicas que os tornem visíveis e que reconheçam sua importância socioambiental, que ofereçam acesso às melhores condições de vida e produção e sejam adequados às especificidades de seus territórios.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, O. Rivero, S. McGrath, D. Vogt, N. V. Diagnóstico, Tendência, Potencial, e Políticas Públicas para o Pesca de Subsistência. Relatório Técnico da SEPAq. 2008. 111p. www.sepaq.pa.gov.br/ acesso em 1.3.2009

ARAÚJO, F. (2012). A Tridimensionalidade do Espaço Social e a Ação dos Empresários Urbanos na Configuração Residencial: O caso dos “Condomínios-Clube” em Natal/RN. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 53 a 74

BECKER, B. A urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BENATTI, José. Várzea e as Populações Tradicionais: A Tentativa de Implementar Políticas Públicas Em Uma Região Ecologicamente Instável. In: Alves, Fábio. A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia. Brasília: Ipea, 2016. p. 17- 29

BRAGA, B. G; FIÚZA, A. L. C; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. Interfaces. Sociologias vol.19 no.45 Porto Alegre, 2017

BRANDÃO, C. R. (2009). No Rancho Fundo: Espaço e Tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BRASIL, 2011. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretária de desenvolvimento territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins (PTDRS – Baixo Tocantins).

BRASIL. Decreto nº 13.435, de 11 de julho de 2017. Regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Diário Oficial, Brasília, DF, 11 jul. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 22 ago. 2002. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, fev. 2007.

BRASIL. Decreto nº 9.985, de 16 de novembro de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Arióca Pruanã, no Município de Oeiras do Pará, no Estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 16 nov. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins (PTDRS). Brasília: MDA/SDT, 2011. Disponível em: www.mda.gov.br.

BRENNER, Neil. Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization. Berlin: Jovis, 2013.

BRITO, D. C. Modernização de superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

BURKE, P. O que é história cultural? Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Lucas Souto. A cidade entre utopias: O neoliberalismo e o comum na produção contemporânea do espaço amazônico. Dissertação. PPGAU. ITEC. UFPA. Belém-Pa.2018. Disponível em: < <http://ppgau.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/194-2018>> Acesso em: 24/04/2020.

CANTO, Otávio do. Várzea e varzeiros da Amazônia. Belém: MPEG, 2007.

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? Belém. Edufpa.2006.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte et al. O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. Revista de Morfologia Urbana. Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. V.4.N.1.2016. Disponível em: < <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/9>> Acesso em: 02/13/2020

CARDOSO, Fernando H. e G. MULLER. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade E Saberes De Populações Tradicionais. Papers NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos). Nº 092. Belém, maio, 1998.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n. 03, p. 39-68, jul./set. 1987.28

COSTA, G. S. Desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia. Belém: Naea/UFGA, 2006.

COSTA, S. de A. P.; GIMMLER NETTO, M. M. Fundamentos de morfologia urbana. BH: C/Arte, 2015.

COSTA, L. F. B.; CRUZ M. J. M.; MARQUES R. O. A Agricultura Camponesa Na Amazônia: Um Estudo De Caso No Assentamento De Vila Amazônia. Xi-Encontro Nacional da Anpege, Parintins-AM, 2015.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Revista brasileira de Ciências Sociais, n. 9, ano 7, p.41-55, jun.1992.

DI PAOLO, P. Cabanagem: a revolução popular da Amazônia. Belém: Conselho de Cultura, 1985.Revista (UFG), v. 14, n. 2, 10 ago.

DURKHEIM, E (2010) Da divisão do trabalho social. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

GOMES, T. V. ; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte ; Oliveira, K. ; Coelho, H. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. Cadernos MetrÓpole, v. 19, p. 891-918, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-4009/24337>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

FUNES, Eripedes Antônio. Área das Cabeceiras - Terras Remanescentes: Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuecé, Apuí e São José. Comissão pró Índio de São Paulo, São Paulo, ago. 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. Terra e camponeses negros: o legado da pós-emancipação. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº34/2011. Brasília-DF; IPHAN, p. 375-393.

GONÇALVES, C.W.P. *Amazônia, amazônias*. 2.ed. São Paulo: contexto, 2005.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n. 3, 1993.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. Capítulo 5. Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano. p. 131-166

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HECKENBERGER, M. *The Ecology of Power. Culture, Place and Personhood in Southern Amazon, AD 1000-200*. London/ New York: Routledge, 2005.

IPBES. (2019). *Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*. ONU Habitat: Bonn. Disponível em: <<https://www.ipbes.net/global-assessment-report-biodiversity-ecosystem-services>>. Acesso em: mar.2020.

INCRA. *Plano de Utilização para o Projeto Agroextrativista Ilha Grande Cametá*. Elaboração: Beneficiários, Associação do PAE, INCRA, EMBRAPA, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores. Cametá-Pa, 2007.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Região De Integração Tocantins-Pa: Um Novo Olhar Sobre O Extrativismo E Alguns Aspectos Socioeconômicos*. 2011

IPEA. *Textos para discussão. Região De Integração Tocantins-Pa: Um Novo Olhar Sobre O Extrativismo E Alguns Aspectos Socioeconômicos*. RJ, 2011.

KRAFTA, Romulo. *Notas de aula de morfologia urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

KRETZMANN, Carolina Giordani. *Multiculturalismo e Diversidade Cultural: Comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2007

- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].
- LOPES, Reinaldo Jose. 1499: A pré-história do Brasil. 1ed. Harper Collins. Rio de Janeiro.2017
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. In: Revista ESTUDOS AVANÇADOS, 16 (45), 2002, p. 107-121.
- MALHEIRO, B.; TRINDADE JÚNIOR, S.-C. Entre Rios, Rodovias e Grandes Projetos: Mudanças e Permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins (Pará). História. 2010
- MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO , R. e CARLOS, A. F. (orgs.), Procesos territoriales em Argentina y Brasil. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIRANDA, Thales. Interfaces do Verde Metropolitano: Estudo para a criação do sistema de áreas verdes para a região Metropolitana de Belém. TCC.FAU.ITEC. UFPA. 2018.
- MONTE-MOR, R. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015
- MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental. In: SANTOS, M. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169–181., pp 55-70.no 1, Vol. 1, 2008. P. 30-35
- MOURA, Margarida Maria. Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo, Editora HUCITEC, (Ciências Sociais, série Realidade Social), 1978.
- NEVES, E. C. C. Modo de vida na comunidade do pescador, no município de Soure: a identidade na relação com a biodiversidade na Ilha do Marajó 2000
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. Amazônia, um espaço diversificado. Revista de História da Biblioteca Nacional. Edição nº 44, maio, 2009.

PARÁ, 2009. Secretaria de Estado de Integração Regional. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins. Região de Integração Tocantins.

PEREIRA, R.R. Planejamento Territorial: Suas implicações para a promoção da saúde e da justiça ambiental. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, pp. 19 - 27, 2009

POMPEU, J. D. P.. Evolução territorial e urbana do Município de Cametá. Cametá: NovoTempo, 2002.

PONTES, Louise. Cidade, desenho e natureza: Uma reflexão sobre os espaços livres em Marabá. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

PORTO – GONÇALVES, C. W. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 21-31, jan./jun. 2008. Editora UFPR

RAMBAUD, P. (1969). Société Rurale et Urbanisation. 1ª ed. Paris: Ed. du Seil, 1969.

REBELLO, Y. de A., P. A Implantação de políticas públicas “espaciais” em assentamentos periurbanos: uma análise do processo de constituição do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA. Dissertação. PPGAU. ITEC. UFPA. Belém-Pa.2017. Disponível em:< <http://ppgau.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2017/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Yuri%20de%20Alc%C3%AAntara%20Pinto%20Rebello.pdf>> Acesso em: 24/11/2019

Saiba quais são os documentos necessários para acessar o Pronaf. Canal Rural. São Paulo, 29 de julho de 2015 às 17h15. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/multimidia/saiba-quais-sao-documentos-necessarios-para-acessar-pronaf-60271/>>. Acesso: 27 de abril de 2020.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. A natureza do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Espaço e Método. 4, ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. Economia espacial. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, H.; DINIZ, S.; FERREIRA, V. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v.15, n.2, Novembro de 2013

SILVA, M. A. P; MALHEIROS, B. C. P. A. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: Espaços de (sobre)vivencia na diferença. In: TRINDADE JR, S. C; SILVA. M. A. P. (Orgs.). Belém: A Cidade e o Rio na Amazonia. Belém: EDUFPA, 2005. p. 145-169.

SOJA, Edward. Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined. Blackwell Publishers. 1996.

SUDAM, 2015. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/fno>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

TRINDADE JR, S. C. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o baixo Tocantins na Amazônia Oriental. In: SILVEIRA, M. R; LAMOSO, L. P; MOOURÃO, P. F. C. (Orgs.). Questões Nacionais e Regionais do Território Brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1. P. 313-329

TRINDADE JR. S. C. Imagens e representações das cidades ribeirinhas na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. Belém: UFPA, 2003. (mimeo.).

WATSON, Vanessa. 'The Planned city sweeps the poor away...': Urban planning and 21st century urbanization. Progress in Planning, Elsevier, 72, p. 151-193, 2009.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, v1.

WEIMER, Gunter. Arquitetura Popular Brasileira. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2ª edição, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002

WOORTMANN, Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitianos do Nordeste. São Paulo – Brasília, Editora HUCITEC, (Ciências Sociais, série Realidade Social),1996.

